

esec

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE COIMBRA

Ana Maria Ferreira Jerónimo

O contributo da Associação Terras de Sicó para o Desenvolvimento Local Sustentável: Estudo de caso.

Dissertação de Mestrado em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local,
apresentada ao Departamento de Educação da Escola Superior de Educação de Coimbra
para obtenção do grau de Mestre

Constituição do júri

Presidente: Prof. Doutora Maria de Fátima Fernandes das Neves

Arguente: Prof. Doutora Lucília Maria Cardoso Salgado Mexia Alves

Orientador: Prof. Doutor Nuno Manuel dos Santos Carvalho

Data da realização da Prova Pública: 20 de Julho de 2015

Classificação: Excelente (18)

Agradecimentos

A realização desta dissertação não seria possível sem o incentivo de algumas pessoas ao longo do percurso percorrido até à sua finalização. Deixo aqui o meu profundo agradecimento a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para este desafio.

Um especial obrigado aos meus pais por me terem proporcionado esta oportunidade de aumentar o meu percurso académico.

Ao Professor Doutor Nuno Carvalho pela orientação que me foi dada e por todo o apoio, que contribuíram para aumentar os meus conhecimentos e para a realização desta dissertação. Sem a sua orientação e o seu apoio não seria possível.

Quero agradecer também aos meus colegas de curso, pelo apoio e o incentivo, que de alguma forma contribuíram para chegar a esta fase.

Um agradecimento especial ao meu namorado, familiares e amigos que me apoiaram e incentivaram nesta nova fase da minha vida.

Agradeço também a toda a equipa da Associação Terras de Sicó, nomeadamente ao diretor e aos presidentes de câmara pelo contributo fundamental que deram a este estudo, sem o qual não seria possível de realizar.

Por último quero agradecer às minhas colegas e principalmente à minha chefe, do meu local de trabalho atual, por me terem compreendido e apoiado nesta fase e por terem contribuído de alguma forma para a realização desta dissertação.

O contributo da Associação Terras de Sicó para o Desenvolvimento Local Sustentável: Estudo de Caso.

O presente estudo incidiu sobre a Associação Terras de Sicó e na sua intervenção no território, e denomina-se “O contributo da Associação Terras de Sicó para o Desenvolvimento Local Sustentável: Estudo de caso”. É enquadrado em termos teóricos pelos eixos: identidades e associativismo, poder local e desenvolvimento local sustentável e teve como objetivo principal estudar a importância da Associação Terras de Sicó no território em termos do seu contributo para o desenvolvimento local sustentável.

A metodologia aplicada é de carácter qualitativo. As técnicas de recolha de dados utilizadas foram a recolha bibliográfica e documental e as entrevistas semiestruturadas realizadas ao diretor da Associação e aos presidentes das seis câmaras municipais que integram o território estudado. Para analisar as informações recolhidas, as técnicas utilizadas foram a análise bibliográfica e documental e a análise de conteúdo.

Em termos de resultados foi possível concluir que a Associação Terras de Sicó tem contribuído para o desenvolvimento local sustentável e promoção do território, com impactes positivos, aos diversos níveis, em todo o território onde atua, contribuindo assim, para a melhoria da qualidade de vida da população.

Palavras chave: Desenvolvimento local sustentável, Poder local, Associação de desenvolvimento

The contribution of the Association Land Sicó for Sustainable Local Development: Case Study.

This study focused on the Association Terras de Sicó and its intervention in the territory, and called "The contribution of the Association Land Sicó for Sustainable Local Development: Case Study". It is framed theoretically axles: identities and associations, local government and local sustainable development and aimed to study the importance of the Association Sicó Land in the territory in terms of its contribution to sustainable local development.

The applied methodology is of qualitative character. The data collection techniques used were bibliographical and documentary collection and semi-structured interviews the director of the Association and the presidents of the six municipalities that make up the study area. To analyze the information collected, the techniques used were bibliographical and documentary analysis and content analysis.

In terms of results it was concluded that the Association Terras de Sicó has contributed to sustainable local development and promotion of the territory, with positive impacts at various levels, throughout the territory in which it operates, thus contributing to improving the quality of life of the population.

Keywords: sustainable site development, local authority, development Association

Sumário

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1	
ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL	7
1.1. Identidades e Associativismo.....	9
1.2. Poder Local.....	22
1.3. Do Conceito de Desenvolvimento ao Desenvolvimento Local Sustentável.....	33
1.3.1. Desenvolvimento.....	33
1.3.2. Desenvolvimento Local Sustentável.....	41
CAPÍTULO 2	
OBJETIVOS E METODOLOGIAS	49
2.1. Objetivos	51
2.2. Questão inicial e questões orientadoras	51
2.2.1. Questão inicial	51
2.2.2. Questões orientadoras.....	51
2.3. Metodologia	52
2.3.1. Técnicas de recolha de dados	53
2.3.2. Técnicas de análise de dados	54
CAPÍTULO 3	
CONTEXTO EMPIRICO E TERRITORIAL	55
3.1. Caracterização geral do território.....	57
3.2. Caracterização do concelho de Alvaiázere	59
3.3. Caracterização do concelho de Ansião	62
3.4. Caracterização do concelho de Condeixa	67
3.5. Caracterização do concelho de Penela	71
3.6. Caracterização do concelho de Pombal	75
3.7. Caracterização do concelho de Soure.....	79
CAPÍTULO 4	
INTERVENÇÃO DA ASSOCIAÇÃO TERRAS DE SICÓ	83
4.1. Breve caracterização	85
4.2. Recursos locais	93
4.3. Projetos desenvolvidos no âmbito do PRODER 2007-2013.....	109

4.4. Desenvolvimento Local de Base Comunitária 2014 – 2020.....	126
4.5. Projetos desenvolvidos pela Associação.....	140
CAPÍTULO 5.....
ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	147
5.1. Categoria 1 – Informação sobre o território	150
5.2. Categoria 2 – Informação geral da Associação Terras de Sicó	152
5.3. Categoria 3 – Intervenção da Associação Terras de Sicó	154
5.4. Categoria 4 – Impactes da Associação Terras de Sicó no território	165
BIBLIOGRAFIA	183
APÊNDICES.....	CD
Apêndice 1 – Guião de Entrevista Semi-Estruturada: Diretor da Associação Terras de Sicó.....	CD
Apêndice 2 – Transcrição integral da Entrevista Semi-Estruturada realizada ao Diretor da Associação Terras de Sicó	CD
Apêndice 3 – Entrevista Semi-Estruturada: Presidentes de Câmara Municipal de Alvaiázere, Ansião, Condeixa, Penela, Pombal e Soure.....	CD
Apêndice 4 – Transcrição integral da Entrevista Semi-Estruturada realizada ao Presidente da Câmara Municipal de Alvaiázere	CD
Apêndice 5 – Transcrição integral da Entrevista Semi-Estruturada realizada ao Presidente da Câmara Municipal de Ansião.....	CD
Apêndice 6 – Transcrição integral da Entrevista Semi-Estruturada realizada ao Presidente da Câmara Municipal de Condeixa	CD
Apêndice 7 – Transcrição integral da Entrevista Semi-Estruturada realizada ao Presidente da Câmara Municipal de Penela	CD
Apêndice 8 – Transcrição integral da Entrevista Semi-Estruturada realizada ao Presidente da Câmara Municipal de Pombal	CD
Apêndice 9 – Transcrição integral da Entrevista Semi-Estruturada realizada ao Presidente da Câmara Municipal de Soure	CD
Apêndice 10 – Grelha de Análise de Conteúdo da Entrevista Semi-estruturada: Objetivos específicos, categorias e sub-categorias	CD
Apêndice 11 – Grelha de Análise de Conteúdo da Entrevista Semi-estruturada com Unidade de registo.....	CD

Abreviaturas

AP – Assembleia de Parceiros

CS – Concelhos Consultivos Sectoriais

DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária

EDL – Estratégia de Desenvolvimento Local

ELD – Estratégia Local de Desenvolvimento

ETL – Estrutura Técnica Local

GAL – Grupo de Ação Local

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPL – Instituto Politécnico de Leiria

OG – Órgão de gestão

PC – Presidente de Câmara

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico

Figuras

Figura 1 - Mapa dos concelhos do território de Sicó	58
Figura 2 - Mapa do concelho de Alvaiázere	60
Figura 3 - Mapa do concelho de Ansião	64
Figura 4 - Mapa do concelho de Condeixa	68
Figura 5 - Mapa do concelho de Penela	72
Figura 6 - Mapa do concelho de Pombal.....	76
Figura 7 - Mapa do concelho de Soure	80
Figura 8 - Modelo organizacional da EDL.....	133
Figura 9 - Síntese da estratégia DLBC	139

INTRODUÇÃO

O presente estudo surgiu da necessidade sentida em compreender qual a importância da intervenção da Associação Terras de Sicó no território numa perspectiva de desenvolvimento local sustentável, e de que forma o trabalho realizado pela Associação tem contribuído para o desenvolvimento do território, nomeadamente do concelho de Alvaiázere, Ansião, Condeixa, Penela, Pombal e Soure.

Para conseguir compreender estes aspetos é necessário compreender em que consiste o desenvolvimento local sustentável, processo que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer o futuro. Neste processo o papel que a população desempenha é fundamental para o seu desenvolvimento, para isso é necessário compreender a importância que a identidade social tem numa determinada comunidade, uma vez que a identidade social é o que a define. Na comunidade é importante que exista um bom movimento associativo e que as pessoas sejam parte integrante deste movimento para assim poderem contribuir na resolução dos seus problemas e no aumento da qualidade de vida.

Todo o estudo está fortemente relacionado com o poder político local, tornando-se fundamental mencionar este tema para uma melhor compreensão da realidade na qual a Associação Terras de Sicó está inserida. O poder local é entendido como uma configuração territorial que abrange as instituições políticas e administrativas dos municípios como espaço de democracia política e social. A emergência do poder local em Portugal foi a partir de 1974. A importância do poder local e o perfil dos governantes locais são aspetos que afetam diretamente a população e os territórios onde intervêm.

O desenvolvimento é um processo que passou por diversas fases. Inicialmente este tipo de desenvolvimento estava relacionado diretamente com o crescimento económico, porém gerou-se uma crise do desenvolvimento e que diminuiu a força do paradigma funcionalista associado a este modelo de desenvolvimento o que gerou o aparecimento de um novo paradigma, o territorialista. Este paradigma não estava centrado unicamente no crescimento económico, preocupa-se com questões

relacionadas com desenvolvimento sustentável, local, participativo, humano, social e integrado. A partir desta altura foi reconhecido que o ambiente e a sua proteção eram temas pouco desenvolvidos e que eram de urgente análise e correção, por isso quando se desenvolvem projetos de desenvolvimento local é fundamental que seja numa perspetiva de sustentabilidade do território para contribuir para a satisfação das necessidades básicas e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

O presente estudo estrutura-se em 5 capítulos. O primeiro é relativo ao enquadramento teórico e conceptual que serviu de base e orientação para a execução do trabalho. Os eixos teóricos que estão na base deste estudo são as identidades e o associativismo, o poder local e o desenvolvimento local sustentável.

No segundo capítulo estão explícitos os objetivos, a questão inicial e as questões orientadoras, a metodologia aplicada, assim como as respetivas técnicas de recolha e análise dos dados obtidos ao longo do desenvolvimento deste estudo que pretende estudar a importância que a Associação Terras de Sicó tem no seu território numa perspetiva de desenvolvimento local sustentável.

O terceiro capítulo refere-se à caracterização do contexto da investigação, nomeadamente do concelho de Alvaiázere, Ansião, Condeixa, Penela, Pombal e Soure. Inicialmente estão mencionadas informações que são partilhadas por todos os concelhos, sobre a sua área, fauna e flora. De seguida é referido e um breve historial do concelho, o enquadramento geográfico, a económica, a demográfica, a social e o património presentes em cada um dos concelhos individualmente.

O quarto capítulo referencia o contributo da Associação Terras de Sicó através da sua intervenção. Inicialmente estão referidos aspetos sobre a caracterização da Associação Terras de Sicó, começando com uma breve caracterização, seguindo-se a caracterização dos recursos locais e referindo ainda os projetos que a Associação desenvolve com o apoio de programas de apoio comunitário. estão diretamente relacionados com a Associação. O primeiro programa é o PRODER 2007-2013, onde está referido a respetiva apresentação do programa, a estratégia local de desenvolvimento, as freguesias de intervenção, o grupo de ação local, as medidas e ações, a legislação, informação e publicidade e o projetos aprovados. O outro

programa de apoio comunitário é o Desenvolvimento Local de Base Comunitária que é a novo programa utilizado pela Associação 2014-2020 que abrange o grupo de ação local Terras de Sicó 2020 contendo uma caracterização da parceria e do modelo organizacional e ainda a estratégia de desenvolvimento local para a região Sicó. Para terminar este primeiro ponto são ainda divulgados os projetos desenvolvidos pela Associação Terras de Sicó.

No quinto capítulo encontra-se a análise das entrevistas realizadas ao diretor da Associação e aos presidentes das câmaras municipais envolvidas respetivamente. Esta análise está dividida em quatro categorias, a primeira relacionada com informação sobre o território, a segunda com informação geral da Associação Terras de Sicó, a terceira com a intervenção da Associação e por último, a quarta refere-se aos impactes que a Associação tem causado no território.

Nas conclusões apresenta-se uma síntese da análise dos resultados obtidos.

CAPITULO 1

ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

1.1. Identidades e Associativismo

O conceito de identidade, seja ela, pessoal, social, nacional, territorial, económica, cultural, entre outros, raramente é definida com precisão, por ser tratar de um processo inacabado e que vai sofrendo alterações. Para Fernandes (1992, p. 47) a formação e a afirmação da identidade desenvolve-se através de dois processos: “a identificação pela qual o ator social se integra num conjunto mais vasto e no qual tende a fundir-se; e a identização mediante a qual se afirma e se separa dos outros atores”. Assim, pode dizer-se que a identidade promove a unificação e a integração, e a diferenciação e a separação.

Para Velho (1994, citado por Vieira, 1999, p.29)

“os indivíduos modernos nascem e vivem dentro de culturas e tradições particulares, como os seus antepassados de todas as épocas e áreas geográficas. Mas, de um modo inédito, estão expostos, são afetados e vivenciam sistemas de valores diferenciados e heterogêneos. Existe uma mobilidade material e simbólica sem precedentes”.

Para Erickson (citado por Moreira, 2006, p.16)

“a identidade pessoal desenvolve-se ao longo da vida através de várias fases a que correspondem outras tantas idades no ciclo da vida. A ‘crise da identidade’ corresponde a uma viragem no desenvolvimento da identidade: a mais marcante é a que se produz na adolescência mas outras podem surgir mais tarde a quando de eventuais dificuldades especiais de existência”.

O fator “pré-existência de identidades e de solidariedade de base local e regional pode ser encarado como um daqueles que, de âmbito geral, permite compreender o surto do

que se considera serem as novas oportunidades do nível local” (Amaro, 1998, citado por Amiguinho, 2005, p. 26). No entanto, nos espaços rurais fala-se de uma crise de identidades que tem como consequência as várias situações de desfavorecer ou de evolução na relação com o mundo exterior: rural sem agricultura, êxodo rural, novos residentes, discrepância entre o espaço de trabalho e o de residência, entre outros. (Jean, 2003, citado por Amiguinho, 2005). Surgiu então uma estratégia no sentido de refazer as identidades e os motivos que estiveram relacionados com este projeto são referentes à descoberta das raízes, os registos sobre culturas locais, a criação de espaços de memória, a pesquisa de estudos sobre património e a reconstrução de espaços de animação e de sociabilidade.

Para Moreira (2006), identidade é a ligação entre o eu e o outro, entre sujeito e objeto ou seja, é a resposta de adaptação ao mundo objetivo, através da sua flexibilidade, do seu dinamismo, da sua relatividade e da sua impureza.

Segundo Ferreira (1994) os fatores económico, social, político e cultural são os que dão forma e conteúdo ao desenvolvimento local enquanto área que define as estratégias e os objetivos da identidade social numa perspetiva global.

A identidade local remete-nos para um espaço geográfico limitado, envolve a partilha de hábitos e estilos de vida comuns e envolve também um contexto de relações sociais uma vez que transmite a ideia de um quadro comum de atitudes e valores, apesar de diferenciar os indivíduos. Assim, Felizes (2000) partindo da figura do poder, classifica a identidade em três categorias. A primeira, a identidade do estado em que por um lado a autarquia defende de forma rígida os valores locais e os interesses das populações que representa. Por outro lado, a autarquia não se limita unicamente a representar a população, no entanto dá expressão à comunidade enquanto identidade social. A segunda refere-se à identidade de grupo, na qual existem certos grupos sociais que por estarem relacionados com centros de decisão política local vai afetar a sua identidade enquanto grupo, neste caso não se fala tanto em identidades sociais mas sim coletivas. Em terceiro e último, a identidade micro-estratégica que está relacionada com o quotidiano dos indivíduos com a presença de classes e/ou estratos sociais que serve para distinguir as identidades, como algo que é ativado no discurso e nas práticas sociais dos indivíduos.

John Locke (citado por Moreira, 2006, p.16) “propõe resolver a questão da identidade pessoal pela memória: se sou a mesma pessoa do que há vinte anos é porque tenho a recordação dos diferentes estados da minha consciência”. Já Charles Taylor (citado por Moreira, 2006, p.19) tentou fazer a “gênese da identidade moderna e do individualismo através da história das mentalidades. Esta identidade moderna apoia-se, segundo ele, em três aspetos: a invenção da interioridade, a afirmação da vida quotidiana e a secularização da sociedade”.

Cunha (1994, p. 37) acredita que “a identidade não se funda na continuidade e sim na percepção pelo sujeito dessa continuidade, desse processo, desse fluxo. Em suma, ela é apenas uma memória”.

Assim, um dos fatores da identidade é o desenvolvimento local, os valores, a cultura, a língua, o património e o território. Esta construção e reprodução dos fatores devem-se à industrialização, à terceirização e à urbanização. Estes três elementos, que estão relacionados com a problemática da identidade social, podem ser vistos através da complexidade da produção, distribuição e consumo de bens e serviços, estratificação e mobilidade social, centralização e burocratização resultante da interação social estabelecida entre a sociedade civil e o estado, desemprego, marginalização e exclusão social.

Segundo Lévi-Strauss (1974, citado por Vieira, 1999), uma pessoa constrói a sua identidade em comparação com as diferenças de personalidade que tem com outras pessoas e assim o individuo oferece a sua própria representação. A identidade e a alteridade constroem-se através do processo de interação no qual o indivíduo percorre o caminho entre nós e o outro que vai descobrindo, acede à consciência de si, por diferenciação dos outros e assimila a identidade do grupo que representa e identifica como seu.

Segundo Silva (1994) as identidades têm origem em ciclos temporais relativamente longos, em processos relativamente complexos de criação, constituição e consolidação. Nesses processos, as identidades formam-se e consolidam-se, através de processos de reprodução dinâmica e adaptativa e através da transmissão ao longo de gerações e grupos sociais. A continuidade da identidade social supõe tradições que são

realidades em movimento, que se formam, que se transmitem e inventam o que cria uma relação com a memória. As tradições não são apenas fatores de reprodução social, elas estabelecem instrumentos de perceção e compreensão das mudanças e a formação de comunidades grupais.

Segundo Bookchin (1987, citado por Ferreira, 1994) as coletividades locais podem tornar-se autónomas e assim orientarem o seu desenvolvimento local no sentido da construção de uma identidade social específica. Para Silva (1994) a identidade implica ser reconhecida por outras pessoas e que haja um desenvolvimento relativamente ao espaço e tempo, ou seja, implica que haja um elemento de formação e continuidade. Assim sendo é importante fazer um esclarecimento sobre atribuição social, rito de instituição e lógica de classificação nos processos de estruturação de identidades e a forma como eles se relacionam com movimentos de desestruturação de identidades, ou seja, relativamente a visões primordiais não é linear nem coerente mas sim contraditório e conflituoso na construção relacional de identidades sociais.

A sociedade atual com o desenvolvimento e crescimento económico que se tem vivido desempenha funções de exclusão e desintegração social uma vez que não existem identidades sociais bem explícitas. Porém, a sua função desempenhada devia de ser o contrário, devia incluir e integrar socialmente todos os indivíduos de forma igual. A forma de aumentar a coesão e a integração social e assim contribuir para a construção da identidade social é através das relações de vizinhança, do contacto com o exterior, da participação dos indivíduos e sua autonomia. Porém, existe uma lacuna que é o facto dos grupos que existem na sociedade não seguirem orientações específicas relativamente ao desenvolvimento local ou à criação de identidades sociais.

Para Vieira (1999), no contacto intercultural, as identidades culturais ou locais não são a verdadeira forma de comunicação, a verdadeira forma são as pessoas que possuem uma identidade cultural dinâmica que possa vir a ser, a médio prazo, objetivo de mudança, ou seja, tem de se pensar na educação para o plural, o que leva a reestruturar o sistema de atitudes que em cada um de nós é responsável pelas representações que temos dos outros.

Para Kashimoto (2002, p. 39), a afirmação da identidade cultural é imprescindível ao fortalecimento da comunidade no seu ambiente, possibilitando a escolha das melhores soluções e o desenvolvimento do processo de desenvolvimento local. Por isso, “importa à comunidade reconhecer essa autoidentificação cultural e assumir esse eficaz instrumento com o objetivo de se tornar protagonista do seu próprio processo de desenvolvimento local”.

Para Jorge (2000), só uma manutenção eficiente da herança histórica garantirá uma continuidade consciente da identidade nacional (história como memória), porquanto a sua discussão ético-social irá manter as tradições indispensáveis e poderá libertar forças criadoras. Ou seja tem de se assegurar a imortalidade da memória coletiva, como mensagem personalizada, segundo consta em tantas convenções e acordos supranacionais, aceites e validados por Portugal (consciência histórica). Preservar a identidade histórica ou tradicional significa afirmar-se partidário da continuidade da história, através de um diálogo ponderado com o moderno, com as novas práticas e exigências socioculturais e as consequentes transformações da arquitetura, relativamente às oportunidades e capacidades do desenvolvimento da ciência e das inovações tecnológicas.

Para Ferreira (1994) a articulação entre as identidades sociais e o desenvolvimento local podem ser analisadas através dos seguintes elementos. O equilíbrio ecossistémico das coletividades locais, relacionando o território, os recursos naturais e os tipos de relações e interações sociais. A recuperação do espírito comunitário baseado em relações e interações sociais ajustadas pelo interconhecimento, a participação, e a solidariedade. E por último, a tendência da localização espacial das atividades económicas e a remodelação do espaço rural, enquanto fenómenos começados pela contra-urbanização das sociedades. Seja pela longevidade institucional e estrutural, ou pelo desconhecimento sociocultural dos tipos da vida quotidiana das coletividades locais em relação com o meio ambiente, torna-se difícil construir uma interação social criadora de uma identidade social.

Para Amaro (2001, p. 166)

“o local é o resultado de uma construção de identidades; há um grupo de interesses que se assume, se identifica e onde são mobilizáveis ações de solidariedade concretas. Portanto, uma comunidade é algo que também se constrói com o projeto”.

Quando se fala de identidade tem de se falar de património e por isso o património é seleccionado como parte do contexto cultural de uma comunidade, uma vez que simboliza a identidade histórica e as vivências de um povo, por isso, o que para uma determinada região ou comunidade pode ser considerado como património, para outros pode não ter esse valor simbólico. Segundo Peixoto (2006) a identidade e o património são parte integrante da mesma equação uma vez que o património representa e prova a existência de uma determinada identidade. Assim, a identidade torna-se mais sólida se for garantida e indicada por um património reconhecível e consensual e o património torna-se mais distinto e autêntico consoante a identidade seja dramatizada e sublimada. Portanto, o património objectifica e fortalece a identidade e a identidade glorifica e elogia o património. Segundo Brito (2006), a diversidade dos tipos de património e as projeções identitárias que são associadas aos museus e ao percurso da sua constituição que é muito ampla. Existem os bens que são considerados como raros, as relíquias e os tesouros; os bens sagrados como os artefactos de culto e as insígnias dos dignitários da igreja; os símbolos do poder como o ceptro, a coroa, o anel, o manto, as joias, a baixela e o mobiliário da casa real; todas as grandes edificações; na área da arqueologia, as ruínas e sítios; património guardado nos museus de arte; descobrimentos do mundo que são expostas em jardins botânicos e zoológicos; e artefactos criados cientificamente e tecnologicamente.

Todos estes objetos e símbolos do património revelam diversas identidades. Brito (2006) refere-as como a identidade religiosa; a identidade do chefe da nação; a identidade do príncipe e a sua capacidade de convocar e exhibir criadores e obras de arte no esplendor do seu palácio; a identidade de artistas e criadores que trazem o autor para o espaço de debate e avaliação sobre património e museus; a identidade do filósofo que a partir dos gabinetes de curiosidades procuram a compreensão e conhecimento do mundo; a identidade dos campos disciplinares que se constituem e presidem à conceção diferenciada dos museus; a multiplicação das identidades locais

e das reivindicações dos territórios de pertença. Ainda segundo o mesmo autor, o património e a identidade supõem a existência de um sujeito que nomeia, enuncia, classifica e institui um património e que lhe é atribuída uma identidade.

Para Torrico (2006), a partir da teoria dos bens culturais que foi fortalecida na segunda metade dos anos 50 do século XX, começou a dar-se valor à diversidade cultural como o verdadeiro património da humanidade. Assim, o conceito de património cultural revela-se, segundo este autor, como um discurso aberto que abrange vários conteúdos muito diversos e integradores, como as paisagens culturais, o património etnológico ou o património histórico. O património tem a capacidade de se destacar pela sua expressão material e física. Este tem uma forte ligação com os museus que foram criados precisamente para guardar o património existente, criá-lo e recriá-lo.

A Convenção para o Património Cultural Imaterial da Humanidade, no artigo 2 apresenta uma definição de património cultural imaterial, referida por Brito (2006, p. 50-51)

“entende-se por património cultural imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e saber fazer... que as comunidades, os grupos e nalguns casos (os indivíduos) reconhecem como fazendo parte do seu património cultural. Este património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é permanentemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interação com a natureza e da sua história, e traz-lhes um sentido de identidade e de continuidade, contribuindo assim para promover o respeito pela diversidade cultural e criatividade humana. O património cultural imaterial, tal como foi definido acima, manifesta-se nomeadamente nos domínios seguintes: 1 – as tradições e expressões orais, incluindo a língua como vetor do património cultural imaterial; 2 – as artes do espetáculo; 3 – as práticas sociais rituais e acontecimentos festivos; 4 – os conhecimentos e práticas relativas à natureza e ao Universo; 5 – os saberes fazer ligados ao artesanato tradicional”.

O papel que a população desempenha é fundamental para o seu desenvolvimento, para isso é necessário compreender a importância que a identidade social tem numa determinada comunidade, uma vez que a identidade social é o que a define. Na

comunidade é importante que exista um bom movimento associativo e que as pessoas sejam parte integrante deste movimento para assim poderem contribuir na resolução dos seus problemas e no aumento da qualidade de vida.

O conceito de movimento social remete para um processo através do qual indivíduos, grupos informais e organizações constroem uma autodefinição que está do mesmo lado num conflito social (Diani, 1992, citado por Martins, 2003). Estes movimentos sociais produzem redes de interação informal, que têm como base uma identidade coletiva e se envolvem em conflitos culturais e/ou políticos. Klaus Eder (1993, citado por Martins, 2003) defende que tal forma de ação coletiva só se constitui enquanto movimento social se o seu princípio for a modernização da sociedade.

Segundo Diani (1992, citado por Martins, 2003) os movimentos sociais são um fenómeno coletivo específico de uma classe social que tem três dimensões, entre elas, uma forma coletiva de ação que implica solidariedade, o envolvimento em conflitos e a oposição ao adversário e a queda dos limites da compatibilidade com o sistema.

Segundo Martins (2003) os novos movimentos sociais surgem através das organizações sem fins lucrativos, o que dá origem a novos associativismos, que foram estudados a nível nacional e permitiu conhecer as possibilidades de alargamento a um espaço estruturado e culturalmente diferente e perceber as influências culturais das organizações que deram expressão a movimentos sociais contemporâneos.

Os novos movimentos sociais surgiram sob a forma de pacifismo, ecologia, feminismo e de outros tipos de participação alternativa. Estes novos movimentos sociais têm algumas diferenças, nomeadamente nas áreas temáticas em que atuam, comparando com os movimentos tradicionais.

Segundo Rodrigues (1995) os novos movimentos sociais personalizaram importantes ruturas políticas, sociais e culturais nas sociedades democráticas mais avançadas e estabeleceram novas temáticas, perspetivas de análise e linhas de reflexão teórica, no campo das ciências sociais. Os movimentos sociais contêm aspetos políticos e nos quais participam indivíduos coletivos com capacidade para desempenhar mudanças históricas significativas. Para Touraine (1981, citado por Rodrigues, 1995) os novos movimentos sociais criam novos interesses e identidades.

Touraine (1994, citado por Martins, 2003) define movimento social através da simultaneidade de um conflito social e de um projeto cultural. O mesmo autor, afirma em 1999 que os novos movimentos sociais visam fazer reconhecer direitos culturais, principalmente em sociedade debilitadas e/ou com problemas.

Klaus Offe (1985, citado por Martins, 2003) definiu a base social dos movimentos sociais através da identificação de três segmentos: a nova classe média (trabalhadores de serviços e/ou Estado qualificados); a velha classe média (comerciantes, etc) e indivíduos desempregados, estudantes, reformados, entre outros.

Kriesi, Koupmans, Duyvendak e Giogni (citado por Martins, 2003) distinguem os novos movimentos sociais em três tipos: os instrumentais (tentam alcançar resultados do tipo instrumental); os da contracultura (afirmam uma identidade externa à sociedade); e da subcultura (refletem manifestações culturais de um subgrupo).

A forma de intervenção dos novos movimentos sociais é na sua maioria em espaços públicos através da participação direta, no entanto há quem participe de forma indireta. Segundo Santos (1994, citado por Martins, 2003) os novos movimentos sociais envolvem-se em discussões onde a ação faz parte da democracia participativa, longe das discussões originais pela cidadania (com a finalidade de uma democracia representativa).

O aparecimento dos novos movimentos sociais fez surgir inúmeras associações das mais variadas áreas de interesse, nas quais os indivíduos participam. Meister (1972, citado por Viegas, 2004) considera associação todo o grupo de indivíduos que decidem, voluntariamente, partilhar os seus conhecimentos ou atividades de forma contínua, segundo regras por eles definidas, tendo como objetivo compartilhar os benefícios da cooperação ou defender causas e/ou interesses comuns. Assim sendo, Viegas (1986) considera que a participação associativa é vista como uma massa populacional que se dedica à mudança social.

Segundo Olson (1965, citado por Rodrigues, 1995) os indivíduos, depois de uma análise pessoal de perdas e ganhos dos seus interesses pessoais, criam as motivações coletivas, no entanto, apesar de se fazer essa análise, os movimentos sociais são orientados para bens coletivos. Segundo Dalton e Kuechler (1990, citado por

Rodrigues, 1995) é difícil identificar as vantagens de forma imediata, enquanto que são bastante visíveis os custos pessoais da sua participação em movimentações sociais. Apesar do nível de participação da população ser baixo, estes manifestam maior interesse quando os seus interesses pessoais estão em perigo.

Segundo Monteiro (2004), o movimento associativo foca-se na autonomia de pensamento e no espírito de alternativa, com capacidade para realizar projetos de uma democracia deliberativa, dialógica e/ou aberta à esfera pública, onde continuam a coexistir várias formas de integração social.

Tocqueville (2001, citado por Viegas, 2004) considerava que perante as condições de vida das sociedades modernas industriais, os indivíduos devido ao facto de estarem absorvidos pelos bens materiais, acabariam por se desinteressar pela importância coletiva da vida política da comunidade. Para que isto não acontecesse foi necessário criar condições que favorecessem o envolvimento dos indivíduos nos problemas sociais e políticos da sua comunidade, criando instituições políticas mais abertas à participação dos cidadãos. Pois o envolvimento dos indivíduos em associações proporciona a integração social, reforça as identidades sociais e possibilita a cooperação.

Os problemas sociais surgem a partir da divulgação dos problemas pessoais e privados das pessoas, por parte das associações que os tentam solucionar através de discussões públicas. Isto enriquece-se o processo de discussão, porque fortalece a sua intervenção na representação de interesses de grupo ou na defesa de valores e normas sociais. As associações têm vindo a demonstrar a sua importância através dos acordos estabelecidos entre as associações e o estado, do apoio que as autarquias fornecem às associações de solidariedade social culturais e desportivas e através de publicidade feita para chamar à atenção de problemas sociais, tais como os direitos humanos e dos trabalhadores, o ambiente, racismo, aborto, entre outros.

Viegas (1986) refere que segundo Toqueville o associativismo e o seu contexto social envolvente têm um papel importante e decisivo na organização das sociedades democráticas, tendo como objetivo a conciliação entre a liberdade e a igualdade. Para além disso o associativismo cria novas formas de sociabilização na sociedade atual.

Segundo um estudo realizado por Viegas em 2001 sobre as atitudes e o comportamento social e político dos portugueses, nomeadamente, o seu envolvimento nas associações, a maioria assume estar ligado a associações desportivas, culturais, recreativa. No entanto, os inquiridos consideram-se mais ativos em associações de solidariedade social e religiosas, onde participam nas atividades ou fazem trabalho voluntário.

Em Portugal, o crescimento das associações relacionadas com a defesa do ambiente, a cultura e recreio, as instituições particulares de solidariedade social e as iniciativas de desenvolvimento local revelam mudanças significativas no comportamento associativo (Monteiro, 2004). Segundo este mesmo autor, comparativamente a outros países, o estado português divulgou as suas intenções em estabelecer condições legais de reconhecimento e apoio a iniciativas ligadas ao desenvolvimento local.

Wessel (1997, citado por Viegas, 2004) refere três tipos de associações: associações políticas (que incluem as associações socioprofissionais), as associações que expressam os novos movimentos sociais e associações de carácter social. Por sua vez, Warren (2001, citado por Viegas, 2004) distingue as associações através de três critérios que são o grau em que a associação é mais ou menos voluntária, os recursos e orientações para o meio envolvente e os objetivos a que as associações dão continuidade.

Existem diferentes tipos de associações, no entanto, em Portugal, a maioria das associações criadas são associações sem fins lucrativos, estas são a base da sociedade civil e atuam através da ação voluntária e da livre participação e cooperação da população. Segundo Van Deth (1997, citado por Viegas, 2004) as associações voluntárias trazem consigo efeitos positivos a nível macro social e micro social, porque proporciona a intermediação social e favorecem as condições necessárias para que os indivíduos alcancem os seus objetivos. Para reforçar esta ideia Monteiro (2004) afirma que é importante a intervenção deste tipo de associações a fim de procurar alternativas de solidariedade, oportunidades de emprego, coprodução de políticas públicas e investimento em dinâmicas de desenvolvimento local. Analisando um estudo apresentado por Martins (2004) pode conferir-se que o número de organizações sem fins lucrativos triplicou desde o ano de 1986 até 2000.

Warren (2001, citado por Viegas, 2004) determina três níveis dos efeitos democráticos das associações: efeitos a nível individual (aumentam a informação, as competências simbólicas, o sentimento de participação, o sentido crítico, a tolerância social e política e as virtudes cívicas em geral); efeitos ao nível da esfera pública (representação de interesses de grupos específicos e contribuição para a comunicação pública e para a deliberação política); e os efeitos institucionais (representação de interesses, das identidades e orientações normativas, do suporte de ações coletivas de protesto e resistência, das funções de coordenação e regulação e do papel subsidiário na implementação de políticas públicas).

A institucionalização das relações entre o estado e as associações proporciona um modelo de democracia participativa que cria benefícios relacionados com educação dos cidadãos para o associativismo. Segundo Viegas (2004) estes benefícios estão relacionadas com o facto dos decisores políticos beneficiarem de uma melhor informação fornecida pelas associações institucionalmente organizadas, dos diversos interesses estarem representados de igual forma, do aumento da educação cívica dos cidadãos e da participação das associações que possibilita ganhos de eficácia para o governo.

Em alguns casos, as associações são totalmente independentes, mas noutros o estado exerce o seu poder, o que fragiliza as associações na sua autonomia para poder intervir. Por este motivo, as associações pretendem que o estado desempenhe as suas funções de parceria, respeitando o carácter autónomo e alternativo das intervenções associativas. A autonomia exercida pelas associações tem vindo a sofrer alterações, condicionando o seu crescimento financeiro e, até mesmo, o seu poder de autonomia relativamente ao estado. Porém, quando as associações são criadas com ajudas do estado, é este que gere localmente a conceção e implementação das intervenções.

Quando as decisões tomadas pelas associações e pelo estado vão ter influência na população, é necessário que estas sejam coerentes. As associações tomam as suas decisões através dos seus princípios, valores e formas de agir. Segundo Monteiro (2004), por um lado existe a aproximação às comunidades através de uma estratégia de participação, incorporação que adquire os significados de implicação na ação. Por outro lado, existe a defesa de uma participação crítica, ou seja, a consolidação da figura

associativa como uma ação dirigida às populações para a consciencialização e a participação nos processos de tomadas de decisão.

Segundo Monteiro (2004), a conciliação da autonomia entre as associações e o estado não significa, obrigatoriamente, o abandono da afirmação da autonomia e do carácter alternativo da intervenção associativa, passando assim a ser gerida através de duas orientações. Por um lado existe a autonomia protegida que se refere à aceitação de uma orientação política e programática, na qual as iniciativas de desenvolvimento local se preocupam em garantir uma autonomia a nível da programação e execução locais. Por outro, a autonomia negociada que tem um carácter autónomo e alternativo nas suas intervenções, reguladas por valores e princípios próprios e que distinguem o tipo de ação, intervindo através de uma ação democrática, solidária e aberta, com capacidades para promover novas práticas de inserção e de reconstrução de laços sociais, para animar novas dinâmicas de desenvolvimento local e para incentivar as comunidades a participarem no seu próprio desenvolvimento. Segundo o autor as iniciativas de desenvolvimento local referem-se a um conjunto de iniciativas que são identificadas através da partilha de propósitos comuns de ação.

As associações de desenvolvimento local intervêm na comunidade local ou na região e envolvem as pessoas em intervenções mais alargadas, dinamizam iniciativas de carácter económico, social, cultural e ambiental, implementam projetos de educação e formação, e gerem programas nacionais e europeus (Brás, 2000, cit. in Monteiro, 2004).

Segundo Silva (2006) as comunidades intermunicipais são pessoas coletivas de direito público, criadas por vários municípios para a realização de interesses comuns. Estas podem ser divididas em dois tipos, as comunidades intermunicipais de fins gerais que são constituídas por municípios ligados entre si por uma união territorial, e as associações de municípios de fins específicos que são criadas para a realização de interesses específicos comuns aos municípios que as integram. Estas associações de municípios surgiram da necessidade dos vários municípios se agregarem devido a critérios relacionados com a proximidade geográfica, cultural, por vezes política e essencialmente dada a partilha de dificuldades comuns. Este tipo de associações só começaram a ser criadas devido ao auxílio prestado pelos gabinetes de apoio técnico.

As agências de desenvolvimento regional surgiram devido à necessidade sentida pelas associações de municípios em criar plataformas que envolvam não só os municípios mas também atores privados, organismos da administração pública e organizações sem fins lucrativos da área de atuação dos municípios com o objetivo de potenciar o desenvolvimento económico destas sub-regiões. As agências de desenvolvimento regional têm como objetivo

“contribuir para o desenvolvimento social e económico da sua zona de intervenção. No sentido de promover a modernização de base económica social e cultural da sub-região, através da elaboração de estudos e do de projetos, assumindo em simultâneo o papel de agente dinamizador e incentivador de novas atividades na sua área de influência” (Silva, 2006, p. 84).

Estas agências foram qualificadas e estabeleceram a criação de uma associação nacional das agências de desenvolvimento regional, designada por ANADER, com o objetivo de apoiar na definição e implementação, a nível nacional, de uma estratégia de atuação concertada em matéria de desenvolvimento regional.

1.2. Poder Local

Para Luhman (1985, citado por Mozzicafredo, Guerra, Fernandes & Quintela, 1988a) o poder é entendido como um fenómeno relacional e recíproco e que quanto maior é a diferença social, maior é a difusão do poder o que leva a uma maior interação das sociedades com a possibilidade de exercerem a capacidade relacional do poder. Assim, Mozzicafredo (1991, citado por Cunha, 1991, p. 225) refere que “o poder local integra-se institucionalmente, política e socialmente no sistema político nacional”. Fernandes (1993) defende que o poder local reúne um conjunto de competências das quais depende o desenvolvimento e a qualidade de vida das populações.

Segundo Felizes (2000) é através de estudos elaborados em contextos sociais, como os que são marcados pela presença do poder local, onde se consegue perceber a razão

pela qual o poder é algo de implacável, mas ao mesmo tempo é fundamental para a existência de uma sociedade. Segundo Fernandes (1992) o poder local é considerado como espaço de democracia política e social.

Segundo Mozzicafredo et al. (1988a) as políticas locais são um processo histórico de transformação das sociedades e de reorganização dos governos locais e do sistema político nacional, ou seja, reorganização de competências e funções. Logo, o problema pode não ser só o poder de estado em si, mas também as novas configurações sociais introduzidas nas formas democráticas de gerir compromissos e conflitos nos vários grupos sociais.

Segundo Faria (2010) desde 1820 que a constituição e o desenvolvimento do estado moderno português demonstram muitas dificuldades em resolver assuntos relacionadas com a administração autárquica territorial.

A partir do 25 de Abril de 1974, começou a existir uma grande expressão popular sobre o poder local em Portugal. E assim foram surgindo aspetos políticos sobre a problemática da regionalização, que são a descentralização, a reorganização dos aparelhos centrais e locais do estado, o aumento dos poderes, as competências e meios das autarquias locais, desenvolvimento local, entre outros, referidos por Mozzicafredo et al. (1988a). Segundo Faria (2010) a partir desta data, o país dispôs de condições para realizar mudanças significativas na afirmação da administração pública territorial, o que vai provocar uma reorganização da administração autárquica territorial a nível macro e micro. O nível macro refere-se a uma nova reconfiguração do estado, no contexto da modernidade avançada em que se encontra o país. O nível micro pretende revelar algumas das novas frentes de ação do poder local. Em ambas as situações é urgente adiantar pistas que permitam refletir sobre a importância da dinamização das estruturas locais e sobre o papel da partilha do poder local.

Outras alterações surgiram com a constituição da república portuguesa em 1976, uma vez que foi devolvido o poder democrático aos municípios que adquiriram novas competências em áreas como o planeamento e o urbanismo, serviços públicos e desenvolvimento económico, para minimizarem os problemas de ordem municipal. Assim os gabinetes de apoio técnico e os municípios com critérios de proximidade

geográfica, cultural e por vezes política que têm em comum a partilha de determinados problemas, decidiram criar plataformas de convergência, cooperação e ação conjunta, constituindo associações de municípios (Silva, 2006).

Após o 25 de Abril, de 1974, Portugal tem atravessado várias fases de desenvolvimento e têm-se assistido, entre os governantes locais, a uma preocupação crescente pela capacidade de gestão, com maior grau de autonomia e liberdade. Relativamente às comunidades locais, estes atuam como mecanismo para a eleição de um representante político que um determinado partido quer colocar à frente dos seus destinos (Fernandes, 1992).

Nesta altura, em 1974, as novas autarquias depararam-se com uma sociedade local com baixo nível de desenvolvimento económico, com diferenças regionais e com carências de infraestruturas urbanas. Por este motivo as câmaras desenvolveram a nível local uma ação direcionada a políticas de infraestruturas e de reorganização dos espaços urbanos. É a partir desta época que as populações se mobilizam e despertam para a participação política.

Num estudo desenvolvido entre 1976 e 1986, Mozzicafredo et al. (1988a), concluíram que o significado do poder local tem variado segundo as fases e o tipo de ações desenvolvidas. O poder autárquico primeiro estabeleceu-se na intervenção municipal e na reorganização de alguns aspetos da sociedade local, aliado a uma política assistencial face às exigências locais. Num segundo momento o poder autárquico caracteriza-se por uma gestão autocentrada nos grupos políticos partidários que corresponde ao relacionamento mais individual, distante e institucional com a sociedade local. Numa terceira fase o poder autárquico tem uma intenção de liderança de mutualidade com os sectores privados mais dinâmicos da sociedade local, identificando uma estratégia conjunta tendo por base uma política de reconversão industrial, de criação de emprego e de atividade cultural diversificada. É também importante referir a capacidade do poder autárquico em liderar ações de desenvolvimento local através da obtenção de consensos ativos e práticas nos sectores sociais locais que serão o resultado de uma democratização da ação política.

Segundo Fernandes (1993) a relação entre o poder autárquico e os poderes difusos assume-se tanto como conflituosa como consensual. O poder autárquico ocupa um lugar privilegiado devido à sua crescente profissionalização nas mais diversas atividades e à escala local, por outro lado, os poderes difusos têm uma menor profissionalização, no entanto têm uma maior especialização embora o raio de alcance global de atividades desenvolvidas seja menor.

Os poderes difusos referem-se aos atores sociais e à influência que estes podem exercer no sistema de relações das comunidades locais. São poderes que não estão institucionalizados no sistema político mas deles poderá depender a vitalidade da democracia participativa e a atividade e o bem-estar das populações. Embora existam também poderes difusos institucionalizados, como é o caso da existência de algumas instituições consideradas importantes, como as igrejas, partidos políticos e as associações industriais e agrícolas. Os poderes difusos existentes numa comunidade local têm de ter capacidade suficiente para se afirmarem e têm de se inserir em redes mais alargadas de relações nacionais e internacionais, porque se posicionam perante o poder autárquico e ambos disputam as suas capacidades de decisão.

Mozzicafredo, Guerra, Fernandes & Quintela (1988b) defende a ideia de que o sistema político local é entendido como uma configuração territorial que abrange as instituições políticas e administrativas dos municípios, as funções e as responsabilidades políticas e sociais das associações locais e a dinâmica das relações sociais locais. Existem vários tipos de análises realizadas por mecanismo de decisão para tentar compreender o funcionamento do poder autárquico sobre o poder no sistema político local, que Mozzicafredo et al. (1988a) refere. Em primeiro, a análise posicional que é uma abordagem muito limitada porque não revela os mecanismos de denominação uma vez que o poder se identifica com a função e exerce-a dentro dos limites. Em segundo, a análise reputacional que está relacionada com a avaliação da imagem da reputação, dos atores políticos, considera uma estrutura monolítica do poder onde predominam os dirigentes económicos sobre a vida política e social. Em terceiro, a análise decisional que investiga as decisões da conectividade local, mede o poder local que cada um exerce, sendo uma tipologia das estruturas do poder local. Por último, a análise comparativa que é uma combinação entre a reputacional e a

decisional uma vez que a classe social dá origem a estruturas de poder e têm uma influência decisiva nas suas decisões.

Mozzicafredo (1993) caracteriza de duas formas as estratégias políticas camarárias de desenvolvimento local desde o início do regime democrático até 1987/88. A primeira relaciona-se com a atividade do poder autárquico que delimitou a intervenção municipal nos domínios das infraestruturas e na reorganização socio-urbanística aliado a uma política de assistência às exigências das populações locais. Na segunda o poder autárquico foi confrontado com as diferenças da sociedade local e com as políticas de retração da administração central, caracterizando-se por uma gestão centrada nos grupos políticos partidários e no relacionamento individual, distante e institucional com a sociedade local.

É importante referir alguns elementos relacionados com as implicações do espaço local para o desenvolvimento de estratégias políticas de desenvolvimento local, referidas por Mozzicafredo (1993). Em primeiro refere que o estabelecimento de uma política autárquica de maior lógica nos investimentos públicos e privados está relacionada com a criação de condições estruturais ao crescimento industrial que promove um clima de reestruturação económica local, através da implementação de políticas de infraestruturas e redes de comunicação, políticas de qualidade de fixação da mão-de-obra necessária à difusão das indústrias locais, centros de investigação e de difusão de novas tecnologias e serviços às empresas, com o objetivo de criar um ambiente social e cultural favorecendo a fixação das populações locais. Em segundo refere que o desenvolvimento regional local exige a abertura das regiões para o exterior porque os fatores favoráveis ao desenvolvimento são as obras de infraestruturas industriais, a rede e comunicações, as ações de formação e qualificação de mão-de-obra, de investigação de novas tecnologias, os programas públicos com base nas políticas financeiras de reconversão industrial e os programas de captação de fundos comunitários e de investimentos estrangeiros. E conclui que a problemática do desenvolvimento regional local reavalia o papel do Estado enquanto agente dinamizador de políticas locais de reestruturação tecnológica e de reorganização de atividades económicas e sociais locais.

Para Ruivo & Veneza (1988) o controlo que o poder central exerce sobre o poder local não é imediato nem explicativo, mas sim direto, e por isso não é possível entender o poder central sem o poder local e vice-versa, uma vez que o poder local e o poder central ou nacional se interligam um com o outro pela implantação local de instituições nacionais ou pelo desenvolvimento de iniciativas locais de incidência nacional. Os autores consideram ainda que o poder local também é estado embora seja local e revele a articulação ou interpretação entre central, local e até internacional. Comparam ainda a ordenação do tecido social e a mediação reguladora de conflitos em que por ser estado ordena o tecido social, mas por ser local essa ordenação torna-se mais flexível, aberta a uma multiplicidade de novos atores e suscetível de coordenação e que por ser estado atua no sentido de uma mediação reguladora de conflitos, mas por ser local, mais facilmente esses conflitos poderão ascender ao seu interior.

Segundo Fernandes (1992) por um lado, o poder local reproduz no espaço regional a mesma lógica e estrutura do poder central, por outro lado, o poder local obedece a outra lógica e estrutura, por fazer parte de uma democracia livre e participativa. Para o autor se o poder local é uma reprodução do poder central tem de se governar pela mesma lógica formal da democracia representativa, na sua formação e execução.

O poder central tenta ter menos responsabilidade na atividade económica e assim concentrar-se unicamente na atividade política, enquanto que o poder local é estimulado a transformar-se em agente económico, intervindo principalmente nesta área. Quando o poder local reproduz o poder central, transforma a assembleia municipal em primordial ou na única instância de negociação. Esta assembleia é formada por pessoas da comunidade local que são eleitos sem a avaliação necessária dos partidos políticos (Fernandes, 2010). As câmaras desempenham um papel fundamental no desenvolvimento local através de estratégias políticas que diferem umas das outras relativamente ao grau de autonomia da administração central e dos grupos socioeconómicos locais, às capacidades em gerir os equilíbrios e as diversidades locais e as possibilidades económicas e financeiras das autarquias.

A articulação entre o poder local e o poder central atua através de uma articulação de planos, onde o estado tem de ter um plano nacional de desenvolvimento e o poder local tem de ter um plano diretor municipal como um instrumento para promover o

desenvolvimento local e os interesses das comunidades, de forma a promover a iniciativa, a participação e a mobilização, uma vez que a comunidade local é considerada por Fernandes (1993, p. 10) como “um espaço público onde desperta a vontade geral, que é um elemento essencial à vivência em democracia”.

Para Faria (2010) o conceito de governância pretende corporalizar o princípio da participação dos cidadãos na construção do seu objetivo de vida, relativamente ao que pode interferir direta ou indiretamente nas suas vidas, através dos atos e decisões da administração pública e local. Segundo o autor, nas democracias ocidentais verifica-se que a participação política tem sido seletiva relativamente ao facto do número de cidadãos a participar ser limitado e de haver grupos a participar mais do que outros. Através de estudos realizados sabe-se que na democracia política as taxas de participação são baixas e diminuem ainda mais quando se estuda o grau de empenho relativamente à votação, ao interesse pela área, participação em atividades, inscrição numa organização ou, mais baixo ainda, na ocupação de cargos políticos. Este baixo nível de participação sofre alterações quando os indivíduos têm os mesmos interesses e valores. Quando questionadas pessoas com um maior nível de formação, estes níveis de participação são mais elevados.

O tecido social das comunidades locais não é todo igual. Assim, Fernandes (1992) refere três áreas fundamentais, no centro, na área intermédia e na periférica. No centro, o núcleo político é composto por órgãos do poder autárquico, câmaras e juntas de freguesias, na qual são eleitos pela comunidade e desenvolvem atividades de gestão de interesses da comunidade. Na área intermédia, o núcleo político é constituído por agentes coletivos formados pelas diversas associações reúnem interesses partilhados na área da economia, da cultural e do desporto e que podem atuar como meios de animação e de mobilização da comunidade e ser um incentivo para a aplicação de projetos coletivos. Na área periférica encontra-se a população no município considerada como desorganizada porque não aparece relacionada com formas organizacionais viradas para uma atividade específica.

A participação dos cidadãos em áreas políticas tem de ser feita de forma consciente e informada e têm de estar empenhados e motivados, uma vez que as suas decisões têm influência na vida política. O novo paradigma de desenvolvimento local contribuiu

para o desenvolvimento social e educativo das pessoas, criando condições para a sua formação política e para o fortalecimento das identidades regionais.

Mozzicafredo (1993) destaca o papel dos governos locais em alguns aspetos, entre eles, a dimensão temporal no qual as câmaras atuam como agentes de resolução de problemas de reorganização dos espaços locais e de satisfação de necessidades básicas das populações. Outro aspeto está relacionado com o contexto de modernização local das relações socioeconómicas que é condicionado pela gestão de fundos comunitários e da administração central e pelo surgir de um dinamismo empresarial de reestruturação e de inovação do tecido industrial local. Por último, é importante realçar o espaço regional-local como fator potenciador do desenvolvimento relativamente a elementos endógenos e exógenos e às iniciativas locais, regionais, centrais e comunitárias.

Para Mozzicafredo (1993) a modernização local está assente na transformação que tem ocorrido na sociedade local e por isso exige a atenção e preocupação do poder executivo camarário. Em primeiro, as principais tendências de transformação referem-se à reestruturação e recomposição das relações económicas locais e à renovação do tecido industrial ao mesmo tempo que existe crise e declínio da atividade económica. Outra transformação foi o aumento da importância social e política das camadas de assalariados dos estratos médios e do peso político e social dos quadros técnicos médios e superiores e dos centros universitários, e ainda a renovação do tecido urbano. Estas tendências de transformação coincidem com constrangimentos económicos e financeiros da atividade camarária. Por um lado, existe a persistência de um clima de austeridade fiscal, as câmaras têm como objetivo ultrapassar isto através de estratégias de reorganização da administração local e redução dos serviços prestados à comunidade, e assim diminuir os gastos e aumentar o nível de produtividade. Por outro lado, a persistência de um modelo de liderança local que através da capacidade do poder autárquico em liderar ações de desenvolvimento local, obtém várias aprovações nos sectores sociais locais em transformação. Estas aprovações são o resultado tanto da modernização da ação política na diminuição do carácter ideológico-partidário, como da dinamização e reestruturação dos grupos e dos setores económicos locais.

Um dos resultados desta transformação foi a renovação dos espaços locais e a dinamização da atividade local, o que levou ao surgimento de novos empresários e de novas atividades económicas locais que se revelam nas práticas associativas e no tipo de estratégia utilizada para a intervenção no desenvolvimento económico e social local.

O processo de democratização e de diferenciação da sociedade e do desenvolvimento local impõem uma maior capacidade de seleção de alternativas, porém o tipo de gestão praticado pelo governo local leva a uma diminuição das decisões ativas para a dinamização do desenvolvimento local. Assim, perante as condicionantes da autonomia e as potencialidades do poder autárquico, a ação política municipal caracteriza-se por um défice de poder que se traduz na discórdia entre as potencialidades e as capacidades do poder do governo local (Mozzicafredo, et al., 1988a).

Após um estudo com a aplicação de inquéritos a 65 presidentes de câmara em 1986, realizado por Mozzicafredo, et al. (1988b), concluiu-se que relativamente ao perfil dos governantes locais, estes têm uma elevada taxa de qualificação escolar, a maioria reside e trabalha no concelho e alguns deles já foram dirigentes em associações desportivas. Para os autores o facto de quase metade dos autarcas ter sido dirigente de associações desportivas pode apontar para uma fraca dinâmica da sociedade local relativamente ao papel das associações profissionais e económicas no desenvolvimento local.

Relativamente ao tipo de gestão camarária aplicado, a maioria dos presidentes de câmara afirmaram ser o de resposta às solicitações imediatas, havendo uma pequena percentagem para as atividades de rotina e inovação. Relativamente à importância que o poder municipal tem como agente de desenvolvimento, os autarcas consideram que as iniciativas privadas têm mais importância, de seguida a intervenção política central e por fim a intervenção camarária com menos relevância. No que se refere às formas de relacionamento autárquico com a sociedade local os presidentes de câmara consideram que as associações desportivas, culturais e recreativas são o grupo social mais útil para o concelho, seguindo-se com menor percentagem as associações de moradores, depois as associações sindicais, as empresariais e as industriais.

Relativamente à forma como os presidentes têm conhecimento dos problemas do concelho a maioria afirma ser através de deslocações e visitas, seguindo-se as reuniões com as juntas de freguesia e os contatos diretos com interessados, como sendo as principais fontes de informação. Em relação à forma como é apresentada a opinião dos munícipes à câmara, os presidentes consideram que escrever para o município e a audiência na vereação são a melhor forma de apresentação dos interesses e a organização de manifestações é considerada a pior. Por último, as associações locais consideram que os resultados eleitorais são o mais importante relativamente à representatividade da câmara, enquanto que os presidentes consideram a satisfação de necessidades da população.

Como refere Faria (2010) a crise fiscal do “Welfare State” fez com que os governantes locais competissem entre si para conseguirem assegurar recursos económicos, tentando arranjar investimentos para os seus territórios. E assim surgem as políticas de desenvolvimento local e através delas os governantes tentam estimular o investimento local, nacional ou estrangeiro, oferecendo garantias na diminuição de riscos e custos e aumentando a possibilidade de lucro na construção de infraestruturas, em apoio na procura de financiamentos, incentivos fiscais, favores na implementação de regras municipais, desenvolvimento do sistema educativo, entre outros. Devido à nova reconfiguração, o estado começou a valorizar um sistema de governo multinível territorializado, onde tem responsabilidade eleitoral e onde se tornou mais importante a presença de diversos atores e redes da sociedade civil que pressionam o estado a permanentes negociações, incentivando-o na procura de acordos e no incentivo de uma esfera pública livre e participativa.

As novas formas de participação criaram uma mudança de rumo nas políticas de desenvolvimento económico local. A persistência de um cenário centralista levou os governos locais autárquicos a adotarem um paradigma de desenvolvimento local afastando o planeamento centralizado. O objetivo central desta estratégia é promover o desenvolvimento endógeno destes territórios de forma solidária.

Segundo Fernandes (1992) o discurso político de autarcas, de parlamentares e de ministros está relacionado com a promoção do desenvolvimento, a salvaguarda do património e a valorização das culturas regionais. O nível de experiência dos gestores

autárquicos fez com que, com o avançar dos anos, existissem mudanças significativas no perfil dos governantes locais que estimula e orientam atividades de gestão administrativa, de satisfação de necessidades primárias, de criação de infraestruturas e de incentivo ao desenvolvimento económico.

Com o passar dos anos é notória uma evolução profissional dos órgãos autárquicos, estes possuem uma formação mais elevada, o que poderá representar uma evolução positiva. Estes governantes pretendem dar resposta às necessidades das populações e para isso criam relações com as associações locais, que representam os interesses e as necessidades das comunidades e são consideradas uma via de acesso facilitador com o poder local. Uma vez que “as associações dinamizam a vida social e reforçam a democracia, ao proporcionarem a participação numa diversidade de atividades e ao proporcionarem uma aproximação entre o poder e a sociedade” (Fernandes, 1993, p. 13).

Para Mozzicafredo et al. (1988a, p.80) “o conflito na ação política é positivo, natural e eficaz: é da ação conflitual que resulta o consenso, que é um dos resultados da ação política”. Assim, Fernandes (1993) refere que o poder local é considerado como uma forma de estruturação do sistema de poder nas comunidades e o seu objetivo depende da capacidade que tem em dar respostas às exigências das populações e da possibilidade de regulação da vida social, e por isso poderá fortalecer as estruturas de base e progredir na mudança de mentalidades e de comportamentos, o que leva os atores sociais a desempenharem novos papéis e a estimular outras formas de relações sociais.

Assim, em pleno século XXI os governante locais formam um nível de intervenção mais adequado para a resolução de problemas, estimulando uma boa governação e a inovação. Assim, os governantes locais são mais recetivos e responsáveis, mais eficientes na distribuição de serviços, conhecem melhor as necessidades da sua comunidade e assim favorecem a participação política, contribuindo para uma melhoria da qualidade de vida das populações.

1.3. Do Conceito de Desenvolvimento ao Desenvolvimento Local Sustentável

1.3.1. Desenvolvimento

Para Amaro (2004) é comum que o nascimento do conceito de desenvolvimento se associe ao período que decorreu após a 2ª Guerra Mundial, só nesta altura ganhou estatuto científico, uma vez que se conseguiu a independência da maioria das antigas colónias europeias, ou seja, o desenvolvimento desses países. O conceito de desenvolvimento surge a partir desta data associado ao desenvolvimento e crescimento económico uma vez que as suas práticas e expectativas assentaram nos seguintes mitos: economicismo, produtivismo, consumismo, quantitativismo, industrialismo, tecnologismo, racionalismo, urbanicismo, antropocentrismo, atnocentrismo e uniformismo. Todos estes mitos têm em comum o desenvolvimento e crescimento económico como uma condição necessária, relativamente à produtividade, à venda, ao valor e à quantidade de produtos produzidos, ao progresso tecnológico, ao conhecimento científico, à migração, à valorização do homem e à definição de modelos de boas práticas.

A 2ª Guerra Mundial trouxe consigo vários processos de mudança e de desenvolvimento, dos quais resultaram progressos e privações. Amaro (2004) refere como progressos: o aumento da produção e do consumo de bens e serviços; o aumento elevadíssimo dos níveis de produtividade e da sua eficiência; melhoria notória dos níveis de escolarização; a melhoria das condições de saúde; os progressos em vários domínios científicos; e as novas oportunidades de eficiência produtiva e de conforto na vida em geral. No entanto também surgiram privações e retrocessos, entre eles: discriminação e marginalização de parte da população mundial; mal-estar e carências em muitos países do terceiro mundo; novas formas de mal-estar social o que gera novas formas de pobreza e exclusão social; o desenvolvimento associado a uma profunda degradação da natureza; o aparecimento de novas doenças públicas; desumanização do trabalho; excessiva especialização no conhecimento científico; e ainda o aparecimento de novas religiões e culturas radicais.

As características, associadas ao conceito de desenvolvimento, acima referidas, estão diretamente relacionados com o denominado paradigma funcionalista. Este paradigma tem uma forte ligação ao conceito de desenvolvimento como crescimento económico que trouxe algumas consequências. Uma delas é o facto do crescimento económico estar sempre associado ao desenvolvimento e assim quando o nível de desenvolvimento dos países é qualificado e quantificado fazem-no sempre através da área económica, deixando de parte outras áreas. Existem alguns conceitos de desenvolvimento económico que Amaro (2004, p. 10) refere, citando outros autores, como Myrdal (1957) que refere que ao desenvolvimento económico como “um aumento nos níveis de vida das pessoas vulgares”, ou Okun & Richardson (1962) que refere que “o desenvolvimento económico deve ser definido como uma melhoria sustentada e secular no bem-estar material (...), refletida num fluxo crescente de bens e serviços” e ainda Ellsworth (1950) “essencialmente o problema do desenvolvimento económico é o aumento do nível de rendimento nacional através de um produto per capita acrescido, de forma que cada indivíduo possa consumir mais”.

As origens do conceito e das preocupações com o desenvolvimento económico são referidas por Arndt (1981, citado por Chaves, 1994). A autora refere que a noção de desenvolvimento relacionado com a exploração de recursos naturais já existe na literatura desde antes da 2ª Guerra Mundial e revelou ser uma causa determinante para o crescimento económico e para o seu afastamento da ideia de um crescente bem-estar social. Neste conceito de desenvolvimento, o meio ambiente é considerado um simples meio para atingir os seus objetivos.

Rita & Mergulhão (1997) consideram que o paradigma funcionalista não valoriza algumas dimensões do desenvolvimento, entre elas, a social, a cultural, a ambiental e a política, que cada vez são mais importantes até a nível comunitário, através do envolvimento das populações e dos recursos das regiões. Segundo estes autores a perspetiva funcionalista tinha como base o crescimento económico do consumo de massa para assim garantir a produção em massa. Este modelo de organização das sociedades industriais, principalmente em grandes centros ou no litoral, foi definido por Henry Ford, ficando conhecido como o modelo Fordista.

Segundo Mergulhão (1997) o paradigma funcionalista é o paradigma que está no centro dos problemas de desenvolvimento em geral e de desenvolvimento local em meios rurais. Relativamente ao paradigma funcionalista, este tem sido a perspetiva dominante na política económica portuguesa, que pressupõe o desenvolvimento estimulado. Esta perspetiva tem em atenção a localização para se criarem negócios. Assim, uma vez que o litoral e os grandes centros urbanos traziam mais vantagens e menos custos para a produção, foi nestas regiões que se criaram investimentos, esquecendo os meios rurais. Este paradigma obriga os meios rurais a procurar melhores localizações para conseguir favorecer o crescimento económico e assim conseguir o desenvolvimento regional.

Segundo Rita et al (1997), em Portugal, tem-se adotado medidas políticas de desenvolvimento baseadas em interesses nacionais, deixando de parte os regionais e por isso pode-se verificar duas realidades muito distintas, como é o facto da atividade económica do país se encontrar, na sua maioria, no litoral e nas grandes cidades e no interior não existir, praticamente, investimentos. Estas consequências surgem do paradigma funcionalista que tem sido utilizado no país e que está relacionado principalmente com o crescimento económico e que pressupõe o desenvolvimento de cima para baixo, como refere Henriques (1987, citado por Rita et al, 1997). Este paradigma não tenta mobilizar nem estimular a participação das populações, como refere Hunt (1989, citado por Rita et al, 1997) é um desenvolvimento centralizado que não considera importante a satisfação das necessidades básicas.

Com o passar dos anos, tornou-se difícil de sustentar este paradigma funcionalista, que entrou em crise uma vez que se concluiu que não estava a resultar e que o crescimento económico não é o único objetivo do desenvolvimento. Face aos problemas existentes e à incapacidade de os resolver surgem novos conceitos de desenvolvimento.

Com a renovação do conceito de desenvolvimento e o nascer de um novo paradigma denominado de territorialista, Amaro (2004) refere o aparecimento de seis novos conceitos: desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local, desenvolvimento participativo, desenvolvimento humano, desenvolvimento social e integrado. O autor organiza os primeiros 5 conceitos em 3 fileiras. A primeira fileira, a ambiental que

tenta conciliar o desenvolvimento com as preocupações ambientais e a ela está associado o desenvolvimento sustentável.

A segunda é a fileira das pessoas e das comunidades coloca-as no centro do protagonismo de desenvolvimento, tendo como resultado a uma participação ativa. O primeiro conceito que surgiu nesta área foi o conceito de desenvolvimento comunitário.

Silva (1963, citado por Amaro, 2004) baseia-se em três ideias fundamentais sobre o desenvolvimento comunitário: as populações devem estar presentes quando é feito o diagnóstico das suas necessidades; a resolução destas necessidades deve ser consoante as capacidades da população; e estas soluções devem ser integradas analisando os conhecimentos disciplinares e os sectores de intervenção. Orduna (2000, citado por Gómez et al, 2007, p.122)

“considera que o desenvolvimento das comunidades locais parte das necessidades específicas da população local e propõe alternativas adequadas às atuais exigências sociais. Expresso nesta citação, o processo de mudança social é concretizado através da situação local. Adianta que os recursos são aproveitados de forma sustentável na medida em que a sua otimização não descuida a preocupação para preservá-los para si mesma num futuro imediato e para os seus descendentes”.

Segundo Mascarenãs (1996, citado por Gómez, Freitas & Callejas, 2007, p.120) este conceito é

“uma técnica de ação social e processo (fundamentalmente educativo) que se realiza sobre as comunidades em situação de subdesenvolvimento ou de marginalidade sociocultural ou económica, com o fim de que possam aceder a níveis ótimos de bem-estar social e de qualidade de vida. Neste processo é fundamental a consecução da participação voluntária, consciente e responsável da população no seu desenvolvimento (económico, cultural educativo, sanitário, produtivo, etc.).”

Posteriormente ao conceito de desenvolvimento comunitário surgiram os conceitos de desenvolvimento local (referenciado mais à frente) e de desenvolvimento participativo

“na adoção de uma metodologia participativa nos processos de mudança e melhoria das condições de vida das populações, desde a concepção e decisão à avaliação, passando pela execução, direção e acompanhamento, implicando a afirmação plena da cidadania, nos seus direitos e deveres” (Amaro, 2004, p. 20).

Relativamente à terceira fileira, a dos direitos humanos e da dignidade humana estão associados o conceito de desenvolvimento humano e social. O desenvolvimento humano

“é um processo de aumento das escolhas das pessoas, que lhes permitam levar uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento, ter acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno, enquanto os preservam para as gerações futuras, proteger a segurança pessoal e alcançar a igualdade para todas as mulheres e homens” (Amaro, 2004, p. 21-22).

O desenvolvimento social como refere Amaro (2004, p. 21) é um “processo de garantia de condições sociais mínimas, bem como de promoção da dimensão do bem-estar, por parte dos responsáveis dos vários países e organizações internacionais”.

Amaro (2004) resume estes novos conceitos, que contribuíram de forma vantajosa para ultrapassar as concepções tradicionais do desenvolvimento, em sete pontos: o carácter multidimensional (recusa leitura disciplinar e provoca uma visão interdisciplinar); realização das capacidades das pessoas (através da mudança de abordagem da satisfação de necessidades); relação com o conceito e os processos de cidadania, exigindo metodologias participativas e uma lógica de empowerment (associado à renovação dos sistemas democráticos); nova relação com a natureza; multiterritorialidade (redefinição de bases territoriais); união a múltiplos protagonistas; e por último, a variedade das opções que surgiram com estes novos conceitos.

Os novos conceitos de desenvolvimento contribuem todos de alguma forma para o desenvolvimento local. Com tudo o que tem sucedido Rita et al (1997) referem que é evidente que agora e no futuro das regiões rurais se tem de valorizar e aproveitar os recursos e as potencialidades que as caracterizam, não como uma perspetiva de crescimento económico, mas como uma perspetiva lenta e segura de uma melhoria da qualidade de vida para toda a população. No entanto, o desenvolvimento local em meios rurais enfrenta um problema que é a questão demográfica, o facto de ter poucos recursos humanos e dos poucos existentes serem envelhecidos e com pouco formação, tendo assim como objetivo, tentar alterar estas tendências de desertificação e do envelhecimento e promover a formação das pessoas, para poder criar as condições essenciais ao seu desenvolvimento.

Devido às privações e retrocessos decorrentes da 2ª Guerra Mundial surgiram alterações nas práticas e nas abordagens do desenvolvimento. Amaro (2004) refere cinco fatores que foram fundamentais para esta mudança: a frustração; o aparecimento de sintomas claros de mal-estar social nos países desenvolvidos; a emergência de uma consciência ambiental; a persistente crise económica; e o mal-estar social, económico, ambiental e político que se viva em todo o mundo.

Existem várias razões para explicar a importância do aparecimento do novo conceito de desenvolvimento que foi criado, Amaro (2004) explica-as. A primeira está relacionada com os desafios da reconstrução europeia, em que os países afetados pela guerra recuperaram o seu caminho do progresso. A segunda está relacionada com o confronto da Guerra Fria na qual tinha de haver uma base de acumulação produtiva. A terceira é a afirmação do Keynesianismo como um novo paradigma da ciência económica que tinha como objetivo a realização do progresso e o aumento do bem-estar das sociedades. Por último, o resultado da guerra trouxe-se consigo alguns compromissos, como por exemplo, o direito de não passar necessidades, promover o livre acesso de todos os países ao comércio internacional e ao abastecimento de matérias-primas e ainda garantir que a sociedade viva sem medos e sem passar dificuldades.

Com o aparecimento do conceito de desenvolvimento local, com a crise do paradigma funcionalista e a necessidade de solucionar os problemas sociais surgiu um novo paradigma, o paradigma territorialista.

Este novo paradigma de desenvolvimento, denominado de territorialista, tem de ter por base a participação da população através da mobilização e do comprometimento; a integração dos recursos regionais de carácter endógeno; e a existência de uma política que tem como objetivo o desenvolvimento a partir de baixo e assente nas capacidades de cada região. Segundo Monval (1993, citado por Mergulhão, 1997) as estratégias de desenvolvimento em meio rural têm sucesso se tiver em conta as ideias, os interesses, as preocupações e os conhecimentos dos atores rurais, não só relativamente à sua situação presente mas também da futura, e se existir uma mobilização integral de toda a população. Esta nova perspectiva veio resolver o problema criado pela perspectiva anterior, uma vez que os atores locais desempenham um papel importante na definição e implementação das estratégias de desenvolvimento e tem-lhes sido atribuído mais poder para solucionar os seus problemas e necessidades, e assim aumentam os seus níveis de participação. O respeito pelo ambiente foi outro fator que surgiu juntamente com o paradigma territorialista que defende o desenvolvimento mas mantendo o equilíbrio ambiental e não prejudicando as gerações futuras (Mergulhão, 1997).

O desenvolvimento tende a ser cada vez mais um conceito aberto à interdisciplinaridade, à análise integrada e organizada, à ideia da variedade e da versatilidade, à dimensão ambiental, à participação, à valorização do sentido humano, entre outros. (Amaro, Henriques & Vaz, 1992). Neste sentido, Amaro et al (1992, p.13) apresenta

“os fatores explicativos da emergência do desenvolvimento local, entre eles:

1. A crise da soberania (autonomia) e identidade, e das respetivas redes de solidariedade, da base territorial nacional. Estamos perante um “puzzle” territorial com articulações a níveis nacional, supranacional, transnacional e infranacional que permitiu a afirmação de identidades, solidariedades e autonomias de base regional e local, com mais facilidade do que no passado;

2. As novas tecnologias tornaram possível uma outra relação das atividades económicas e sociais com o tempo e o espaço;
3. A crise financeira e ideológica instalada levou aos atores locais, pressionados pelos problemas que viviam, a assumirem o protagonismo e a iniciativa na busca de respostas próprias, a maior parte das vezes, segundo uma lógica de ‘partenariado’ local;
4. A consciência cada vez mais aguda e esclarecida dos graves problemas ambientais causados pelo (s) modelo (s) de desenvolvimento predominante (s) até hoje, também contribuiu para uma relação mais íntima e ativa das populações com os respetivos ‘habitats’, dando mais consistência à identidade e às solidariedades necessárias nos processos de DL”.

Como consequência, o desenvolvimento local torna-se possível e real, fortalecendo a afirmação de uma territorialidade local ou regional, no sentido da presença de uma identidade atingida, de uma rede formal ou informal de solidariedades funcionais e úteis em certos momentos e de instrumentos de expressão e realização de uma certa margem de autonomia de decisão e ação (Amaro et al, 1992).

Assim, o paradigma territorialista, segundo Silva (1982, citado por Rita et al, 1997) tem-se imposto de forma lenta mas implacável, uma vez que se tornou evidente que o crescimento económico não é obrigatoriamente sinónimo de desenvolvimento. Segundo Pecqueur & Silva (1989, citado por Veiga, 2005) o modelo de desenvolvimento endógeno está associado ao novo paradigma territorialista, contraditório com o anterior. Este novo paradigma define o espaço e o território assente numa base sociocultural comum, como um espaço próprio onde se expressam estratégias baseadas na solidariedade existente a nível local.

O facto do paradigma funcionalista não ter valorizado algumas áreas afeta o paradigma territorialista como

“o principal referencial teórico do desenvolvimento, sobretudo do desenvolvimento local em meio rural, pois é nas regiões rurais desfavorecidas que mais se faz sentir a necessidade de processos de melhoria da qualidade de vida das populações baseados naquilo que as diferencia

e as caracteriza, na medida em que os seus constrangimentos dificultam muito outro tipo de desenvolvimento, fundamentado em investimentos de carácter endógeno: a falta de recursos humanos e a sua deficiente ou quase nula qualificação; a crise generalizada por que passa a agricultura, atividade económica ainda importante e para a qual não existem alternativas com suficiente viabilidade económica; a interioridade; a dependência do mercado de emprego das câmaras municipais, que também são, na maioria dos casos, os únicos investidores; o desemprego e o emprego precário” Rita et al (1997, p. 33).

O paradigma territorialista, que surgiu numa lógica territorial e que visa indicar a necessidade de os atores locais participarem nos respetivos processos de desenvolvimento, principalmente através da valorização dos recursos das próprias regiões, ou seja, este modelo de desenvolvimento visa a completa mobilização do capital endógeno, sendo criado, segundo Henriques (1987, citado por Rita et al, 1997, p. 37) como “um processo integral de satisfação das necessidades básicas e de expansão das oportunidades dos indivíduos, grupos sociais e comunidades territoriais através da mobilização integral das suas capacidades e recursos”. Agora é importante que as populações e as regiões tenham conhecimento das suas potencialidades para promoverem o seu próprio desenvolvimento e assim melhorarem a sua qualidade de vida, sem pôr em causa as futuras gerações. Para Rita et al (1997) é importante que os meios rurais possuam mais poder para poderem ser eles próprios a resolver os seus problemas, a executar as suas estratégias e a satisfazer as necessidades sentidas, porque só as populações têm a verdadeira consciência dos seus problemas e necessidades.

1.3.2. Desenvolvimento Local Sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu em 1987, antes falava-se em ecodesenvolvimento. A primeira vez que se falou na noção de ecodesenvolvimento foi Strong (1973, citado por Chaves, 1994) que o referiu como sendo um processo de desenvolvimento no qual se tentaria recorrer à utilização racional dos recursos locais

e ao saber fazer rural. Sachs (citado por Chaves, 1994, p. 106) caracteriza o ecodesenvolvimento como “um estilo de desenvolvimento que procura insistentemente, em cada eco região, soluções específicas para os seus problemas particulares, tendo em conta os dados ecológicos assim como os culturais e as necessidades imediatas, assim como as de longo prazo.”

Segundo Chaves (1994) um dos objetivos do ecodesenvolvimento é a aquisição de produtos com bastante durabilidade em processos produtivos que exijam baixo consumo energético e utilizem métodos de reciclagem. Quando se refere este tema é frequente as pessoas o associarem unicamente à agrícola, mas ela está associado a todas as áreas por igual, simplesmente se refere um maior número de vezes por ser tratar da área que está mais abandonada.

Desenvolvimento Sustentável, na definição clássica do relatório de Brundtland, é “aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (W.C.E.D, 1987/1991,). Esta declaração é uma solução para os problemas e desigualdades sociais colocando em causa a satisfação das necessidades de outra parte da população mundial e uma resposta ao processo de degradação ambiental criado pelo estilo de crescimento aplicado que tem tendência a limitar as oportunidades das gerações futuras. Este relatório é muito importante porque identifica os principais problemas ambientais que ameaçam e dificultam o desenvolvimento de muitos países do sul, sugerindo um compromisso entre ecologia e economia assente no conceito de desenvolvimento sustentável, ou seja, conciliar a intervenção tecnológica com a capacidade ecossistémica do planeta de suportar essa intervenção (Carvalho, 2009).

Segundo Amaro (2004), este conceito implica três exigências, a solidariedade intergeracional, a integração da gestão de recursos naturais nas estratégias de desenvolvimento e a durabilidade dos processos de produção e consumo próprios do desenvolvimento.

Para Carvalho (2009) a implementação do desenvolvimento sustentável, atualmente, assenta em quatro dimensões fundamentais: o desenvolvimento económico, a coesão social, a proteção do ambiente e a mais recente, a vertente política/institucional.

Segundo Sachs (1990, citado por Carvalho, 2009), o desenvolvimento sustentável inicia uma nova perspectiva de desenvolvimento e estrutura-se sobre duas solidariedades: solidariedade sincrónica, com a geração atual, sem, contudo, comprometer as oportunidades e necessidades futuras, e solidariedade diacrónica com as gerações futuras.

Assim, discute-se, de seguida, o desenvolvimento local numa perspectiva de sustentabilidade. Amaro (2004, p. 20) define desenvolvimento local como

“o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquela o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas”.

Para Reis (1998, p. 32) o desenvolvimento local tem uma raiz definida, “trata-se de um impulso generoso, de carácter local e endógeno, assente na mobilização voluntária, cujo objetivo é originar ações com as quais se produzam sinergias entre agentes, tendo em vista qualificar os meios de vida e assegurar bem-estar social.” O autor refere ainda que o objetivo das pessoas que se envolvem no desenvolvimento local

“é uma forma concreta e essencial de produção de bens públicos. Pretende significar-se com isso que a intervenção na gestão dos meios onde as pessoas vivem, na ocupação e valorização do espaço, na recriação de memórias, na formação de capital de conhecimento e de capacidades de relacionamento com o mundo e com as suas dinâmicas inovadoras” (p.32).

Para Amaro (2001, p. 164)

“o conceito de desenvolvimento local é o resultado, o ponto de encontro, de duas coisas: este grito de cidadania face a estas críticas, aos resultados graves do ponto de vista social e ambiental que o desenvolvimento ia deixando e face a uma descrença dos modelos políticos

em vigor, a tal democracia, que é só representativa, que não é de facto participativa; é o resultado disto tudo e das utopias construtivas nos anos 60 e 70”.

Para Amaro (2001, p. 167) “o local é por natureza integrado, tudo tem a ver com tudo, o que pressupõem um trabalho de parceria, a cooperação, a definição de ações conjuntas, a negociação dos conflitos e das solidariedades locais” (...) “não sendo um modelo alternativo à sociedade atual é uma proposta de formas de trabalhar em sociedade” (Amaro, 2001, p. 167).

O desenvolvimento local não pode ser observado e analisado como um simples fenómeno coletivo que ocorre no território de forma endógena e que suporta as carências de institucionalização e de socialização do estado-nação. Em termos espaço e tempo, o desenvolvimento local, não abrange só as coletividades locais que ainda não foram estimuladas pela industrialização, urbanização e terceirização. Para Ferreira (1994) este conceito é passível de ser utilizado, inclusive a partir dos grandes aglomerados urbanos.

Segundo Reis (1998) surge o problema da relação entre o desenvolvimento local (atores, agentes, instituições e mecanismos) e o estado, porque as ações, os meios e as circunstâncias do desenvolvimento local não são modalidades de substituição de um estado que não tem conhecimento do que se passa. Para o autor, o desenvolvimento local corresponde a uma nova política pública que serve para responder a necessidades sociais e a propósitos de organização coletiva a que o estado teve de começar a dar resposta noutros contextos históricos (políticas de apoio a classes sociais desfavorecidas, políticas urbanas, produtivas, de saúde, entre outras).

Amaro (2004, p. 166) propõem o conceito de desenvolvimento local “centrado em 9 ingredientes; ou seja, só podemos falar de desenvolvimento local se estiverem reunidos tendencialmente estes 9 elementos. Isto quer dizer que há muitas iniciativas que nós chamamos de desenvolvimento local mas que ainda não o são”. Os 9 elementos que o autor refere são o facto do desenvolvimento local ser um processo de transformação, mudança e recusa da conservação; ser centrado numa comunidade; o local ser o resultado de uma construção de identidades; o desenvolvimento local

procura responder a necessidades que não estão satisfeitas a partir das capacidades locais e articulando-as com os recursos endógenos existentes; assume uma lógica integrada; trabalha em parceria; tem um impacto tendencial nas comunidades; tem uma grande diversidade de caminhos e respostas; e é um cruzamento de uma reflexão teórica com testemunhos.

Para Carvalho (2009), o desenvolvimento local está relacionado com as iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulando as potencialidades locais com as condições dadas pelo contexto. Para o autor (p. 81)

“o desenvolvimento local é um processo endógeno geralmente assente em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo económico e a melhoria da qualidade de vida das populações. Representa uma singular transformação nas bases económicas e na organização social ao nível social, resultante na mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve aumentar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitiva da economia local, aumentando os rendimentos e as formas de riqueza, ao mesmo tempo que assegura a conservação dos recursos naturais”.

De acordo com Buarque (1995, citado por Carvalho, 2009, p.82),

“apesar de constituir um movimento de forte conteúdo interno, o desenvolvimento local insere-se numa realidade mais ampla e complexa, com a qual interage e da qual recebe influências e pressões positivas e negativas. Dentro das condições contemporâneas de globalização e intenso processo de transformação, o desenvolvimento local representa também alguma forma de integração económica com o contexto regional e nacional, que rega e redefine oportunidades e ameaças, exigindo competitividade e especialização”.

Amaro et al (1992) considera que o desenvolvimento local tem um papel importante na ligação entre diversas dimensões, sendo a económica, a social, a ambiental e a institucional, com o objetivo de identificar as necessidades locais, na criação de redes

de solidariedade e de partenariado e na aproximação de novas formas de democracia e do exercício da cidadania.

O desenvolvimento local tem como função a interação social geradora de solidariedade e de socialização e construção de um espaço identitário numa perspetiva endógena e territorial. O conceito de desenvolvimento expõe uma visão de normas, uma vez que envolve necessariamente juízos de valor sobre conceções desejáveis, na avaliação do passado ou na procura de um controlo presente e futuro sobre o processo de mudança social, económica, política e cultural, que o integra (Veiga, 2005).

Para Amaro et al (1992) o desenvolvimento local é uma área privilegiada nas relações diretas e de proximidade entre a comunidade e os seus problemas, a população e o seu meio, os atores sociais, os agentes dos diferentes serviços e organismos presentes nos locais, as necessidades e as capacidades, as dimensões individual, social e ambiental do desenvolvimento, e as diversas dimensões do desenvolvimento. Assim sendo, torna-se mais simples realizar projetos e iniciativas de tipo integrado, interdisciplinar, sistémico, solidário, diferenciado, flexível, participado, democrático e humano, articulando melhor as necessidades e os recursos locais.

Amaro et al (1992) refere que o nível local do desenvolvimento tem um papel importante a cumprir, por exemplo, na articulação entre as dimensões económica, social e cultural, no reconhecimento das necessidades e problemas, na solução mais adequada às situações e aos grupos mais marginalizados, na mobilização e aproveitamento das capacidades e recursos locais, na estimulação da capacidade de iniciativa fortalecendo a autonomia local, na resposta a situações específicas de reestruturação e reconversão produtivas, na mobilização e sensibilização das populações para os problemas ambientais e para a sua resolução, na experimentação de formas integradas de inovação, na articulação entre as dimensões quantitativa e qualitativa do desenvolvimento, na criação de redes de solidariedade e de partenariado, no reforço e variação dos processos de regularização de conflitos, na acesso a novas formas de democracia mais participativa, entre outros.

Segundo Ferreira (1994) para entender as formas que o desenvolvimento local representa atualmente é necessário observar a aperfeiçoamento dos meios de

comunicação, as infraestruturas e equipamentos coletivos e a intensidade e qualidade das relações sociais que existem entre os espaços local, regional, nacional e internacional. Assim, o desenvolvimento local tem a obrigação de fazer uma reestruturação interna de modo a poder adequar-se e a reagir como parte funcional de um todo indestrutível: o sistema social global. É importante não esquecer as relações de correlação e de apoio que a problemática do desenvolvimento local mantém com o sistema social global.

Para Franco (2000), o desenvolvimento local é uma forma de promover um desenvolvimento que avalia todos os fatores que influenciam o local, partindo das suas potencialidades para atingir uma melhor qualidade de vida, um desenvolvimento local sustentável. A potencialidade do local está no facto deste se estabelecer na diversidade, dando importância à sua natureza única enquanto território que potencia aspetos característicos e individuais.

Assim, em termos de sustentabilidade local, Carvalho (2009, p.84) refere que

“o desenvolvimento local sustentável surge como o processo de mudança social e aumento das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência económicos, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações” (...) Sendo “um processo que leva a um continuado aumento da qualidade de vida com base numa economia eficiente e competitiva, com relativa autonomia das finanças públicas, combinando com a conservação dos recursos naturais e do meio ambiente” (p. 85).

Este modelo de desenvolvimento torna-se mais eficiente e integrado devido à organização das várias dimensões da sociedade e ao facto de não esquecer os fatores que podem influenciar o processo e de desenvolvimento.

A sustentabilidade enquanto característica do desenvolvimento local sustentável aparece como a capacidade de auto-organização e autocriação das condições para que o processo de desenvolvimento possa ter continuidade e seja promovido ao máximo, levando à construção de comunidades que procuram atingir um modelo de organização

em rede fornecido de interdependência, parceria, flexibilidade e diversidade (Franco, 2000).

Para Carvalho (2009), o desenvolvimento sustentável numa perspetiva de desenvolvimento local procura ser a solução do movimento social ao aprofundamento da globalização dos circuitos produtivos, comerciais e financeiros tem um carácter opcional para mudar o rumo dos processos de desenvolvimento, sendo que este é feito através da descoberta de novas formas para atingir e enfrentar a desigualdade e promover a sustentabilidade.

Ainda segundo Carvalho (2009), a Agenda 21 Local assume-se como um instrumento político privilegiado para a implementação do desenvolvimento local sustentável ao nível municipal e representa um meio de implementação a nível local, sendo um processo em que a autarquia local trabalha em parceria com todos os sectores da sociedade para produzirem e desenvolverem um plano de ação, tendo como objetivo o desenvolvimento sustentável local.

CAPÍTULO 2

OBJETIVOS E METODOLOGIAS

2.1. Objetivos

A realização deste estudo pretende estudar o contributo que a Associação Terras de Sicó e os municípios da região de Sicó têm para o desenvolvimento local sustentável do maciço da Serra de Sicó, concretizando os seguintes objetivos:

- ✓ Estudar a importância da Associação Terras de Sicó no território;
- ✓ Perceber o contributo dos municípios na ação desenvolvida pela Associação Terras de Sicó;
- ✓ Analisar a importância das áreas de intervenção e dos projetos implementados pela Associação Terras de Sicó;
- ✓ Compreender de que forma a Associação Terras de Sicó e os municípios contribuem para o desenvolvimento local sustentável da região.

2.2. Questão inicial e questões orientadoras

Elaborados os objetivos deste estudo operacionalizaram-se a questão inicial e as orientadoras de forma a dar resposta aos objetivos definidos:

2.2.1. Questão inicial

- ✓ A importância da intervenção da Associação Terras de Sicó no território numa perspectiva de desenvolvimento local sustentável.

2.2.2. Questões orientadoras

- ✓ De que forma os municípios colaboram com a Associação Terras de Sicó?
- ✓ Quais os recursos endógenos existentes na região?
- ✓ Quais as áreas de intervenção da Associação Terras de Sicó?
- ✓ Qual o nível de participação da população nos projetos implementados pela Associação Terras de Sicó?

2.3. Metodologia

A metodologia adotada no presente projeto pretende realizar uma observação profunda de um determinado contexto, mais especificamente a Associação Terras de Sicó. Este projeto de investigação caracteriza-se por ser um estudo de caso de carácter qualitativo. Merriam (1988, citado por Carmo & Ferreira, 1998, p. 217) sintetizou as características de um estudo de caso qualitativo, entre elas, “particular – porque se focaliza numa determinada situação, acontecimento, programa ou fenómeno; descritivo – porque o produto final é uma descrição rica do fenómeno que está a ser estudado; heurístico – porque conduz à compreensão do fenómeno que está a ser estudado; indutivo – porque a maioria destes estudos tem como base o raciocínio indutivo; holístico – porque tem em conta a realidade na sua globalidade. É dada uma maior importância aos processos do que aos produtos, à compreensão e à interpretação”. O tipo de amostragem deste estudo de caso é não probabilística, segundo Carmo et al (1998) estas amostras podem ser seleccionadas a partir de critérios de escolha intencional sistematicamente utilizados com o objetivo de restringir as unidades da população que fazem parte da amostra. A amostra seleccionada para esta investigação foi não aleatória e intencional. “Na investigação científica, por norma, recorre-se a amostras extraídas de populações às quais se querem depois generalizar os resultados (Almeida & Freire, 2003)”.

Numa primeira fase foi necessário pesquisar e estudar as dimensões teóricas que estão diretamente relacionadas com o estudo, para compreender o âmbito em que a Associação está inserido. Assim como, elaborar uma caracterização do contexto de estudo, nomeadamente, sobre a Câmara Municipal de Alvaiázere, Ansião, Condeixa, Penela, Pombal e Soure, e ainda sobre características comuns a todos os municípios.

Numa fase inicial do estudo foi fundamental o contato com o diretor da Associação Terras de Sicó para lhe dar a conhecer este estudo e obter a sua colaboração no desenvolvimento do mesmo. De seguida foi essencial fazer um estudo aprofundado sobre a Associação Terras de Sicó, nomeadamente sobre os projetos comunitários a que a associação de candidata e os projetos que esta consegue desenvolver através dessas candidaturas.

Posteriormente, iniciou-se a construção dos instrumentos a utilizar para a recolha de dados no terreno, nomeadamente os guiões de entrevista semi-estruturada a realizar ao diretor da Associação (apêndice 1) e aos presidentes das câmaras municipais (apêndice 3) associadas à Associação, as quais foram transcritas integralmente (apêndice 2, 4, 5, 6, 7, 8 e 9). Para Bogdan & Biklen (1994) este método de investigação é utilizado para obter dados descritivos na linguagem do entrevistado e quando estas entrevistas são semiestruturadas é possível obter dados comparáveis entre os vários sujeitos. Assim, “uma entrevista consiste numa conversa intencional, geralmente entre duas pessoas, embora às vezes possa envolver mais pessoas (Morgan, 1988, citado por Bogdan et al, 1994, p. 134), dirigida por uma pessoa, com o objetivo de obter informações sobre a outra”. Recolhidas todas as informações necessários procedeu-se à análise das mesmas.

Para a concretização dos objetivos do estudo foram seleccionadas as técnicas de recolha de dados que melhor se adaptam a este estudo, assim como as técnicas para, posteriormente, analisar os dados recolhidos (apêndice 10 e 11).

Segundo Almeida & Freire (2003) dos diversos métodos qualitativos destaca-se a análise de conteúdo, a sua utilização ocorre com dados obtidos em entrevistas, documentos o outro tipo de registos. Neste caso específico trata-se de uma análise qualitativa que é mais intensiva e centra-se, geralmente, nas informações que podem não ser muito frequentes, mas são mais detalhadas e complexas.

2.3.1. Técnicas de recolha de dados

✓ Recolha bibliográfica e documental

Esta técnica foi usada para a construção do corpo teórico através dos eixos temáticos em que o estudo se insere, bem como para a caracterização do campo empírico territorial, onde se realiza a investigação, composto os municípios da sua área de intervenção: Alvaiázere, Ansião, Condeixa, Penela, Pombal e Soure, bem como a caracterização e intervenção da Associação Terras de Sicó. Recorreu-se a livros, artigos científicos, fontes estatísticas, diversa documentação da Associação Terras de Sicó e dos municípios da área de estudo. A pesquisa foi efetuada em bibliotecas,

centros de documentação e websites, principalmente do Instituto Nacional de Estatística, da Associação e dos Municípios referidos.

✓ **Entrevistas semiestruturadas**

A realização das entrevistas, neste estudo, assume um caráter determinante dado tratar-se de um estudo qualitativo em que as informações determinantes para a prossecução dos seus objetivos serão prestadas por um conjunto de atores com intervenção e gestão do território. Assim, foram realizadas sete entrevistas semiestruturadas, ao diretor da Associação Terras de Sicó e aos presidentes da Câmara Municipal de Alvaiázere, Ansião, Condeixa, Penela, Pombal e Soure, os quais tiveram conhecimento dos objetivos da entrevista e consentiram a gravação das mesmas para uma futura transcrição integral e respetiva análise.

2.3.2. Técnicas de análise de dados

✓ **Análise bibliográfica e documental**

Esta análise iniciou-se com a leitura de todos os dados previamente recolhidos, seguindo-se de uma seleção do que se considerou ser mais relevante assim como da sua sistematização, obtendo assim, informações relevantes sobre os eixos temáticos do estudo assim como da contextualização da investigação e intervenção da Associação Terras de Sicó.

✓ **Análise de conteúdo**

Após a transcrição integral das entrevistas semiestruturadas, as informações mais importantes foram sistematizadas numa grelha de análise com as respetivas categorias, subcategorias e unidades de registo e, futuramente, elaborada a apresentação desta análise. Foram 4 as categorias definidas: informação sobre o território; informação geral da Associação Terras de Sicó, a intervenção da Associação Terras de Sicó; o impacto da Associação Terras de Sicó no território (apêndice 10 e 11).

CAPÍTULO 3

CONTEXTO EMPIRICO E TERRITORIAL

3.1. Caracterização geral do território¹

a) Área

O território onde está situada a Associação Terras de Sicó é na região centro de Portugal, divide-se entre os distritos de Leiria e Coimbra e nos municípios de Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e Soure, em torno do maciço da Serra de Sicó, somando aproximadamente uma área total de 1,500 km². Neste território habitam 114,611 habitantes, segundo as Estimativas Anuais da População Residente, 2014 – INE.

Este território apresenta características singulares em termos morfológicos, paisagísticos e ambientais e isto deve-se à existência de rochas calcárias e aos processos de evolução cársica do relevo. A Serra de Sicó é o ponto de ligação destes seis concelhos mas existem ainda outras serras, destacando-se como mais importantes, as Serra do Espinhal, Serra de Janeanes, Serra São João, Serra de Santa Maria, Serra de Alvaiázere, Serra do Castelo, Serra do Rabaçal. A altitude máxima que a Serra de Sicó atinge é de 617 metros em Alvaiázere, porém o ponto mais alto dos seis concelhos é em Penela, na Serra do Espinhal que atinge os 872 metros, segundo dados do INE de 2013. Em termos de mobilidade, esta região tem bons acessos, entre eles o IC2, o IC3, o IC8, a A1, a A13 e ainda a rede ferroviária que atravessa os concelhos de Pombal e Soure.

O território de Sicó tem um vasto conjunto de cavidades cársicas, entre as quais grutas, onde é possível a prática de espeleologia, que são mencionadas mais à frente e tem também uma vasta rede hidrográfica, destacando-se como mais importantes, o Rio Arunca, Rio Dueça/Rio Corvo, Rio de Mouros, Ribeira da Azenha, Rio de Anços, Rio Nabão.

Segundo dados do Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA), estes seis concelhos contêm 294 sítios², paisagens, espaços verdes, edifícios e

¹ Fontes publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística sobre dados estatísticos territoriais - <https://www.ine.pt/>; Documentação da Associação Terras de Sicó e consulta do website - <http://www.terrasdesico.pt/>; Fonte: Albergaria, H., Alfredo, S., Pires, S. & Melo, J. (2002). Desenvolvimento da região de Sicó: a valorização dos produtos agro-alimentares e o papel dos agentes locais no desenvolvimento de áreas rurais. Coimbra: Instituto de Estudos Regionais e Urbanos.; Romão, F. & Barreiros, P. (1999). Percursos na Serra de Sicó. Coimbra: Quercos – Associação Nacional de Conservação da Natureza.

² Fonte: website do Sistema de Informação para o Património Arquitetónico - <http://www.monumentos.pt/>

estruturas, conjuntos urbanos e conjuntos arquitetónicos, nomeadamente Alvaiázere com 35, Ansião 43, Condeixa 97, Penela 37, Pombal 54 e Soure 28.



Figura 1 - Mapa dos concelhos do território de Sicó

b) Fauna

O território da Serra de Sicó tem uma fauna muito rica e variada, destacando-se como mamíferos o morcego-d'água (*Myotis daubentonii*), o morcego-de-ferradura-grande (*Rhinolophus ferrumequinum*), o javali (*Sus scrofa*), a gineta (*Genetta genetta*) e a raposa (*Vulpes vulpes*). Na avifauna destaca-se a águia-cobreira (*Circus gallicus*), a águia-de-asa-redonda (*Buteo buteo*), o bufo-real (*Bubo bubo*), a gralha preta (*Corvus corone*), o milhafre-preto (*Milvus migrans*), o peneireiro-comum (*Falco tinnunculus*), a perdiz-vermelha (*Alectoris rufa*) e a poupa (*Upupa epops*). Por fim, na herpetofauna destaca-se a cobra-rateira (*Malpolon monspessulanus*), a lagartixa-do-mato (*Psammodromus algirus*), a osga-comum (*Tarentola mauritanica*), a rã-verde (*Rana perezi*), a salamandra-comum (*Salamandra salamandra*), o sapo-comum (*Bufo bufo*) e o tritão-marmorado (*Triturus marmoratus*).

c) Flora

O Maciço da Serra de Sicó possui uma flora muito rica constituída por uma grande variedade de plantas autóctones, entre elas, alecrim (*Rosmarinus officinalis* L.), azinheira (*Quercus rotundifolia* Lam), carrasco (*Quercus coccifera* L.), carvalho-português (*Quercus faginea* Lam.), choupo-negro (*Populus nigra* L.), dedaleira (*Digitalis purpurea* L.), erva-de-santa-maria (*Thymus zygis* L. subsp. *sylvestris*), erva-de-são-roberto (*Geranium robertianum* L.), folhado (*Viburnum tinus* L.), freixo (*Fraxinus angustifolia* Vahl.), gilbardeiro (*Ruscus aculeatus* L.), hipericão (*Hypericum perforatum* L.), loureiro (*Laurus nobilis* L.), madressilva (*Lonicera implexa* Aiton), medronheiro (*Arbutus unedo* L.), oliveira (*Olea europaea* L. var. *europaea*), pinheiro-manso (*Pinus pinea* L.), rosa-albardeira (*Paeonia broteroi* Boiss. & Reuter), roselha-grande (*Cistus albidus* L.), rosmaninho (*Lavandula luisieri* (Rozeira) Rivas-Martínez), salgueiro (*Salix atrocinerea* Brot.), sanguinho-das-sebes (*Rhamnus alaternus* L.), sobreiro (*Quercus suber* L.), urze (*Calluna vulgaris* (L.) Hull) e zambujeiro (*Olea europaea* L. var. *sylvestris* (Miller) Lehr.).

3.2. Caracterização do concelho de Alvaiázere ³

a) Historial do concelho

Os povos árabes invadiram a Península Ibérica em 711 e deram o nome à vila e concelho de Al-Bai-Zir ou Alva-Varze.

D. Sancho I em 1200 concedeu foral ao concelho. Concelho este que foi elevado a vila por D. João I e que lhe concedeu novo foral em 1338.

Em 1435, segundo documentos existentes na Torre do Tombo, D. Duarte doou a vila à sua mulher, a Rainha D. Leonor, passando assim Alvaiázere ao domínio da coroa. D. Manuel, em 1514 concedeu-lhe um novo foral.

³ Fonte: Documentação da Câmara Municipal de Alvaiázere e website - <http://www.cm-alvaiazere.pt/>; Fontes publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística sobre dados estatísticos territoriais - <https://www.ine.pt/>; Abílio, C., Rodrigues, M., Caetano, M., Marquês, P., Sousa, P. & Gomes, S. (2014). Alvaiázere e os seus Forais – 500 anos de história. Alvaiázere: Câmara Municipal de Alvaiázere.

Os sinais do passado estão ainda bem evidentes em todo o concelho de Alvaiázere, nos solares, nas quintas senhoriais, nos pelourinhos e nas igrejas matrizes ainda existentes. O espírito religioso deste povo está expresso nas lendas que circulam de pai para filho, oralmente, desde há muitos séculos.

b) Enquadramento geográfico

O concelho de Alvaiázere encontra-se localizado no centro do país, na região Pinhal Litoral Norte, a cerca de 170km de Lisboa e a 178km do Porto e a iguais distâncias entre Tomar, Pombal, Ourém e Figueiró dos Vinhos. Situa-se a Nordeste do distrito de Leiria e tem como concelhos vizinhos, Figueiró dos Vinhos, Ansião, Ourém, Ferreira do Zêzere e Pombal. Este concelho é composto por 5 freguesias: Almoester, Alvaiázere, Maçãs de Dona Maria, Pelmá e Pussos São Pedro, ocupando uma área de 160,48 km².

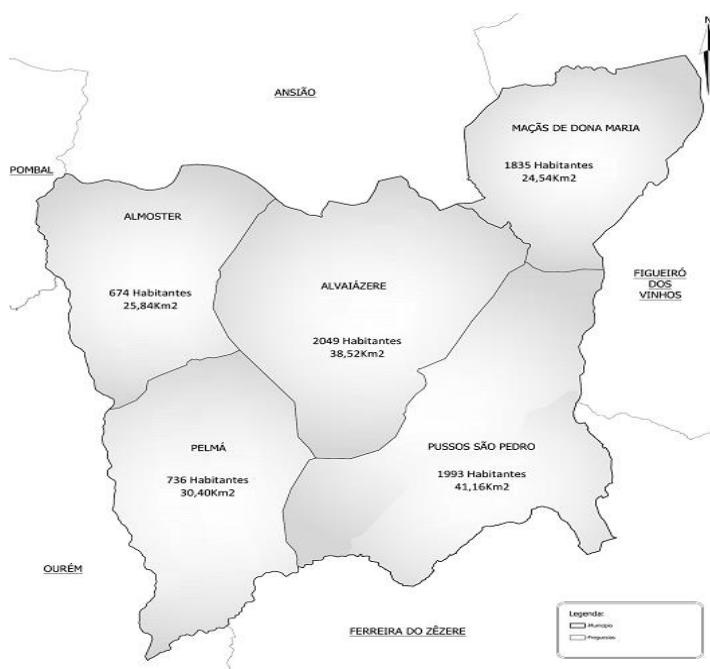


Figura 2 - Mapa do concelho de Alvaiázere

c) Economia

A base económica desta região é a agricultura, como sempre foi. Os solos férteis, os vales e as várzeas bem irrigados e as encostas cobertas de vinhas e oliveiras, foram importantes auxiliares da sua população. O concelho conta com o parque industrial de Vale de Aveleira, com um total de 11 lotes, estando apenas 5 deles ocupados, 4 disponíveis e nos restantes estão a ser negociados. Segundo dados do INE de 2012 sobre o número de empresas existentes no concelho, este conta com 745 empresas, sendo 511 de título individual e 234 sociedades. O ganho médio mensal é de 834,36€.

d) Demografia

Segundo dados do INE de 2014 a população residente do concelho de Alvaiázere chega aos 6,950 habitantes e tem uma densidade populacional de 43,3 hab./km².

e) Associativismo

Relativamente ao movimento associativo, este concelho é servido por 33 associações. A grande maioria destas está relacionada com associações culturais, recreativas e desportivas. As restantes são associações de desenvolvimento económico, cinegéticas, regionalistas, e IPSS.

f) Património

Alvaiázere é um concelho que detém um vasto património paisagístico e um carácter extraordinário do património geológico, arqueológico, arquitetónico e etnográfico.

Do ponto de vista geológico e natural a sua biodiversidade é variada relativamente à fauna e flora e tem características calcárias onde é possível encontrar, dispersas pelo território, inúmeras formações cársicas (por exemplo grutas, algares e lapas) que, ao longo dos tempos, foram objeto de diversas ocupações que vão desde a pré-história até meados do século passado.

Alvaiázere detém múltiplos sítios arqueológicos, dos quais se destacam o complexo Megalítico do Ramalhal, o povoado da Idade do Bronze na Serra de Alvaiázere e a Villa Romana da Rominha, os lagares de azeite, azenhas, moinhos de vento e fornos da cal e as antas do Ramalhal.

A arquitetura local é uma arquitetura popular e é visível nos solares e quintas senhoriais, alminhas, pelourinhos, cruzeiros, capelas e as várias igrejas matrizes espalhadas pelas várias freguesias. Numa arquitetura mais moderna existe a Biblioteca Municipal de Alvaiázere, a Casa Cultural de Alvaiázere e o Museu Municipal de Alvaiázere.

No que está relacionado com a etnografia da região esta caracteriza-se pela sua forte ruralidade e por várias atividades que enriquecem a identidade local, tais como, as sementeiras, a apanha da azeitona, as vindimas, as descamisadas, a matança do porco, a pastorícia, a confeção de queijo, o cantar dos reis, o cantar às almas, o desfile de carnaval, o dia da espiga, o dia de todos os santos (“do bolinho”), as festas religiosas, as feiras e romarias, os festivais, entre outros. Existem ainda vários produtos endógenos que marcaram a tradição gastronómica local, que são as petingas, a sopa dos pobres, os enchidos, o serrabulho, o queijo, as migas de chicharo, a carne de alguidar, a carne de reboião, a chanfana, o cabrito assado, entre outros.

3.3. Caracterização do concelho de Ansião⁴

a) Historial do concelho

As primeiras referências de Ansião datam de 1175, mas só em 1514 foi elevada a vila, por D. Manuel que lhe concede novo foral. No século XVII, a vila foi doada a D. Luiz de Menezes, Conde de Ericeira. Nesta época foram construídas a ponte da Cal de seiscentos, a Igreja Matriz e a Capela da Misericórdia.

⁴ Fonte: Documentação da Câmara Municipal de Ansião e website - www.cm-ansiao.pt/ ; Fontes publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística sobre dados estatísticos territoriais - <https://www.ine.pt/>; Dias, M. (1998). O Município de Ansião na 1ª Republica. Ansião: Câmara Municipal de Ansião.

A existência de uma Anta na Atalaia, outra em Alto do Pisca e a localização de um castro da Idade do Ferro no Escampado de S. Miguel são testemunho da que esta vila pode ter começado milénios antes.

A Residência Senhorial dos Condes de Castelo Melhor com a sua torre quatrocentista conta muito da história destes lugares. As pedras desta construção integram diversos materiais do tempo da dominação Romana.

Existe também história relacionada com Alvorge, Torre de Vale Todos e Lagarteira, povoações que se situariam na área da Ladeia, linha de fronteira entre cristãos e mouros nos séculos XII e XIII. O forno que ainda existe em Avelar remonta à época medieval, forno que, pela Senhora da Guia em Setembro, cozia o "Bolo" que era distribuído ao povo. Muitos séculos depois, em 1933, José Malhoa pintava um belíssimo retábulo dedicado a Nossa Senhora da Consolação, que está no altar-mor da Igreja Matriz de Chão de Couce.

b) Enquadramento geográfico

O concelho de Ansião pertence ao distrito de Leiria e situa-se entre o Litoral e o Interior, na zona do Pinhal Interior Norte e faz fronteira com os concelhos de Pombal, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Penela e Soure. Este concelho tem uma área territorial de 176,09 km² e é constituído pelas suas 6 freguesias, Alvorge, Ansião, Avelar, Chão de Couce, Pousaflores e Santiago da Guarda.

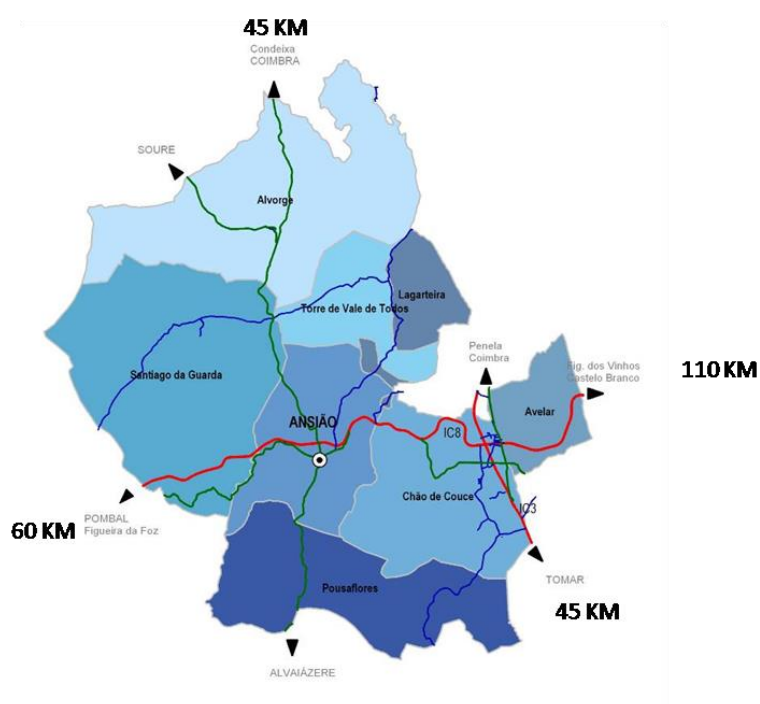


Figura 3 - Mapa do concelho de Ansião

c) Economia

As empresas sediadas no concelho são pólos geradores de emprego que ajudam na fixação de população e permitem a criação de riqueza local, o que vai influenciar as receitas autárquicas. Ou seja, estas empresas constituem um importante motor de crescimento económico de elevada importância no processo de desenvolvimento local e regional.

O concelho tem apostado numa estratégia de desenvolvimento do parque empresarial, isto tem permitido a criação de condições de atracção à implantação de novas empresas. Existem 3 parques industriais, contudo o Parque Empresarial do Camporês é o que emprega mais trabalhadores, aproximadamente 400 e contém 34 empresas. Segundo dados do INE de 2012 sobre o número de empresas existentes no concelho, este conta com 1368 empresas, sendo 851 de título individual e 517 sociedades. Relativamente ao ganho médio mensal é de 829,19€.

Em 2014 foi elaborado um documento estratégico estruturante que é a Agenda Ansião 2020 que pretende alicerçar o potencial concelhio e na sua diferenciação positiva, apontar caminhos, fomentar sinergias, e abrir fronteiras para o crescimento económico e para a sustentabilidade social concelhia suportada nas linhas orientadoras e no plano de ação do Quadro Estratégico Comum.

Serão promovidas iniciativas no domínio do emprego, seja pela dinamização de uma bolsa de oferta local, seja pela afirmação de um evento – a Feira do Emprego – que alicerce uma plataforma de aproximação entre a oferta local de emprego e o potencial humano, envolvendo os principais atores (empresários, Sicó Formação, S.A. e a Associação Empresarial de Ansião).

Mantêm-se também o Centro de Negócios como mostra privilegiada para eventos de promoção e desenvolvimento económico, através de eventos como a Expo empreendedor ou a Mostra Gastronómica "Sabores de Ansião".

Existem algumas iniciativas previstas para o ano de 2014 que contribuirão para aumentar o nível socioeconómico do concelho que são a Feira dos Pinhões, a Feira do Livro, a Comemoração dos 500 anos dos Forais Manuelinos de Ansião, Chão de Couce, Avelar e Pousaflores, o Concurso Encant´Ansião, a Feira Medieval, as Festas do Concelho e Cortejo Alegórico do Povo.

d) Demografia

Os dados preliminares dos Censos 2011 vieram confirmar o envelhecimento e decréscimo da população. Segundo dados do INE de 2014 a população residente do concelho de Ansião chega aos 12,643 habitantes, tendo uma densidade populacional de 71,8 hab./km².

Os aglomerados onde se concentra o maior número de população são as Freguesias de Ansião, Avelar, Chão de Couce e Santiago da Guarda, devido a este facto são estes os núcleos urbanos que têm maior expressividade no concelho.

e) Associativismo

O concelho de Ansião está servido com 37 Associações, núcleos, centros, clubes, entre outros. A sua maioria é composta por associações de carácter desportivo, seguindo-se as de carácter cultural e recreativo. Em menor quantidade existem ainda associações relacionadas com as IPSS, caçadores, liga de amigos, música, moradores, teatro, humanitárias e de beneficência, juvenis, culturais e de desenvolvimento.

f) Património

Ansião é muito rico pela sua multiplicidade arquitetónica, histórica, cultural e de génese popular. Esta riqueza encontra-se não só no centro da vila mas também nas suas freguesias.

No concelho de Ansião existe uma grande variedade de monumentos, entre eles a Residência Senhorial do Castelo Melhor, a Ponte da Cal, padrão evocativo da Batalha do Ameixial, pelourinho de Ansião, de Avelar e de Pousaflores, Igreja Matriz de Ansião, de Alvorge e de Chão de Couce, Capela da Misericórdia, Ermida da Senhora da Paz, Casa Alpendrada, ruínas da Torre da Ladeia, aldeias típicas da Ateanha, Aljazede e Vale Florido, Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Graça, Igreja de S. Domingos, Igreja Matriz de Nossa Senhora da Guia, Forno Medieval da Senhora da Guia, Igreja de N. Sra. das Neves, Capela de N. Sra. do Pranto e os Moinhos de ventos giratórios da Melriça, Outeiro e do Anjo da Guarda e ainda a Casa-Museu de fósseis de Sicó.

Em pleno século XXI os habitantes da região têm orgulho por ainda se praticarem atividades como a tecelagem, a cestaria em vime ou cana, a cantaria em pedra calcária, a trapologia e a latoaria que surge da matéria-prima que a terra oferece e do engenho e mestria das mãos que distinguem o trabalho artesanal.

Ansião ainda usufrui de uma riqueza paleontológica, nomeadamente os diversos fósseis marinhos que foram encontrados no concelho e de uma riqueza arqueológica, tais como, machados de pedra polida.

Do período da ocupação romana restam moedas, mosaicos, telhas, pesos de tear, colunas, mós e calçadas e ainda a magnífica villa escondida entre as paredes do Complexo Monumental de Santiago da Guarda.

Do período de ocupação árabe restam a balança, a nora, o cultivo de certas plantas e a introdução de palavras que hoje fazem parte da toponímia local: Albarrol, Alcalamouque, Aljazedo, Alqueidão e Alvorge.

3.4. Caracterização do concelho de Condeixa⁵

a) Historial do concelho

A história do concelho começa a partir do século II a.C., com a construção da cidade luso-romana de Conimbriga que ainda hoje pode ser admirada nas ruínas e no Museu Monográfico de Conimbriga.

No século V o concelho foi invadido pelos bárbaros. O domínio muçulmano da Península Ibérica impôs-se, a partir do século VIII. No tempo da afirmação da fé cristã, pela Reconquista, e após a recuperação dos territórios de Coimbra, pela espada de Afonso III das Astúrias, Conímbriga foi abandonada de forma definitiva e os poucos habitantes que restaram, começaram a constituir Condeixa.

Por volta de 1219, Condeixa-a-Nova surge certificada por documentação, apesar da possibilidade de haver habitantes mesmo no século anterior.

No século XVI, em 1514 D. Manuel I concedeu foral a Condeixa-a-Nova e em 1541 foi constituída freguesia. Entretanto são construídos palácios e solares de famílias nobres. Nos finais do século XVIII a estrada real (atual IC2) foi reconstruída e alargada. No século seguinte sucedeu a terceira invasão francesa que destruiu toda a região. Só em meados deste século, Condeixa-a-Nova alcançou a emancipação

⁵ Fonte: Documentação da Câmara Municipal de Condeixa e website - www.cm-condeixa.pt/; Fontes publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística sobre dados estatísticos territoriais - <https://www.ine.pt/>; Almeida, F. (2014). Condeixa, lugar de grande estrada: quadros para a sua história. Condeixa: Câmara Municipal de Condeixa.

administrativa que reclamava e chegou, por intermédio da rainha D. Maria II em 1838, a concelho e, por fim, à categoria de vila em 1845.

b) Enquadramento geográfico

O concelho de Condeixa-a-Nova fica situado na faixa litoral da região centro, a 192km de Lisboa, a 120km do Porto e a 12 km de Coimbra. Situa-se entre o concelho de Montemor-o-Velho, Coimbra, Mirando do Corvo, Penela e Soure. Pertence ao distrito de Coimbra, Baixo Mondego e tem uma área geográfica de 138,67 km², onde pertencem as 10 freguesias: Anobra, Belide, Bendafé, Condeixa-a-Nova, Condeixa-a-Velha, Ega, Furadouro, Sebal, Vila Seca e Zambujal.



Figura 4 - Mapa do concelho de Condeixa

c) Economia

A proximidade com Coimbra tem contribuído para o desenvolvimento do concelho através do crescimento demográfico bastante significativo que tem servido à expansão económica da zona. Condeixa tem procurado fomentar o investimento, estimular a oferta comercial diversificada e criar serviços e infraestruturas que assegurem a sua autonomia, para assim, transmitir a sua própria dinâmica de desenvolvimento através dos recursos e valências próprios, que estão relacionados com a acessibilidade

privilegiada, as unidades industriais de pequena dimensão já fortemente implantadas no mercado e um potencial turístico evidente.

A situação geográfica do concelho é claramente vantajosa em termos de centralidade e facilidade de acessos aos principais pólos económicos do país, estando servida por duas vias rodoviárias muito importantes, o IC2 e a A1. Este fator permite a receção e o escoamento de produtos, assim como a disponibilização de espaços para acolhimento de indústrias, o que favorece o desenvolvimento do concelho no sector secundário.

No concelho o sector primário existe em pequeno número, o sector secundário é bastante relevante para a economia, porém é o sector terciário que predomina a região. A produção terciária assenta essencialmente no sector dos serviços, mas também na oferta comercial abundante e diversificada, sobretudo na sede de concelho. O perfil económico do concelho por sectores de atividade difere de freguesia para freguesia. Nas freguesias de Condeixa-a-Nova e Condeixa-a-Velha predomina a sua vertente urbana onde existe uma maior oferta comercial através da terciarização da sua economia.

Condeixa conta com a existência de um parque industrial que serve o concelho e tem empresas de várias categorias. Relativamente a dados do INE de 2012 sobre o número de empresas existente em todo o concelho, este conta com 1543 empresas, sendo 1180 de título individual e apenas 363 sociedades. Relativamente ao ganho médio mensal é de 931,59€.

No concelho de Condeixa realizam-se diversas feiras que reúnem uma boa oferta comercial, atraindo um vasto público. Estas feiras podem ser anuais, mensais e semanais. Nos meses de Verão as romarias também atraem bastantes visitantes.

Relativamente ao turismo, Conimbriga é o cartão-de-visita do concelho, mobilizando um significativo afluxo de visitantes. O artesanato é outro cartão-de-visita da região devido à cerâmica artística e à cerâmica tradicional portuguesa dos séculos XVII e XVIII. Para além da cerâmica existem outras técnicas ancestrais como os tapetes e carpetes, brinquedos, cadeiras, carroças, juntas de bois, entre outros artigos trabalhados em madeira.

d) Demografia

Segundo dados do INE de 2014 a população residente do concelho de Condeixa chega aos 17, 342 habitantes e tem uma densidade populacional de 125,1 hab./km².

e) Associativismo

Relativamente ao movimento associativo, este concelho é servido por 63 associações, sendo que a sua grande maioria, 37, está relacionada com associações e/ou centros sociais, culturais, recreativos e desportivos. As restantes são associações de desenvolvimento de desporto, música, jovens, humanitárias, caça e pesca, casas do povo, clubes e núcleos, cooperativas, de moradores, centro de estudos e IPSS.

f) Património

O concelho de Condeixa tem uma variedade de património construído e natural, onde podem ser observados monumentos, museus e outros locais de interesse, tais como, o Aqueduto Romano de Conimbriga e Castellum, as escavações arqueológicas puseram a descoberto uma parte muito significativa do traçado desta cidade possibilitando, aos visitantes das Ruínas, a comprovação de uma planificação urbanística laboriosa e atenta a todas as necessidades: o fórum, o aqueduto, os bairros de comércio, indústria e habitação, uma estalagem, várias termas, o anfiteatro, as muralhas para circunscrição e defesa da cidade. Deste conjunto, sobressai um bairro de ricas casas senhoriais onde se destaca “A Casa dos Repuxos”, de grande peristilo ajardinado e pavimentada com mosaicos policromos, preservados in situ, exibindo motivos mitológicos, geométricos, ou representando, muito simplesmente, o real quotidiano.

Os monumentos que podem ser visitados são: a Igreja Matriz de Condeixa, o Palácio dos Almadas, o Palácio dos Figueiredos, o Palácio dos Sás, o Palácio do Conde de Podentes, o Palácio Sotto Mayor, a Igreja Matriz da Ega, o Paço dos Comendadores e o Pelourinho da Ega. Os museus existentes são a Casa Museu Fernando Namora e o Museu Monográfico das Ruínas de Conímbriga. Para além destes locais é também

possível visitar outros locais de interesse, tais como as Buracas do Casmilo, o Campo de Lapiás, a Reserva Natural do Paul de Arzila, a Rua de Condeixinha, os Moinhos, as Grutas, o Canhão de Rio dos Mouros e as Serras de Janeanes ou do Círculo.

3.5. Caracterização do concelho de Penela⁶

a) Historial do concelho

A vila de Penela surge situada na encosta poente de um monte, local preciso da Torre de Menagem do Velho Castelo, mandada construir por D. Dinis, ex-libris da monumentalidade do concelho. Etimologicamente, o termo Penela é, segundo o antiquário Santa Rosa de Viterbo, diminutivo de Peña, Pena ou penha, e significava na Baixa Latinidade, o cabeça, monte ou rochedo.

À História de Penela acredita-se que ainda estejam associadas as passagens sucessivas dos vândalos, destruidores da fortaleza construída pelos Romanos; dos Mouros, que tomaram o Castelo de Penela no séc. VIII e das tropas de Fernando Magno (Rei de Leão), tendo a fortificação ficado sob o poder do Conde D. Sesnando, primeiro Governador de Coimbra (depois da Reconquista em 1064), a quem se deve a construção de um forte castelo medieval no interior da fortaleza moura já existente.

Obteve o primeiro foral em Julho de 1137, concedido por D. Afonso Henriques, sendo um dos municípios mais antigos do país.

O Castelo de Penela é o segundo mais amplo e forte que resta da linha defensiva do Mondego. Tomado pelos Mouros já depois de 1137, veio a ser definitivamente reconquistado em 1148. Foi contudo, em 1187 que D. Sancho I deu nova vida ao castelo, mandando-o repovoar.

⁶ Fonte: Documentação da Câmara Municipal de Penela e website - www.cm-penela.pt/ ; Fontes publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística sobre dados estatísticos territoriais - <https://www.ine.pt/>; Arnaut, S. & Dias, P. (2009). Penela: história e arte. (2ª Ed.). Penela: Câmara Municipal de Penela.

b) Enquadramento geográfico

O concelho de Penela situa-se no centro do país, na região de Pinhal Litoral Norte, pertence ao distrito de Coimbra e tem como concelhos vizinhos Miranda do Corvo, Figueiró dos Vinhos, Ansião, Soure e Condeixa-a-Nova. No total conta com uma área geográfica de 134,80 km², onde pertencem as 4 freguesias: União de freguesias de S. Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal, Podentes, Espinhal e Cumieira.



Figura 5 - Mapa do concelho de Penela

c) Economia

No concelho de Penela existem duas zonas industriais (Penela e Louriceira) concebidas a pensar no enriquecendo económico do concelho, uma vez que tem bons acessos rodoviários e um vasto conjunto de facilidades e incentivos que o município concede a todos os potenciais investidores e /ou empresários. As várias empresas instaladas no concelho são no total de 547, sendo 364 empresas de carácter individual e 183 sociedade, que englobam diversas áreas como a construção civil, metalomecânica, confeções, consumíveis médico-hospitalares, serração de madeiras e transformação rochas ornamentais, o que dinamiza a economia do concelho. A população que aqui trabalha e nos outros setores de atividade têm um ganho médio mensal de 962,66€. Apesar de ser o concelho com menos empresas enraizadas é o que tem maior ganho médio mensal, segundo dados do INE de 2012.

No concelho realizam-se também diversas festas e romarias que reúnem uma boa oferta comercial, atraindo um vasto público. Estas festas podem ser anuais, mensais e semanais.

Outra área que dinamiza a economia do concelho e que está bastante presente nas festas e romarias é a produção de produtos endógenos, como é o caso do queijo do Rabaçal, o mel, o vinho, a noz e as cestas de vime.

d) Demografia

Segundo dados do INE de 2014 a população residente do concelho de Penela chega aos 5,657 habitantes e tem uma densidade populacional de 42,0 hab./km².

e) Associativismo

A câmara municipal de Penela defende o relacionamento com o movimento associativo do concelho e por este motivo encontra-se em estudo a criação de um regulamento municipal de apoio ao associativismo com objetivo de estabelecer critérios reguladores das formas de apoio ao movimento associativo inserido numa lógica de planeamento e gestão. Com a criação do regulamento e a clara definição dos critérios de apoio, pretende-se construir um tipo de relacionamento inovador com os agentes culturais concelhios, racionalizando os recursos disponíveis numa base de transparência de processos e exigências de qualidade.

O município assume o compromisso de partilhar responsabilidades, prestando aconselhamento técnico às associações e dando formação aos dirigentes associativos. Terão ainda apoios financeiros, materiais e logísticos e técnicos. Este programa de apoios destina-se a organizações não-governamentais sem fins lucrativos, legalmente constituídas e respeitadas no município, com sede e intervenção no concelho.

No que se refere ao movimento associativo, Penela é servido por 19 associações, a sua grande maioria são associações culturais, recreativas e desportivas. As restantes são de eventos e desenvolvimento, caçadores, moradores, jovens, humanitária, de

melhoramentos, musicais e existem ainda outras duas, uma relacionada com comunidade socioterapêutica e outra socioeconómica.

f) Património

Este município tem um vasto património natural e construído. O CISED – Centro de Interpretação do Sistema Espeleológico do Dueça promove e valoriza o território através a preservação e salvaguarda do ambiente enquanto principal riqueza social e económica. Local onde é possível observar as paisagens calcárias como é a Serra de Sicó, as suas grutas, os muros de pedra ou os simples amontoados, as cavidades naturais, as buracas, as dolinas e as espécies arbóreas.

A Vila Romana do Rabaçal e o respetivo Museu (centro de interpretação ou espaço-museu) fazem também parte do património do concelho, onde é possível visualizar a arquitetura da residência senhorial, o balneário, a área rústica, os sistemas elevatórios da água e o acesso à vista panorâmica de chanca com belver sobre a paisagem, vias e povoamento.

No concelho Penela é também possível visitar o Castelo de Penela, o Pelourinho de Penela, a Igreja de Santa Eufémia, a Igreja de São Miguel, a Igreja da Misericórdia, a Igreja Matriz de Podentes, o Pelourinho de Podentes, a Igreja Matriz do Rabaçal, o Vale do Rabaçal, o Castelo do Germanelo, Convento de Santo António, o Monte de Vez, Grutas Espeleologia, a Igreja Matriz da Cumieira, São João do Deserto - Serra do Espinhal, a Igreja Matriz do Espinhal, a Serra do Espinhal, as Represas Naturais da Louçainha, a Cascata da Pedra da Ferida – Espinhal, as Aldeias Típicas, o Centro de BTT - Ferraria de S. João, o Parque das Águas Romanas em Penela, o Moinho de Vento e a Capela dedicada à Senhora do Monte, o Palácio da Quinta da Boiça, os tradicionais moinhos de água para moer o milho e o trigo em Santa Eufémia e as Capelas de Santa Ana, Santa Luzia e São João no Rabaçal.

3.6. Caracterização do concelho de Pombal⁷

a) Historial do concelho

Apesar de ser difícil identificar o primeiro aglomerado populacional, não há dúvidas da presença de romanos na região de Pombal devido às moedas encontradas no restauro do Castelo.

No início do século XII passaram pela região templários. Gualdim País, mestre da Ordem dos Templários, concede foral a Redinha em 1159 e a Pombal em 1174. D. Gualdim País concede também a Pombal uma carta de privilégios, em 1181.

Em 1509 D. Manuel passou por Pombal e ordenou a recuperação do Castelo para Conde de Castelo-Melhor, alcaide-mor da vila, residir no seu interior. D. Manuel concedeu novo foral a 1 de Junho de 1512.

Marquês de Pombal residiu em Pombal entre 1777 e 1782 e aqui mandou construir a Praça Velha, a cadeia, o sítio do antigo pelourinho e o celeiro.

Na última década do século XVIII, e devido ao desvio da estrada real por dentro da vila, foi contruída uma ponte sobre o rio Arunca, dirigida pelo coronel-engenheiro Joaquim de Oliveira.

Em 1811 a vila foi invadida pelas tropas francesas comandadas pelo general Massena que saquearam e incendiaram toda a povoação. Devido a estes acontecimentos a vila ficou isolada de todo o país e só em 1855, com a construção da via férrea, se permitiu estabelecer comunicação rápida e fácil com os principais centros de Portugal.

Na segunda metade do século XX, com a renovação urbana e com a construção de modernas vias de comunicação, novas indústrias implementaram-se em Pombal, também devido à sua localização invejável. A partir daí a construção civil floresceu e os estabelecimentos de comércio e serviços proliferaram tornando a cidade numa das mais prósperas do distrito de Leiria.

⁷ Fonte: Documentação da Câmara Municipal de Pombal e website - www.cm-pombal.pt/ ; Fontes publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística sobre dados estatísticos territoriais - <https://www.ine.pt/>; Eusébio, J. (2007). Pombal – 8 séculos de história. (2ª Ed.). Pombal: Câmara Municipal de Pombal.

b) Enquadramento geográfico

O concelho de Pombal situa-se na região centro Litoral, entre o Litoral e o Interior, o Norte e o Sul, Lisboa e Porto e entre Coimbra e Leiria. Situa-se entre os concelhos de Ansião, Alvaiázere, Ourém, Leiria, Soure e Figueira da Foz, estendendo-se de Oeste até ao Oceano Atlântico. Pertence ao distrito de Leiria e tem uma área geográfica de 626 Km², onde pertencem as 17 freguesias: Abiul, Almagreira, Carnide, Carriço, Guia, Ilha, Mata Mourisca, Louriçal, Meirinhas, Pelariga, Pombal, Redinha, Santiago de Litém, São Simão de Litém, Albergaria dos Doze, Vermoil e Vila Cã.



Figura 6 - Mapa do concelho de Pombal

c) Economia

Nas últimas décadas e uma vez que o concelho tem beneficiado dos seus principais eixos de acessibilidade do país, tem-se assistido a várias transformações associadas à fixação de algumas polarizações industriais, onde existe uma razoável oferta de espaços industriais infraestruturados.

Pombal é um território em profunda transformação da base económica, uma vez que é um concelho que tem registado uma diversificação e modernização significativas. Apesar da existência da zona industrial da Formiga, nos últimos anos, o processo de industrialização intensificou-se de forma significativa devido, sobretudo, à criação do parque industrial Manuel da Mota. O concelho conta ainda com a existência de mais

9 parques industriais espalhados pelas várias freguesias, assim como com a futura construção de um novo parque, isto para além da existência de outras zonas com aglomerados de empresas. O sucesso destas últimas deve ser entendido num quadro de pluriatividade e plurirrendimento em complemento com a atividade primária, o que promove, o desenvolvimento destes aglomerados e o robustecimento do tecido empresarial do concelho.

A cidade de Pombal e algumas aglomerações reforçaram-se devido à expansão das atividades comerciais, de distribuição e serviços. O emprego é dominado pelos sectores secundários e terciário, seguindo-se o sector agrícola. Segundo dados do INE 2012, o ganho médio mensal é de 915,52€.

Quase todas as freguesias têm revelado dinâmicas demográficas positivas, em conciliação com um crescendo de industrialização sustentado pela melhoria progressiva das acessibilidades.

O turismo surge como uma atividade com fortes potencialidades, que passam pelo investimento em equipamentos capazes de desenvolver sectorialmente o turismo urbano, rural e outros com valor paisagístico.

O concelho de Pombal manifesta, assim, dinamismos de progresso económico que estão articulados a uma larga transformação do tecido produtivo local, no qual cada vez mais se afirma uma modelação industrial e urbana.

A atuação do município tem vindo a reunir as condições necessárias à implementação da estratégia e ações de desenvolvimento do tecido concelhio, apostando nas várias vertentes - cultural, educacional, social, ambiental, desportiva e económica - e investindo em condições e equipamentos capazes de as promover.

O concelho de Pombal conta com o registo de 6082 empresas de várias áreas, tais como: advogados, associações, casa e jardim, contabilidade e fiscalidade, ensino e educação, informática e eletrónica, profissões liberais, serviços públicos, arte e cultura, automóveis, comércio e serviços, desporto e lazer, hotelaria e restaurantes, media e imprensa, publicidade, transportes, artes gráficas, banca e seguros, construção e imobiliário, emprego e formação, indústria e energia, moda e beleza, saúde e medicina

e, por último, viagens e turismo. De todas estas empresas 3754 são de carácter individual e 2328 sociedades, segundo dados do INE de 2012.

d) Demografia

Segundo dados do INE de 2014 a população residente do concelho de Pombal chega aos 53,788 habitantes e tem uma densidade populacional de 85,9 hab./km².

e) Associativismo

O concelho de Pombal no que se refere ao movimento associativo está muito bem servido, uma vez que conta com 286 associações, núcleos, fundações, grupos, agrupamentos, centros, entre outros. Destas 286, a sua grande maioria são de carácter social e associativo, seguindo-se as de carácter desportivo, recreativo e cultural. As restantes organizações de carácter social e associativo são referentes a grupos juvenis, moradores e vizinhos, grupos de danças e cantares, caçadores e pescadores, defesa do ambiente e do património e columbófilo, grupos de amigos, centros sociais, culturais e paroquiais, bombeiros, aeromodelismo, de educação, cicloturismo, motard e camionistas, comissões de festas, casas de repouso, lares, centros de dia, reformados entre outros, relacionados com a saúde e doação de sangue, de melhoramentos, teatro, de pais e encarregados de educação, entre outras.

f) Património

Este município tem uma vasta diversidade de monumentos e locais históricos a visitar, nomeadamente, a Torre do Relógio Velho, o Castelo de Pombal, o Convento do Lourical, o Celeiro do Marquês, Igreja do Cardal, Igreja do Carmo, Igreja de São Martinho, Cadeia, Solar da Quinta da Gramela, Casa do Marquês, Outras Casas Brasonadas, Casa Arte Nova, Hospedaria, Largo do Pelourinho, Ponte sobre o Rio Arunca, Busto do Marquês de Pombal, Praça Marquês de Pombal, entre outros espalhados pelas várias freguesias.

3.7. Caracterização do concelho de Soure⁸

a) Historial do concelho

Os vestígios arqueológicos, sobretudo do período neolítico e romano, indicam que este espaço foi ocupado desde tempos imemoriais. O documento escrito mais antigo que se conhece do concelho é de 1043 e refere-se à doação do Convento da Vacariça.

Em Julho de 1111 o Conde D. Henrique e a rainha D. Teresa concederam foral à vila de Soure. Em 1128 D. Teresa doa o Castelo de Soure à ordem dos Templários, doação que veio a ser confirmada por D. Afonso Henriques em 1129.

A partir da Idade Média, Soure passa a ser conhecida por uma região marcadamente rural dada a apetência agrícola dos seus terrenos enriquecidos pela água dos rios Anços, Arunca e Pranto.

A 13 de Fevereiro de 1513, D. Manuel concedeu um novo foral à vila de Soure.

b) Enquadramento geográfico

O concelho de Soure pertence à região do Baixo Mondego no distrito de Coimbra e situa-se entre os concelhos de Condeixa, Penela, Montemor-o-Velho, Pombal, Ansião e Figueira da Foz. Tem uma área total de 265,06 km², onde pertencem as 12 freguesias, entre elas: Alfarelos, Brunhós, Degraças, Figueiró do Campo, Gesteira, Granja do Ulmeiro, Pombalinho, Samuel, Soure, Tapéus, Vinha da Rainha, Vila Nova de Anços.

⁸ Fonte: Documentação da Câmara Municipal de Soure e website - www.cm-soure.pt/ ; Fontes publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística sobre dados estatísticos territoriais - <https://www.ine.pt/>



Figura 7 - Mapa do concelho de Soure

c) Economia

O concelho de Soure conta com a presença de 2 parques industriais que contribuem para a dinamização económica do concelho, como é o caso da unidade industrial de torrefação de frutos secos. Segundo dados do INE de 2012 sobre o número de empresas existentes no concelho, este conta com 1400 empresas, sendo 1082 de título individual e apenas 318 sociedades. Relativamente ao ganho médio mensal é de 810,73€.

Outras áreas que contribui para o desenvolvimento económico da região é a criação de produtos endógenos e a unidade de extração de calcário.

No concelho realizam-se também diversas feiras, romarias e festivais que reúnem uma boa oferta comercial, atraindo um vasto público. Estas feiras, romarias e festivais podem ser anuais e mensais. De entre todas a que constitui o maior cartaz turístico da vila é a Festa de S. Mateus – Fatacis (Feira de Artesanato, Turismo, Agricultura, Comércio, Indústria de Soure). Esta festa é um desafio fundamental para a promoção e divulgação de um significativo conjunto de atividades económicas.

Outro fator que está a contribuir para o desenvolvimento económico é a atual abertura de uma saída da A1, localizada no concelho de Soure.

d) Demografia

Segundo dados do INE de 2014 a população residente do concelho de Soure chega aos 18,231 habitantes e tem uma densidade populacional de 68,8 hab./km².

e) Associativismo

O concelho de Soure é rico em associativismo, designadamente nos âmbitos do desenvolvimento social, de solidariedade, cultural, recreativo e desportivo que conta com a presença de 19 centros e associações, seguindo-se também em grande número entidades relacionadas com música, grupos de folclore, filarmónicas, escolas de música e tunas, fazendo um total de 17. O concelho conta também com associações e /ou centros sociais, humanitários, caça e pesca, cicloturismo, casa do povo, florestais, juvenis, paroquiais e ainda uma associação de defesa do património cultural e natural.

f) Património

No concelho Soure existem vários monumentos e edifícios com valor histórico, tais como, o Castelo de Soure, a Igreja Matriz de Alfarelos, o Cruzeiro em Alfarelos, a Igreja Matriz de Brunhós, a Capela de N.^a Sr.^a do Amaro, a Igreja Matriz de Degracias, a Capela de Moçifas da Nazaré, a Capela de Santo António, a Casa dos Viscondes das Degracias, a Igreja Matriz de São Tiago, a Ponte das Eiras ou dos Mouros, o Cruzeiro em Figueiró do Campo e a Quinta do Paço.

O município conta também com uma grande área de património natural que pode ser visitado, como é o caso do Paúl da Madriz, a Costa de Arnes, o Jardim Juiz Américo Goes Pinheiro, a Nascente e lavadouro comunitário, o Campos de Lapiás e o Miradouro de Nossa Sr.^a da Estrela.

CAPÍTULO 4

INTERVENÇÃO DA ASSOCIAÇÃO TERRAS DE SICÓ

4.1. Breve caracterização ⁹

Os autarcas de Alvaiázere, Ansião, Condeixa, Penela, Pombal e Soure consideraram que existia boa proximidade física territorial em torno do maciço da Serra de Sicó e que esta precisava de uma escala a nível político, propondo um projeto intermunicipal de desenvolvimento local para benefício das suas populações, em 1988, tendo criado, nesse ano, a Associação de Municípios da Serra de Sicó - ADSicó. Porém, em 1995, os autarcas e a própria ADSicó sentiram a necessidade alargar esta intervenção e então criaram uma associação com características diferentes, de direitos privados, com duração por tempo indeterminada desde o dia da sua constituição, sem fins lucrativos e que pretende dar resposta ao alargamento de parcerias pelo desenvolvimento do território, surgindo, então, a Associação de desenvolvimento Terras de Sicó.

A Associação de desenvolvimento Terras de Sicó foi criada por tempo indeterminado desde o dia da sua constituição, sendo uma associação sem fins lucrativos, de direito privado que tem por objeto a promoção do desenvolvimento dos concelhos da sua área de intervenção, através da dinamização de iniciativas próprias e apoio a projetos emergentes do meio, em estreita cooperação com entidades de âmbito local, regional, nacional e internacional, numa perspetiva de intervenção global equilibrada pela valorização dos recursos locais e a investigação e o acompanhamento de novos modelos e iniciativas de intervenção, perspetivando novas soluções para novos problemas, numa atitude sistemática de planeamento integrado e avaliação contínua.

Para a realização dos seus fins, a associação tem designadamente as seguintes atribuições:

1. Elaborar e cooperar em estudos de diagnóstico e análise com implicações na sua zona de intervenção, numa perspetiva integrada, tendo em consideração a realidade multifacetada da sua área;

⁹ Fonte: Documentação cedida pela Associação Terras de Sicó, entre a qual os estatutos da Associação e consulta do website <http://www.terrasdesico.pt/> ; consulta do website <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/rn2000/resource/sic-cont/sico-alvaiazere>

2. Prestar aos seus associados, aos promotores de iniciativas económicas, sociais e culturais e às organizações e população local o acesso a toda a informação disponível, centrada nesta associação sobre temas relacionados com o desenvolvimento local e regional, numa clara intenção de sistematizar para melhor informar, utilizando gradualmente as novas tecnologias de informação;
3. Suscitar o debate e a reflexão, o confronto de opiniões e o diálogo de gerações sobre o desenvolvimento da área de intervenção, envolvendo todos os atores locais coletivos e cidadãos em nome individual, através da realização de colóquios, encontros, jornadas, seminários e outras iniciativas;
4. Promover e cooperar em projetos e ações de formação profissional, perspetivando a melhoria quantitativa e qualitativa das componentes emprego e formação, valorizando de forma organizada e participada os recursos humanos;
5. Promover e cooperar em projetos e ações tendentes a preservar e valorizar as componentes do património cultural, ambiente e recursos naturais, a dinâmica e a organização dos produtos endógenos, nomeadamente através de ações de sensibilização junto dos estabelecimentos de ensino e da população em geral e elaborar, em cooperação com outras entidades, ações de preservação e valorização do património natural e cultural das Terras de Sicó;
6. Apoiar, dinamizar e revitalizar organizações comunitárias e associativas, cuja ação no âmbito do artesanato, da etnografia, dos usos e costumes tradicionais possa, na sua diversidade, contribuir para a consciencialização da identidade cultural Serra de Sicó, transformando este espaço de contiguidade física num espaço de solidariedade ativa;
7. Implementar e cooperar em projetos de desenvolvimento das áreas rurais, tendo em consideração as iniciativas comunitárias, nacionais e regionais, enquadrados em processos de desenvolvimento integrado, nomeadamente sendo parceira nos sectores empresariais e financeiros com relevância para o objeto da associação e para os interesses do território.
8. Promover e participar em redes de intercâmbio com associações e organismos regionais, nacionais e internacionais, que prossigam os mesmos objetivos,

sempre que se justifiquem outras escalas de intervenção, tendo como orientação o princípio da subsidiariedade.

A associação tem duas categorias de associados. Por um lado, os associados efetivos que para além dos fundadores, poderão ser admitidos como associados efetivos as pessoas coletivas que comunguem dos objetivos desta associação e que de forma ativa intervenham nos processos de desenvolvimento local e regional. Por outro lado os associados honorários que poderão ser distinguidos pela associação como associados honorários as pessoas singulares ou coletivas, nacionais e internacionais, que se interessem pelo objetivo da associação e que tenham contribuído significativamente para o seu prestígio e desenvolvimento, ou tenham prestado relevantes serviços à mesma e como tal sejam reconhecidos mediante deliberação da assembleia-geral, sob proposta da direção.

✓ **Órgãos sociais da Associação**

Os órgãos sociais da associação são a assembleia geral, a direção, o conselho fiscal e o conselho consultivo. A duração dos mandatos da mesa da assembleia-geral, da direção, do conselho fiscal e do conselho consultivo é de um ano, sendo admitida a reeleição. Poderão ser criadas pela assembleia geral na dependência da direção, comissões especiais de carácter consultivo ou para execução de tarefas específicas, sendo a sua composição, funcionamento e duração da responsabilidade daquela.

✓ **Assembleia geral**

A assembleia geral é o órgão supremo da associação, é constituída pelos membros efetivos da associação no pleno gozo dos seus direitos e os membros honorários podem assistir à assembleia-geral sem direito a voto. A mesa da assembleia geral é constituída por um presidente e pelos secretários do conselho fiscal e da direção e é convocada pelo presidente da mesa da assembleia com pelo menos quinze dias de antecedência. De cada reunião da assembleia geral é elaborada uma ata dos trabalhos indicando o número de associados presentes, o resultado das votações e as deliberações tomadas, sendo assinada pelo presidente e pelos secretários da mesa.

A assembleia geral pode deliberar sobre todos os assuntos submetidos à sua apreciação, competindo-lhe nomeadamente:

- Eleger ou destituir os membros dos órgãos sociais;
- Apreciar e votar anualmente o relatório, o balanço e contas da direção bem como o parecer do conselho fiscal;
- Apreciar e votar o plano de atividades e o orçamento para o ano seguinte;
- Fixar a joia e a quota a pagar pelos associados;
- Aprovar e alterar os estatutos e o regulamento interno;
- Fixar as compensações para despesa em serviço dos órgãos sociais e membros da assembleia-geral;
- Aprovar a criação e extinção de delegações;
- Aprovar o organigrama e a nomeação de diretores executivos propostos pela direção, bem como os respetivos poderes específicos a eles associados e revogar-lhes os respetivos mandatos.

✓ **Direção**

A direção é o órgão de administração e representação da associação, é constituída por um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro e um vogal eleitos em escrutínio secreto entre os membros efetivos. A direção é investida de todos os poderes para a gestão e direção das atividades da associação tendo em vista a realização dos seus fins.

Compete à direção, nomeadamente:

- Representar a associação em todos os seus atos e contratos, designadamente em juízo e for dele;
- Zelar pelo respeito da Lei, das disposições estatutárias e pela execução das deliberações da assembleia-geral;
- Elaborar e submeter à assembleia-geral o regulamento interno;

- Elaborar anualmente e submeter ao conselho fiscal e à apreciação e aprovação da assembleia-geral o relatório, balanço e contas do exercício, bem como o plano de atividades e o orçamento para o ano seguinte;
- Promover e fazer cumprir o plano de atividades anual;
- Atender às solicitações do conselho fiscal nas matérias da competência deste;
- Deliberar sobre a admissão de associados;
- Requerer a convocação extraordinária da assembleia-geral, sempre que entenda necessário;
- Criar, organizar e dirigir os serviços da associação e contratar e gerir o pessoal necessário às atividades da mesma;
- Adquirir ou arrendar, ouvida a assembleia-geral, propriedades necessárias à instalação da sede da associação;
- Adquirir todos os bens móveis que se tornem necessários ao funcionamento da associação e ainda vender móveis que não convenham ou se tornem dispensáveis;
- Adquirir, construir e alienar imóveis, quando autorizados pela assembleia-geral;
- Propor o estabelecimento de delegações e suas condições de funcionamento e gestão;
- Nomear os membros do conselho consultivo;
- Solicitar ao conselho consultivo pareceres de natureza técnica e política sobre assuntos de interesse da associação;
- Avaliar os relatórios semestrais do conselho consultivo.

✓ **Conselho fiscal**

O conselho fiscal é constituído por três membros efetivos eleitos pela assembleia geral, respetivamente um presidente, um secretário e um relator. O conselho fiscal reúne pelo menos duas vezes por ano e sempre que for convocado pelo presidente e desta reunião é elaborada uma ata de cada sessão do conselho fiscal na qual se indicarão os nomes

dos presentes e as deliberações tomadas, sendo aquela assinada pelos presentes à sessão.

Compete especialmente ao conselho fiscal:

- Examinar a escrita e a documentação da associação sempre que julgue conveniente;
- Emitir parecer sobre o relatório, balanço e contas do exercício;
- Requerer a convocação extraordinária da assembleia-geral quando o julgue necessário;
- Verificar o cumprimento dos estatutos e da lei.

✓ **Conselho consultivo**

O conselho consultivo é um órgão de consulta da associação e é constituído por pessoas individuais ou coletivas, nomeadas pela direção, que pela sua importância, objeto, ou representação sectorial específica para o desenvolvimento do território, apoiem a direção nos assuntos que esta considerar necessários e convenientes, não tendo as suas propostas carácter deliberativo. O conselho consultivo é constituído por nove elementos, tendo na sua estrutura orgânica um presidente, um vice-presidente, um secretário e seis vogais.

Compete ao conselho consultivo, nomeadamente:

- Acompanhar a atividade da associação, emitindo pareceres de natureza técnica e estratégica sempre que a direção o solicite;
- Conceber relatórios semestrais sobre a atividade da associação, enquanto documento de avaliação a apreciar pela direção.

✓ **Receitas**

Constituem receitas da associação:

- O produto das joias e quotas que vierem a ser fixadas;

- As subvenções recebidas de entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;
- Os juros das reservas e diversos;
- Quaisquer fundos, donativos ou legados que lhe venham a ser atribuídos.

A Associação Terras de Sicó teve em vigor, durante 6 anos, o programa PRODER 2007-2013. Este programa teve na sua génese a parceria com mais de 35 instituições do território que representam o sector económico, ensino técnico-profissional, financeiro, cultural e recreativo e de solidariedade social. Num passado recente a Associação apresentou candidatura para o programa de DLBC (Desenvolvimento Local de Base Comunitária), uma vez aceite, o GAL¹⁰ (Grupo de Ação Local) conta com mais de 69 parceiros que são verdadeiramente representativos das diversas áreas temáticas de interesse para a estratégia, nomeadamente instituições representantes da administração local, instituições sociais e culturais, associações de produtores e produtos endógenos, instituições de diferentes níveis e tipologias de ensino, instituições de emprego, associações empresariais e empresas individuais de uma multiplicidade de setores (com destaque para o turismo) e que têm em comum o forte empenho no desenvolvimento da região que constitui Sicó. Possui um projeto intermunicipal de desenvolvimento local em benefício das suas populações (espaço de solidariedade ativa), um projeto plural a favor do desenvolvimento local, das suas populações e da promoção de produtos turísticos e ainda uma rede sólida com condições para afirmar um modelo criativo e participativo de intervenção no mundo rural. Detém de uma boa organização dos agentes privados relativamente às suas atribuições e competências públicas, dando origem a um projeto de território e de uma marca de referência.

¹⁰ A composição deste grupo encontra-se descrita em pormenor no capítulo 4, no ponto 4.2. e no subpondo d).

a) Eixos de intervenção da Associação:

1. Eixo de valorização dos produtos endógenos

- Organização dos produtores e criação de associações de base produtiva;
- Intervenção nos solos agrícolas;
- Intervenção na fileira florestal;
- Constituição de uma entidade certificadora.

2. Eixo do território enquanto destino turístico

- Qualificação e promoção do alojamento disponível;
- Qualificação da restauração;
- Requalificação e valorização de espaços públicos e património natural;
- Requalificação e valorização do património construído;
- Requalificação e valorização do património arqueológico;
- Constituição de uma empresa de promoção e comercialização.

3. Eixo de requalificação dos recursos humanos e inovação

- Formação profissional na restauração;
- Formação profissional para guias turísticos;
- Formação profissional com carácter inovador de suporte às novas tecnologias.

4. Eixo de cooperação territorial e transnacional

- Projetos de desenvolvimento integrado de âmbito sub-regional;
- Projetos de aquisição de novos saberes de âmbito transnacional;
- Projetos “Benchmarking” (comparação de resultados com outras entidades).

4.2. Recursos locais

a) Turismo

✓ Sítios Classificados da Rede Natura 2000

O território apresenta três sítios classificados na Rede Natura 2000: Sicó/Alvaiázere, Paúl de Arzila e Paúl da Madriz. Será detalhado unicamente o sítio Sicó/Alvaiázere porque ocupa uma área muito significativa relativamente ao território em estudo, abrangendo cinco dos seis concelhos. Alvaiázere, Ansião, Penela, Pombal e Soure. O Paul de Arzila situa-se no concelho de Condeixa e o Paúl da Madriz no concelho de Soure.

• Sítio Sicó/Alvaiázere

Descrição sumária

Este sítio, que se encontra em terrenos privados e das freguesias (baldios) e ocupa uma área de 31.678ha distribuídos pelos cinco concelhos acima referidos.

Sítio muito rico em fitodiversidade devido ao predomínio de substratos calcários nos quais se desenvolvem comunidades de orquídeas. É a zona de Portugal onde abundam os bosques de *Quercus faginea ssp. Broteroi*. Comunidades rupícolas com espécies prioritárias e uma rede de grutas.

O sítio inclui as mais importantes áreas contínuas de carvalhais de *Quercus faginea* e de azinhais *Quercus rotundifolia* sobre calcários em Portugal. Grande diversidade de habitats com substrato calcário, incluindo habitats prioritários (8240, 6210, 6110, 91E0). A galeria ripícola ao longo do Rio Nabão encontra-se em bom estado de conservação. O Rio Nabão é o único local de ocorrência confirmada da lampreia-pequena (espécie classificada como ameaçada). Inclui uma gruta importante para os quirópteros na época de criação, com grande diversidade de espécies.

A colónia de morcego-de-peluche - *Miniopterus schreibersii* (espécie classificada "vulnerável") é uma das maiores do país.

As classes de Habitats que compõem este sítio classificado são as seguintes:

- Charnecas, Matos, Maquis, Garrigues, Phrygana - 25%;

- Culturas extensivas de cereal (incluindo culturas de rotação em pousio regular) - 10%;
- Florestas de ácies - 5%;
- Florestas esclerofilas - 10%;
- Florestas mistas - 5%;
- Monoculturas florestais artificiais (e.g. Plantações de choupos e exóticas) - 10%;
- Outras terras (incluindo Zonas urbanizadas e industriais, Estradas, Lixeiras, Minas) - 2%;
- Prados secos, Estepes - 10%;
- Turfeiras, Pauis, Vegetação ribeirinha, Pântanos - 10%;
- Áreas não-florestais cultivadas com plantas lenhosas (incluindo Pomares, Olivais, Vinhas, Montados) - 13%.

Os principais factores de ameaça ao sítio Sicó/Alvaiázere são: construção urbana e industrial; construção de infraestruturas; corte de carvalho cerquinho (*Quercus faginea*) para lenha; extração de inertes; incêndios; corte de vegetação ribeirinha; poluição dos cursos de água; florestações com espécies exóticas; pressão turística; perturbação das grutas.

O sítio encontra-se em terrenos privados e das freguesias (baldios).

✓ **Museus**

Museu Municipal de Alvaiázere

Casa Museu Fósseis de Sicó

Residência Senhorial dos Condes de Castelo Melhor

Casa Museu Fernando Namora

Museu Monográfico de Conimbriga

Museu da "Villa Romana" do Rabaçal

Museu de Arte Popular Portuguesa

Museu Marquês de Pombal

Museu Municipal de Soure

✓ **Alojamento**

Alvaiázere:

- Aldear – Turismo rural
- Casa Turismo Rural “Quintinha Catarina” – turismo rural

Ansião:

- Casal Frias – turismo rural
- Casal do Vale Florido – turismo rural
- Casa Otium – turismo rural

Condeixa:

- Pousada de Condeixa-Coimbra
- Paço da Ega – turismo rural

Penela:

- Hotel Duecitânia
- Casa Portuguesa – turismo rural
- Casa Zé Sapateiro – turismo rural
- Quinta do Espanhol – turismo rural
- Casas do Vale do Ninho – turismo rural
- Casas do Favacal – turismo rural
- Casa Xisto dos Pardieros – turismo rural

Pombal:

- Hotel do Cardal
- Hotel Pombalence
- Hotel Sr^a de Belém
- Quinta de São João – turismo rural

- Casa da Ti Lucinda – turismo rural
- Casa do Vale – turismo rural

Soure:

- Villa Pedra – turismo rural

✓ **Restauração**

Alvaiázere:

- Restaurante “O Marquês”
- Restaurante “O Brás”
- Churrasqueira “Loja dos Frangos”
- Café/Restaurante “O Mercado”
- Casa Lagoa
- Café/Restaurante “As Piscinas”
- “O Bombeiro”

Ansião:

- Adega Típica
- Alquimia
- Nascento do Nabão
- Solar da Rainha
- Adaíl Luís
- O Serranito

Condeixa:

- O Cabrito
- O Repasto do Evaristo
- Restaurante da Pousada de Condeixa-Coimbra
- O Regional do Cabrito
- Luz e Vida
- Bairradino dos Leitões

- Casa do Cabrito
- .Come Restaurante
- Fileno's Restaurante/Take away

Penela:

- Boa Esperança
- O Cantinho da Clotilde
- O Pastor
- Varandas do Castelo
- Pateo da Vila
- Santo Amaro
- Terreiro do Lagar
- D. Sesnando
- O Vitém

Pombal:

- O Manjar do Marquês
- O Pote
- Quinta das Vinhas
- Vintage
- Maria do Céu
- Quinta de Sant'Ana
- Variante

Soure:

- Quinta D. Maira
- Rosa Larina
- Alto Douroana
- Casarão
- A Trempe
- Masrisqueira Saurium

b) Produtos endógenos gastronómicos

✓ Queijo Rabaçal DOP

O Queijo Rabaçal DOP é um queijo curado, de pasta semidura a dura, com poucos ou nenhuns olhos pequenos e irregulares distribuídos na massa, branca-mate e é obtido por esgotamento lento da coalhada, após a coagulação de leites de ovelha e cabra, por ação do coalho animal. Este queijo mantém a forma tradicional de fabrico e revela características atribuíveis ao leite e, portanto, à forma tradicional de manejo das ovelhas.

O uso da Denominação de Origem (Despacho 12/94 de 26 de Janeiro) obriga a que o queijo seja produzido de acordo com as regras estipuladas no caderno de especificações, o qual inclui, designadamente, as condições de produção do leite, higiene da ordenha, conservação do leite e fabrico do produto. A rotulagem deve cumprir os requisitos da legislação em vigor, mencionando também a Denominação de Origem. O Queijo Rabaçal deve exibir a marca de certificação pela respetiva entidade certificadora.

A área geográfica de produção abrange algumas freguesias dos concelhos de Condeixa-a-Nova (Condeixa-a-Velha, Ega, Furadouro, Vila Seca e Zambujal), Penela (todas as freguesias), Soure (Degraças, Pombalinho e Tapeus), Alvaiázere (todas as freguesias, exceto, Pussos), Ansião (todas as freguesias) e Pombal (Abiul, Pelariga, Pombal, Redinha e Vila Cã).

- Descrição do queijo: comercialmente pode apresentar-se com um peso compreendido entre 0,3 kg a 0,5 kg e dimensões com diâmetro de 10 - 12 cm e altura de 3,3 a 4,2 cm.

- Organização de Produtores:

- Marca Coprorabaçal

- Principais Produtores:

- Maria Silvina Santos Marques – Queijaria Artesanal Camponês da Sicó
- Licínia Maria Simões Neves
- Queijaria Juromelo
- Coprorabaçal - Cooperativa de Produtores do Queijo Rabaçal DOP

- Organismo Privado de Controlo e Certificação:

- Sicó qualidade

✓ **Vinho Terras de Sicó**

Os vinhos Terras de Sicó, sub-região do "Vinho Regional Beiras" (Portaria nº 158/93, de 11 de Fevereiro) segue as tecnologias de elaboração e as práticas enológicas tradicionais, bem como as legalmente autorizadas.

A área geográfica de produção estende-se aos concelhos de Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal (Abiul, Vila Chã, Redinha e Pelariga), Soure e às freguesias de Lamas (Miranda do Corvo) e Aguda (Figueiró dos Vinhos); inserindo-se numa mancha de vinha localizada no Litoral Centro de Portugal.

Nestas vinhas, podadas em vaso (as mais antigas) e em cordão bilateral (as mais recentes), predominam as seguintes castas: Tintas (Alfrocheiro Preto, Baga, Bastardo, Rufete, Trincadeira e Touriga Nacional) e Brancas (Fernão Pires, Rabo de Ovelha, Arinto e Cerceal).

A riqueza natural dos mostos produzidos é a garantia da boa matéria-prima que otimiza uma produção em qualidade, mais do que em quantidade.

Os vinhos produzidos nesta região só podem ser comercializados após o estágio mínimo de seis meses, devendo ter um título alcoómetro natural mínimo 90% em volume e um título alcoómetro adquirido mínimo de 10,0 % em volume, devendo os restantes parâmetros analíticos apresentar os valores definidos para os vinhos de mesa em geral. O vinho rosé, ou rosado, deve ser elaborado pelo processo de "bica aberta" ou com uma ligeira curtimenta.

A produção de vinhos na sub-região remonta ao tempo dos romanos, fazendo disso prova os diversos lagares talhados nas rochas graníticas (lagares antropomórficos), onde na época o vinho era produzido. A sua qualidade foi sendo alvo de destaque ao longo da nossa história.

- Organização de Produtores:

- Vinisicó - Associação de Vitivinicultores da ADSICÓ

- Principais Produtores:

- ADEPOMBAL
- Manuel Jesus Silva
- Maria Rosa R. S. Graça
- Maria Rita Falcão Ramos
- Maria Luísa D. Lapa dos Santos Reis
- Isaura Rosa da Conceição Reis
- Ramiro Rodrigues
- Júlio Guilherme Dias
- Amílcar dos Santos Neves

- Organismo de Controlo e Certificação:

- Conselho Vitivinícola Regional das Beiras

✓ **Azeite Terras de Sicó**

As paisagens de olival antigo e, mais recentemente, de novos terrenos a olival plantado a rigor, conferem a certeza de que no calcário a oliveira é uma das poucas espécies que consegue criar raízes como ninguém. O seu processo é um caminho duradouro, desde a monda da oliveira, a apanha, os lagares salgando a azeitona, moendo-a, depois o aperto nas prensas e, por fim o azeite.

Na Serra de Sicó ainda se encontram alguns lagares com este processo tradicional de fabrico, contudo, cada vez mais se aposta nas novas tecnologias que permitem outras soluções ambientais e também nas novas soluções de produção e comercialização com engarrafamento próprio. Associado a este processo surgiram mais recentemente os produtores engarrafadores, que permite colocar no mercado um azeite biológico certificado, de sabor único, com controlo de qualidade adaptado às exigências dos consumidores.

O azeite Serra de Sicó é essencial para a conservação dos enchidos, em potes de barro, bem como para o Queijo Rabaçal que, depois de curado, surge no mercado em pequenos frascos com azeite e ervas aromáticas.

Azeite de características qualitativas intrinsecamente ligadas à região comprovando-se a ligação inequívoca entre a qualidade do azeite e os fatores naturais e humanos da sua região de origem - Terras de Sicó, património paisagístico e cultural único.

- Descrição do Azeite: Azeites obtidos do fruto *Olea Europea L.*, por processos unicamente mecânicos, de azeitonas das variedades galega, provenientes de olivais localizados no maciço de Sicó, com um máximo acidez de 0,8% para o azeite virgem extra e 1,5% para o azeite virgem. São azeites ligeiramente espessos, muito frutados, com cor amarela ouro, por vezes ligeiramente esverdeada, com um sabor e qualidade organolética inigualável.

- Organização de Produtores:

- Marca Associação de Olivicultores da Serra de Sicó

- Principais Produtores:

- AGRIRABAÇAL
- António Rodrigues Marto
- Arménio Luciano Lopes
- José da Silva Duarte
- José Alves Gabriel
- José Maria Jordão Monteiro
- Leopoldino Rodrigues Gaspar
- Luís Santos Silva
- Manuel Rodrigues Gomes
- SERRAFINO
- António Marques Barros & Filhos, Lda.
- Azeites Parreirão
- João Simões Dias

✓ **Mel Serra de Sicó**

Para se poder obter o produto final que é o mel, o trabalho que as abelhas desempenham é fundamental, seguindo-se o trabalho humano, cuidar dos enxames, preparar as colmeias, centrifugar e filtrar o mel para que seja apresentado ao consumidor com o seu sabor e cheiro característicos.

Do mel há quem produza aguardente e licores, bebidas que acompanham bem a doçaria tradicional.

A área geográfica da produção limita-se aos concelhos de Ansião (17.998 ha), Alvaiázere (16.100 ha), Penela exceto a freguesia do Espinhal (10.130 ha), Condeixa-a-Nova (14.216 ha) e Pombal (62.636 ha).

- Descrição do Mel: o mel é uma substância açucarada produzida pelas abelhas (*Apis mellifera*) a partir do néctar das flores ou das secreções provenientes de outras partes vivas das plantas, ou que sobre elas se encontrem. Este é constituído, essencialmente, por diversos açúcares, predominando a glucose e a frutose. Contém, ainda, proteínas, aminoácidos, enzimas, ácidos orgânicos, matérias minerais, pólen e outras substâncias, podendo ter, também, sacarose, maltose, melezitose e outros oligossacáridos (incluindo dextrinas) e ainda vestígios de fungos de algas de leveduras e de outras partículas sólidas provenientes da colheita do mel.

Este produto é fabricado com a utilização de várias árvores e plantas, o mais comum é o mel multifloral com silva, eucalipto e alecrim, mas existe também mel com silva e alecrim, silva e murta, silva e menta, silva e sargaço, silva e roselha, silva e tojo, silva e espinheiro, silva e eucalipto, eucalipto e espinheiro, rosmaninho e tojo e ainda tomilho.

- Associação de Produtores:

- Marca da Associação de Apicultores da Serra de Sicó

✓ **Cabrito e Borrego de Sicó**

O cabrito e o borrego são os plenos herdeiros dos rebanhos que habitam a Serra de Sicó. Na gastronomia da região, são o prato preferido de muitos, pode ser preparado no forno ou em caldeirada, cumprindo os antigos saberes.

A Coprorabaçal, agrupamento de produtores do Queijo Rabaçal, tem vindo a desenvolver um estudo para a sua certificação enquanto Indicação Geográfica Protegida - IGP. As pastagens e o seu manejo têm também vindo a ser estudados por várias entidades e projetos de I&D aos quais a Terras de Sicó se tem associado enquanto parceira, permitindo a sua presença na paisagem e, no limite, o sabor único nas mesas da restauração.

Organização de Produtores:

- Coprorabaçal - Cooperativa de Produtores do Queijo Rabaçal DOP

✓ **Ervas Aromáticas**

As ervas aromáticas adornam e florescem espontaneamente em toda a região da Serra Sicó. Estragão, tomilho, orégãos, louro, salva e lavanda são as mais fáceis de encontrar e são geralmente utilizadas para decoração, chás e temperos. O paladar que estas ervas proporcionam dá um toque bem especial à gastronomia desta região, sendo a erva de Santamaria uma das mais mediáticas, pelo sabor que dá ao Queijo Rabaçal.

✓ **Frutos Secos e Secados**

- Noz

Homenageada com uma grande Feira e Feriado Municipal, a 29 de Setembro, no concelho de Penela é uma referência, dando expressão a grandes zonas de produção de noz que se encontram um pouco por todo o maciço calcário.

- **Passas de Figo**

A aposta recente na implementação de novos pomares para produção de figos, tem vindo a ajudar a tradicional produção de passas de figo, produto de apreciado sabor no território.

- **Passas de Uva**

Num território com tradições vitivinícolas, a produção de passas de uva são um complemento à atividade. Às passas de uva de Sicó estão conferidos os sabores das castas desta região de vinho.

- **Chícharo**

A cultura do chícharo é uma tradição neste território. Acompanha a gastronomia tradicional e tem expressão em todo o maciço. O concelho de Alvaiázere organiza todos os anos um festival dedicado ao produto o “Festival do Chícharo”.

✓ **Doces, Compotas e Licores**

São geralmente servidos em pequenos frascos, contendo o vermelho dos frutos vermelhos, o mirtilo, a framboesa e o morango misturados em aguardente de alambique. São produzidos na região licor de chícharo e licor de mel.

✓ **Enchidos e fumados**

Nas terras de Sicó ainda reina o porco para outra distribuição de sabores. É aproveitada a carne e temperada para posteriormente ir para o fumeiro.

✓ **Biscoitos e biscoitinas**

Remontando à tradição das avós, foi passado o segredo das lesmas, dos biscoitos de erva doce com mel, o amora no limão, a amêndoa e a baunilha, entre outros de textura forte ou macia.

c) Desporto e Aventura

✓ **Espeleologia na Sub-região Terras de Sícó**

A espeleologia é a disciplina consagrada ao estudo das cavernas, são várias as ciências que podem auxiliar o estudo das cavidades, nomeadamente, a geologia, a hidrogeologia, a arqueologia, a paleontologia, a mineralogia, a bio espeleologia, entre outras.

A Espeleologia combina o desporto, a aventura, o lazer na natureza, a pesquisa e o trabalho científico. É um veículo de eleição para a educação ambiental, seja pelas regiões visitadas, quase sempre belas e pouco humanizadas, seja pelo forte contexto ético da atividade espeleológica, ou ainda pelo frequente contacto com problemas ambientais. A prática da espeleologia exige uma formação adequada e uma regulamentação precisa tanto no campo da ética como da segurança.

- Espeleologia no Maciço Sícó-Alvaiázere

Esta atividade pode ser praticada por todo o maciço. Todos os concelhos da Terras de Sícó possuem cavidades. Também quase todas as diferentes litologias possuem grutas, com especial incidência nos calcários mais puros e carsificáveis do Jurássico Médio. As cavidades do maciço são em geral pequenas e de pouco desenvolvimento, sendo de destacar algumas pela sua dimensão e beleza, mas também pelo património geológico e arqueológico singular. De realçar o facto que grande parte dos possíveis sistemas subterrâneos do maciço ainda estarão por descobrir.

Destaque para algumas das principais cavidades da região:

- Buracas do Casmilo (Condeixa), pequeno canhão fluviocársico que contém concavidades de desenvolvimento horizontal, é o que resta de várias salas de gruta existentes no interior do monte. Devido a um abatimento da parte nuclear do monte desencadeou-se este fenómeno denominado de incasão, que deixou a descoberto estas partes laterais externas.
- Gruta da Arrifana (Condeixa-a-Nova), maior cavidade conhecida do concelho, 150m de desenvolvimento. No seu interior possui algumas formações de rara beleza.

- Cova do Ladrão (Soure), importante cavidade arqueológica, situada nas imediações das Buracas do Casmilo.
- Algar da Janeia (Penela), grande cavidade originada pelo abatimento de uma sala ou galeria subjacente. A sua boca mede 35m de diâmetro e atinge uma profundidade de 45m. Possui no seu interior um micro clima, facto que permitiu o estabelecimento de várias espécies vegetais já extremamente raras em Portugal.
- Sistema do Dueça (Penela), o maior sistema subterrâneo conhecido no maciço e um dos maiores de Portugal, totalizando quase 9km de galerias conhecidas. Este sistema espeleológico encontra-se ainda em fase de estudo e é composto por várias cavidades, sendo as principais:
 - Algar da Várzea, a mais importante gruta-perda do maciço, com 650m explorados;
 - Gruta do Algarinho, cavidade com 2500m muito interessante do ponto de vista morfológico e arqueológico;
 - Gruta do Soprador do Carvalho, é a maior cavidade conhecida no maciço, com aproximadamente 4500m de galerias conhecidas. No seu interior corre uma ribeira subterrânea que irá surgir no Olho do Dueça;
 - Olho do Dueça, a nascente do Rio Dueça, com 980m de desenvolvimento, sendo acessível através de um poço artificial e recorrendo a técnicas mergulho subterrâneo;
- Gruta de Santa Maria da Estrela (Pombal), durante muito tempo foi a maior cavidade do maciço, com 200m de galerias. É um importante abrigo de hibernação de morcegos.
- Algar das Quintas (Pombal), cavidade de 75m de profundidade, possui um poço de 60m;
- Olhos d'Água do Anços (Pombal), a nascente do Rio Anços. A cavidade subaquática a ela associada é conhecida até 63m de profundidade, é um dos grandes sistemas de Sicó-Alvaiázere por desvendar;

- Algar do Burro (Pombal), cavidade com 45m de profundidade. Possui no seu interior umas das maiores formações litoquímicas de Portugal, uma coluna encostada à parede com 30m de altura;
- Algar da Ervilha (Pombal), com 52m de profundidade e 150m de galerias é a cavidade mais importante do Vale de Ereiras, onde existe a maior concentração de cavidades do maciço, 40 algares em 4km² (Thomas, C., 1986);
- Algar da Lagoa (Pombal), maior sala subterrânea do maciço, com uma área de 2000m² e uma profundidade de 48m. É um importante abrigo de morcegos;
- Abismo de Sicó (Pombal) é a cavidade mais profunda do maciço, com 107m de profundidade. Possui também a maior vertical absoluta do maciço e umas das maiores conhecidas em Portugal, com 85m;
- Algar do Sancho (Pombal), a segunda cavidade mais profunda conhecida no maciço, com 85m. A sucessão de poços e passagens aéreas a 40m do solo da gruta conferem-lhe uma morfologia singular;
- Gruta da Cerâmica (Ansião), importante cavidade arqueológica, com 120m de galerias e algumas formações de rara beleza;
- Olhos d'Água de Ansião (Ansião), a nascente do Rio Nabão, cavidade acessível por meio de dois poços artificiais, que dão acesso a cerca de 100m de galeria. Esta exurgência temporária foi explorada em mergulho até 70m de profundidade;
- Buraca Grande da Porta (Alvaiázere), gruta/mina de extração de ferro (hematite). No interior da cavidade foram encontrados materiais arqueológicos do período romano;
- Algar da Água (Alvaiázere), gruta situada no centro do grande Castro da Serra de Alvaiázere. É um importante abrigo de morcegos.
- Olho do Tordo (Alvaiázere), a nascente do Ribeiro do Tordo, cavidade acessível por meio de um poço artificial, dando acesso a 150m de galerias.

✓ **Escalada**

Devido ao maciço calcário da Serra de Sicó existem alguns locais onde é possível fazer escalada, nomeadamente no concelho de Condeixa e de Pombal.

✓ **BTT**

Esta região possui uma grande variedade de trilhos para praticar BTT. O maior evento realizado na região para esta prática desportiva já conta com a 9ª travessia da Serra de Sicó.

✓ **Rotas**

A região da Serra de Sicó tem para oferecer uma grande variedade de rotas estabelecidas, entre elas:

- Grande Rota 26 - Percursos Pedestres no Maciço de Sicó

Percurso pr-1 “rota do paleolítico” (Pombal)

Percurso pr-2 “rota da erva de Sta. Maria” (Condeixa)

Percurso pr-3 “rota de lapiás” (Condeixa)

Percurso pr-4 “rota do vinho t. Sicó” (Condeixa e penela)

Percurso pr-5 “rota da talismã” (penela)

Percurso pr-6 “rota do queijo rabaçal” (Ansião)

Percurso pr-7 “rota do carvalho cerquinho” (Ansião)

Percurso pr-8 “rota do azeite” (Ansião)

Percurso pr-9 “rota da tauromaquia” (Ansião)

- Guia Quercus - percursos na Serra de Sicó

Percurso p1 – "o vale do rio dos mouros e a mata da bufarda"

- L.A.C
- Rota dos Castelos e Fortificações

Esta rota foi criada pela Agência para o Desenvolvimento dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego para desenvolver um produto de turismo cultural assente na riqueza patrimonial da linha defensiva do Mondego.

4.3. Projetos desenvolvidos no âmbito do PRODER 2007-2013

a) Apresentação do programa

O PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural é um instrumento estratégico e financeiro de apoio ao desenvolvimento rural do continente, para o período de 2007-2013, aprovado pela Comissão Europeia e cofinanciado pelo FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural.

O Plano Estratégico Nacional – PEN, define as orientações fundamentais para a utilização nacional do FEADER. A estratégia nacional para o desenvolvimento rural trabalha para a concretização de três objetivos estratégicos:

- Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal;
- Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais;
- Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais.

Para além dos objetivos estratégicos existem ainda objetivos transversais:

- Reforço da coesão territorial e social;
- Promoção da eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial.

Os projetos apoiados pelo PRODER são:

- Subprograma 1 – Promoção da competitividade
- Subprograma 2 – Gestão sustentável do espaço rural
- Subprograma 3 – Dinamização das zonas rurais
 - Promoção de ações que contribuem para a realização dos objetivos estratégicos.

- Valorização o modo de atuação LEADER, através das ações promovidas no âmbito de estratégias de desenvolvimento local e de agentes organizados especificamente para esse efeito, e tem medidas definidas para apoiar o funcionamento destes agentes e para estimular a cooperação entre eles.

b) Estratégia Local de Desenvolvimento – ELD

A elaboração da Estratégia Local de Desenvolvimento (ELD) pretende construir e implementar um programa de desenvolvimento local, alinhado com os novos paradigmas e modelos da competitividade. A sua concretização territorial exige um esforço global de conhecimento das dinâmicas supramunicipais, das apostas regionais em IDI (Investigação, Desenvolvimento e Inovação) e da articulação institucional entre administração local, regional e nacional, tecido económico e instituições de ensino, formação profissional e investigação.

A ELD proposta poderá estar condicionada pelo contexto intermunicipal e exterior. Assim sendo, para além de conhecer a realidade local e a análise SWOT é fundamental conhecer os domínios de investigação mais fortes a nível regional, principalmente para as instituições existentes no território em análise com as quais é mais fácil criar parcerias sólidas e duradouras, como é o caso da Universidade e do Instituto Politécnico de Coimbra (IPC) e do Instituto Politécnico de Leiria (IPL).

A visão e os objetivos estratégicos da ELD procura enfatizar as possibilidades de cooperação e parcerias com instituições, numa perspetiva de fortalecer o capital intelectual e incremento de uma economia baseada no conhecimento. A visão pode-se chamar de objetivo estratégico, complementada por objetivos específicos e operacionais e pela definição das metas que se pretende alcançar através da concretização da ELD.

✓ **Objetivo estratégico**

O território da “Terras de Sicó” pretende ser reconhecido pela inovação e promoção integrada dos seus serviços, valorizando a excelência e a sustentabilidade ambiental, social e económica. Para que isto suceda é necessária a identificação dos fatores identitários que marcam a imagem e a presença de Sicó a nível nacional e internacional.

Os recursos naturais e o sector agroalimentar são os principais produtores de Sicó, que estimulam um novo ciclo de desenvolvimento local, onde o turismo é uma atividade de destaque.

A visão/objetivo estratégico proposto para o território da “Terras de Sicó” define-se do seguinte modo: Sicó, um território que marca. A aposta na identidade territorial como âncora do desenvolvimento socioeconómico sustentável.

Esta visão pretende realçar a criação da marca Sicó, assim como criar uma imagem como símbolo da qualidade Sicó.

Para que esta visão/objetivo estratégico seja bem-sucedido importa trabalhar de modo a criar:

- Uma política pública dinâmica capaz de responder em tempo útil às necessidades da sociedade civil e do tecido empresarial, premiando o empreendedorismo, a inovação, a criação de riqueza e a educação das suas gentes;
- Um tecido empresarial mais empreendedor e competitivo, com uma organização, produção e gestão modernizadas, atento às mudanças e tendências do mercado global e com a capacidade para inovar e para trabalhar em parceria com instituições locais e supralocais;
- Uma rede de ensino e de formação adequada à realidade e necessidades locais e aberta ao exterior, reconhecendo nesta interação a base da qualidade formativa e a estrutura de suporte à criação de parcerias com instituições de IDI, facilitando a transferência de know-how e de tecnologia e possibilitando a inserção em redes de conhecimento nacionais e internacionais.

✓ **Objetivos específicos**

A promoção do desenvolvimento deverá centrar-se nas pessoas e em sectores de atividade com um maior potencial competitivo, sejam sectores já implementados ou emergentes, que no seu crescimento possam beneficiar das condições favoráveis existentes localmente.

O associativismo é, a nível local, o sinal evidente da capacidade de organização institucional em torno de um objetivo de estudo comum num território intermunicipal, no qual é fundamental fomentar a criação de redes entre os concelhos que o constituem e entre estes e a região envolvente.

Existem objetivos específicos nos quais se deve investir para criar e reforçar uma dinâmica de desenvolvimento no território da “Terras de Sicó”.

A visão/objetivo estratégico para o território da “Terras de Sicó” destaca-se em três objetivos específicos:

- **OE1** – Valorizar as Produções Endógenas de Qualidade como Alicerces da Base Económica Local – Sicó, Espaço de Produção;
- **OE2** – Potenciar a Ruralidade e a Biodiversidade como Essência de um Espaço de Acolhimento – Sicó, Espaço de Consumo;
- **OE3** – Fortalecer Laços Sociais e Potenciar a Complementaridade Cultural Urbano-Rural – Sicó, Espaço de Vivências Coletivas.

✓ **Objetivos Operacionais**

A definição dos objetivos operacionais surge da materialização dos objetivos estratégicos e operacionais.

- **OO1** – Programa de Valorização e Inovação para as Produções Endógenas;
- **OO2** – Programa de Promoção e Escoamento de Produções (Sicó Marketing);
- **OO3** – Rede Colaborativa de Microempresas (ReCriar Sicó);
- **OO4** – Programa Cultural e Identidade (ID Sicó);
- **OO5** – Programa de Valorização Económica do Património Natural (Á Descoberta de Sicó);

- **OO6** – Rede de Espaços de Observação e Interpretação Territorial;
- **OO7** – Rede de equipamentos móveis (Move Sicó);
- **OO8** – Programa de Capacitação Digital (Sicó-online);
- **OO9** – Programa de Animação, Divulgação e Estímulo da Cidadania Participativa.

c) Freguesias de intervenção

✓ **Concelho de Alvaiázere**

Freguesias: Almoester, Alvaiázere, Maças de D. Maria, Pelmá, Pussos São Pedro.

✓ **Concelho de Ansião**

Freguesias: Alvorge, Ansião, Avelar, Chão de Couce, Pousaflores, Santiago da Guarda.

✓ **Concelho de Condeixa-a-Nova**

Freguesias: Anobra, Belide, Bendafé, Condeixa-a-Nova, Condeixa-a-Velha, Ega, Furadouro, Sebal, Vila Seca e Zambujal.

✓ **Concelho de Penela**

Freguesias: União de freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal, Podentes, Espinhal e Cumieira.

✓ **Concelho de Pombal**

Freguesias: Abiul, Almagreira, Carnide, Carriço, União de freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca, Lourical, Meirinhas, Pelariga, Redinha, União de freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze, Vermoil e Vila Cã.

✓ **Concelho de Soure**

Freguesias: Alfarelos, Brunhós, Degracias, Figueiró do Campo, Gesteira, Granja do Ulmeiro, Pombalinho, Samuel, Soure, Tapéus, Vila Nova de Anços e Vinha da Rainha.

d) GAL – Grupo de Ação Local

✓ Assembleia de Parceiros

- Terras de Sicó – Associação de Desenvolvimento

Municípios

- Câmara Municipal de Alvaiázere
- Câmara Municipal de Ansião
- Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova
- Câmara Municipal de Penela
- Câmara Municipal de Pombal
- Câmara Municipal de Soure

Organização de Produtores

- Cooperativa Agrícola de Ansião
- Cooperativa Agrícola de Alvaiázere
- Cooperativa Agrícola de Soure, Crl
- Associação de Produtores Florestais do concelho de Alvaiázere
- Coprorabaçal - Cooperativa de Produtores do Queijo Rabaçal DOP
- Adepombal - Adega Cooperativa de Pombal, C.R.L.
- Vinisicó - Associação de Vitivinicultores da Adsicó
- Olivisicó - Associação de Olivicultores da Serra de Sicó
- Flopen - Associação de Proprietários e Produtores Florestais de Penela
- Sarium Florestal, Associação pra Floresta do concelho de Soure
- Apfca - Associação de Produtores Florestais do Concelho de Ansião
- Sicógest – Promoção e Desenvolvimento do Sicó, Lda
- Sicolmeia – Associação de Apicultores da Serra de Sicó
- Associação Empresarial de Ansião

- Adeca – Associação de Desenvolvimento das Empresas do concelho de Alvaiázere
- Associação Empresarial de Soure
- Transportadora Ideal de Envendos,SA – TIEL
- Associação Industrial do Concelho de Pombal - AICP
- Derovo SA

Instituições de Desenvolvimento Local e Regional

- ADILCAN - Associação de Desenvolvimento e Iniciativas Locais do concelho de Ansião
- ADILPOM - Associação de Desenvolvimento e Iniciativas Locais de Pombal

Instituições de Ensino e Formação Profissional

- ETAP - Escola Tecnológica e Artística de Pombal / Pombal prof
- ETP SICÓ – Escola Tecnológica e Profissional de Sicó – Sicó Formação, S.A.
- CERCIPENELA - Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Penela
- APPACDM - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Soure

Instituições Recreativas e Culturais

- LAC - Liga de Amigos de Conímbriga
- Associação Casa do Povo de Maças de D. Maria
- Rádio Popular de Soure

Instituições Financeiras e de Crédito

- CCAM - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Pombal
- CCAM - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Serras de Ansião

✓ **Entidade Gestora e Órgão de Gestão**

Entidade gestora

- Terras de Sicó – Associação de Desenvolvimento

Órgão de gestão

- Presidente: Terras de Sicó – Associação de Desenvolvimento
- Vice-Presidente: Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova
- Secretário: Associação Florestal de Soure
- Vogal: Associação de Vitivinicultores – VINISICÓ
- Vogal: Município de Soure
- Vogal: ADECA
- Vogal: CCAM Pombal
- Vogal: Cooperativa Agrícola de Ansião
- Vogal: ETAP/POMBALPROF

✓ **Equipa técnica local**

- Coordenador ETL/cooperação: David Leandro Cruz
- Análise de projetos: Rui Benzinho
- Acompanhamento e controlo/cooperação: Rui Clara
- Administrativa e financeira/animação: Cláudia Henriques
- Administrativa: Ilda Costa

e) Medidas e Ações

Medida 3.1. – Diversificação da Economia e Criação de Emprego

Ação 3.1.1. – Diversificação de atividades na exploração agrícola

Âmbito:

- Apoiar a criação de atividades económicas não agrícolas nas explorações, agroturismo, atividades de recreação e de lazer, criando novas fontes de rendimento e de emprego.

Beneficiários:

- Titulares de uma exploração agrícola ou membros do seu agregado familiar.

Investimentos Elegíveis:

- Empreendimentos de Turismo no Espaço Rural (TER), no grupo de agroturismo;
- Parques de campismo e caravanismo;
- Turismo de Natureza, nos tipos e grupos de empreendimentos turísticos referidos anteriormente;
- Serviços de recreação e lazer;
- Atividades pedagógicas;
- Atividades turísticas associadas à caça e pesca lúdica em águas interiores;
- Produção de bens resultantes de atividades de transformação;
- Pontos de venda direta dos bens produzidos na exploração;
- Outras atividades e serviços a terceiros desde que não elegíveis noutras ações do PRODER.

Despesas elegíveis:

- Elaboração de projetos;
- Remodelação/recuperação de construções;
- Construções de pequena escala;
- Aquisição de equipamentos;
- Despesas associadas e investimentos imateriais.

Forma e nível do apoio:

- Os apoios são concedidos sob a forma de incentivo não reembolsável.

Investimento €	Sem criação de Posto de Trabalho	Com criação de pelo menos um Posto de Trabalho
Igual ou superior a 5.000 e igual ou inferior a 25.000	40%	50%

Investimento €	Sem criação de Posto de Trabalho	Com criação de um Posto de Trabalho	Com criação de pelo menos dois Postos de Trabalho
Igual ou superior a 25.000 e igual ou inferior a 300.000	40%	50%	60%

Ação 3.1.2. – Criação e Desenvolvimento de Micro Empresas

Âmbito:

- Apoiar a criação ou reestruturação de microempresas que, para além dos sectores considerados estratégicos como o agroalimentar endógeno e o turismo, possam ser de qualquer outra atividade desde que demonstrem um carácter estruturante para a vitalidade económica e social do território e que identifiquem também a complementaridade com o tecido económico local já existente.

Beneficiários:

- Microempresas (Conforme Recomendação da Comissão 2003/361/CE)

Investimentos Elegíveis:

- Investimentos decorrentes da criação e ou desenvolvimento de microempresas associadas a atividades económicas a definir pelos GAL, em coerência com as necessidades locais e com a estratégia definida.

Despesas elegíveis:

- Constituição da empresa;
- Elaboração do projeto;
- Aquisição de equipamentos;
- Construção ou obras de adaptação ou remodelação de edifícios;
- Despesas imateriais.

Forma e nível do apoio:

- Os apoios são concedidos sob a forma de incentivo não reembolsável

Investimento €	Sem criação de Posto de Trabalho	Com criação de pelo menos um Posto de Trabalho
Igual ou superior a 5.000 e igual ou inferior a 25.000	40%	50%

Investimento €	Sem criação de Posto de Trabalho	Com criação de um Posto de Trabalho	Com criação de pelo menos dois Postos de Trabalho
Igual ou superior a 25.000 e igual ou inferior a 300.000	40%	50%	60%

Ação 3.1.3. – Desenvolvimento de Atividades Turísticas e de Lazer

Âmbito:

- Apoiar os investimentos que contemplem complementaridade de oferta e que concorram para a criação de redes, devendo as iniciativas individuais incorporar obrigatoriamente atividades e/ou equipamento de animação. Os apoios beneficiam as atividades turísticas e de lazer, nas seguintes componentes:
 - Criação ou desenvolvimento de produtores turísticos, nomeadamente ecoturismo, enoturismo, turismo associado a atividades de caça e pesca, turismo equestre, religioso, de saúde, cultural;
 - Alojamento turístico de pequena escala nas seguintes modalidades de hospedagem: Turismo em Espaço Rural (TER) e turismo de natureza;
 - Infraestruturas de pequena escala, tais como centros de observação da natureza/paisagem, rotas/percursos, e animação turística.

Beneficiários:

- Pessoas singulares ou coletivas de direito privado.

Investimentos Elegíveis:

- Criação ou desenvolvimento de produtos turísticos, nomeadamente ecoturismo, enoturismo, turismo associado a atividades de caça e pesca, turismo equestre, religioso, de saúde e cultural;
- Alojamento turístico de pequena escala integrados nas seguintes tipologias de empreendimentos turísticos: turismo de habitação, turismo no espaço rural (casas de campo), parques de campismo e caravanismo e turismo da natureza;
- Infraestruturas de pequena escala, tais como centros de observação da natureza/paisagem, rotas/percursos, animação turística.

Despesas elegíveis:

- Elaboração de projetos;
- Obras de adaptação e remodelação de instalações;
- Pequenas infraestruturas de animação e recreio;
- Aquisição de equipamentos;
- Viaturas indispensáveis à boa execução do projeto;
- Despesas imateriais.

Forma e nível do apoio:

- Os apoios são concedidos sob a forma de incentivo não reembolsável

Investimento €	Sem criação de Posto de Trabalho	Com criação de pelo menos um Posto de Trabalho
Igual ou superior a 5.000 e igual ou inferior a 25.000	40%	50%

Investimento €	Sem criação de Posto de Trabalho	Com criação de um Posto de Trabalho	Com criação de pelo menos dois Postos de Trabalho
Igual ou superior a 25.000 e igual ou inferior a 300.000	40%	50%	60%

Medida 3.2. – Melhoria da Qualidade de Vida

Ação 3.2.1. – Conservação e Valorização do Património Rural

Âmbito:

- Apoiar ações que sejam promovidas no contexto de planos de intervenção municipal e que se destinem a revitalizar economicamente espaços urbanos públicos já recuperados, numa perspetiva de criação de complementaridades e de concentração de investimento publico;

- Preservar o património e edifícios inseridos nos respetivos planos deverá orientar-se para novas utilizações, sendo prioritárias as que se destinem a acolher atividades e dinâmicas culturais;
- Intervenções que valorizem a criação de núcleos etnográficos de raiz cultural ou ambiental, e que contribuam para reforçar a identidade do território de intervenção;
- Apoiar iniciativas que contribuam para a preservação e recuperação de práticas e tradições culturais (espólio documental e material, artes e ofícios, folclore, música, trajes, receituário gastronómico, entre outros).

Beneficiários:

- Qualquer pessoa singular ou coletiva de direito privado;
- Autarquias locais;
- Os Grupos de Ação Local (GAL), ou as Entidades Gestoras (EG), reconhecidos nos termos do regulamento anexo à Portaria nº 392-A/2008, de 4 de Junho, no âmbito da preservação e recuperação de práticas e tradições culturais.

Investimentos Elegíveis:

- Preservação do património rural construído;
- Refuncionalização de edifícios de traça tradicional para atividades associadas à preservação e valorização da cultura local;
- Preservação e recuperação de práticas e tradições culturais.

Despesas elegíveis:

- Elaboração de projetos;
- Obras de recuperação e beneficiação do património rural;
- Pesquisa e inventariação de tradições culturais e equipamentos de sinalética e itinerários;
- Material de divulgação;
- Material documental;
- Outros investimentos materiais.

Forma e nível do apoio:

- Os apoios são concedidos sob a forma de incentivo não reembolsável

Investimento €	Taxa de Financiamento
Igual ou superior a 5.000 e igual ou inferior a 200.000	60%

Ação 3.2.2. – Serviços Básicos para a População Rural**Âmbito:**

- Apoiar a criação de serviços de apoio à infância, acompanhamento domiciliário a idosos, deficientes e serviços itinerantes de apoio social, bem como serviços de animação cultural e recreativa de base local.

Beneficiários:

- Parcerias privadas;
- Parcerias entre entidades públicas e privadas cuja componente pública não seja maioritária;
- Instituições Particulares de Solidariedade Social ou instituições igualmente equiparadas;
- Organizações não governamentais.

Investimentos elegíveis:

- Serviços de apoio à infância;
- Acompanhamento domiciliário a idosos e pessoas com deficiência;
- Serviços itinerantes de apoio social;
- Serviços de animação cultural e recreativa de base local;
- Serviços de apoio a novos residentes;
- Outros serviços básicos.

Despesas elegíveis:

- Criação do serviço;
- Elaboração do projeto: construção ou obras de adaptação ou remodelação de edifícios;

- Aquisição de equipamentos.

Forma e nível de apoio:

- ✓ Os apoios são concedidos sob a forma de incentivo não reembolsável.

Investimento €	Limite máximo de apoio	Taxa de Financiamento
Igual ou superior a 5.000 e igual ou inferior a 500.00	200.00	75%

f) Legislação

- ✓ **Legislação nacional**

Decreto-Lei n.º 228/2009 Regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos.	Data Publicação: 14-9-2009
Portaria 814/2010 de 27 de Agosto - Alteração ao Regulamento de Aplicação das Medidas 3.1 e 3.2 Alteração ao Regulamento de Aplicação das Ações n.os 3.1.1, «Diversificação de Atividades na Exploração Agrícola», 3.1.2, «Criação e Desenvolvimento de Microempresas», e 3.1.3, «Desenvolvimento de Atividades Turísticas e de Lazer», aprovado pela Portaria n.º 520/2009, de 14 de Maio. Alteração ao Regulamento de Aplicação das Ações n.os 3.2.1, «Conservação e Valorização do Património Rural», e 3.2.2, «Serviços Básicos para a População Rural», aprovado pela Portaria n.º 521/2009, de 14 de Maio.	Data Publicação: 20-11-2010
Portaria n.º 149/2013 A Portaria n.º 814/2010, de 27 de agosto, alterou de forma transversal os Regulamentos de Aplicação das Medidas do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, designado por PRODER, com vista a promover a sua execução e simplificar os procedimentos de candidatura apoios.	Data Publicação: 15-4-2013
Portaria n.º 520/2009 O presente Regulamento estabelece o regime de aplicação das ações n.os 3.1.1, «Diversificação de atividades na exploração agrícola», 3.1.2, «Criação e desenvolvimento de microempresas», e 3.1.3, «Desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer», da medida n.º 3.1, «Diversificação da economia e criação de emprego», integrada no subprograma n.º 3, «Dinamização das zonas rurais», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PRODER.	Data Publicação: 14-5-2009

Portaria n.º 521/2009 O presente Regulamento estabelece o regime de aplicação das ações n.os 3.2.1, «Conservação e valorização do património rural», e 3.2.2, «Serviços básicos para a população rural», da medida n.º 3.2, «Melhoria da qualidade de vida», integrada no subprograma n.º 3, «Dinamização das zonas rurais», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PRODER.	Data Publicação: 14-5-2009
Portaria n.º 905/2009 Alteração à Portaria n.º 520/2009, de 14 de Maio.	Data Publicação: 14-8-2009
Portaria n.º 906/2009 Alteração à Portaria n.º 521/2009, de 14 de Maio.	Data Publicação: 14-8-2009

✓ **Legislação Comunitária**

REGULAMENTO (CE) N.º 1998/2006 O presente regulamento é aplicável aos apoios a conceder ao abrigo dos Auxílios Minimis.	Data Publicação: 15-12-2006
RECOMENDAÇÃO DA COMISSÃO 2003/361/CE Definição de Micro, Pequenas e Médias Empresas adotada pela Comissão.	Data Publicação: 6-5-2003

g) Informação e Publicidade

✓ **Publicitação**

Tem um projeto financiado pelo Programa de Desenvolvimento Rural - PRODER? Então lembre-se que a publicitação desse apoio é obrigatória. Saiba quais as regras de publicitação a cumprir quando tem um projeto cofinanciado pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural. Consulte o Regulamento (CE) N.º 1974/2006 da Comissão, de 15 de Dezembro de 2006.

Responsabilidades dos Beneficiários

- Sempre que uma operação no âmbito do PRODER dê origem a um investimento (por exemplo, numa empresa agrícola ou numa empresa alimentar) cujo custo total exceda 50 000 euros, o beneficiário deverá colocar uma placa explicativa no local correspondente;

- Nos locais das infraestruturas cujo custo exceda 500 000 euros, deverá ser instalado um painel;
- Nos Grupos de Ação Local, financiados pelo Eixo 4 - Leader, deverá ser instalada uma placa explicativa;
- As publicações, tais como brochuras, folhetos, boletins e os cartazes sobre ações cofinanciadas pelo FEADER conterão na página de guarda os elementos referidos no ponto "Características Técnicas das Ações de Informação e Publicidade". As publicações incluirão referências ao organismo responsável pelo conteúdo das informações e à autoridade de gestão. Os anúncios (TV, Imprensa, Rádio, Internet, etc.); os sítios Web, bases de dados destinadas aos beneficiários potenciais e o material audiovisual, deverão incluir os elementos referidos no ponto "Características Técnicas das Ações de Informação e Publicidade". Os sítios Web deverão mencionar a contribuição do FEADER, pelo menos na página de acolhimento, e incluir uma hiperligação para o sítio Web da Comissão relativo ao FEADER.

Características Técnicas das Ações de Informação e Publicidade

Cada ação de informação e publicidade deverá incluir os seguintes elementos:

- A insígnia da União Europeia, juntamente com uma explicação do papel da Comunidade, através das seguintes expressões:

«Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural: A Europa investe nas zonas rurais»;

- O logótipo LEADER, quando se trate de ações financiadas pelo eixo Leader.
- A insígnia da República Portuguesa, que é aplicada, nomeadamente no painel, como forma de dar maior visibilidade à participação nacional no financiamento de uma operação.
- O logótipo do PRODER.
- O logótipo do MADRP.

h) Projetos aprovados

- Data: 01-11-2010

- Apoio PRODER aprovado de 4.1 milhões de euros

- 113 Postos de trabalho a criar neste território

Ação	Nº de projetos	Investimento total aprovado	Apoio PRODER aprovado	Postos de trabalho a criar
Diversificação de atividades na exploração agrícola	-	-	-	-
Criação e desenvolvimento de microempresas	26	3.3 milhões de euros	1.9 milhões de euros	52
Desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer	8	1.7 milhões de euros	920 mil euros	15
Conservação e valorização do património rural	8	626 mil euros	375 mil euros	6
Serviços básicos para a população rural	14	1.2 milhões de euros	949 mil euros	40

4.4. Desenvolvimento Local de Base Comunitária 2014 – 2020

O DLBC é uma ferramenta que visa envolver os atores locais no desenvolvimento de respostas para os desafios sociais, ambientais e económicos atuais. Este instrumento contém três concursos para seleção dos GAL - Grupos de Ação Local, nomeadamente:

- DLBC Rurais | DLBC Costeiras | DLBC Urbanos - Concurso para apresentação de Candidaturas - Continente
- Anúncio para seleção de Grupos de Ação Local - Região Autónoma da Madeira (PRODERAM 2020)
- PRORURAL+ Convite para apresentação de candidaturas para a seleção dos grupos de ação local

O concurso que a Associação Terras de Sicó se propôs foi o DLBC Rurais | DLBC Costeiras | DLBC Urbanos - Concurso para apresentação de Candidaturas - Continente que até à data de término deste estudo se sabe que foi aprovado, porém ainda não existe informação publicada oficialmente sobre o assunto. De forma a contribuir com alguma informação sobre o assunto, a Associação Terras de Sicó disponibilizou um documento sobre a Estratégia de Desenvolvimento Local para a região de Sicó que está a ser elaborado pelo Instituto Politécnico de Leiria – IPL, para que se perceba o novo programa financiado por fundos europeus do qual a Associação vai usufruir.

Segundo a Terras de Sicó – Associação de Desenvolvimento (2015) o DLBC é a nomenclatura utilizada pela Comissão Europeia para descrever uma abordagem que inverte a lógica tradicional de elaboração de políticas de desenvolvimento regional e local. Ou seja, adota-se uma abordagem ascendente, ao invés da descendente, o que significa que é a população local que assume a liderança e forma uma parceria, visando a conceção e execução de uma estratégia de desenvolvimento integrado, que responda aos desafios sociais, ambientais e económicos efetivamente sentidos pela população.

A definição da EDL seguiu os princípios metodológicos recomendados pela Comissão Europeia para a formulação de estratégias de desenvolvimento regional, todos os procedimentos e opções tomadas ponderaram a importância de:

- Envolver um número considerável de *stakeholders* regionais suficientemente representativo dos seus agentes socioeconómicos numa perspectiva temática e territorial;
- Apontar direções concretas de desenvolvimento estratégico, visando a concentração dos esforços futuros na valorização dos fatores distintivos identificados para o território;
- Adotar, desde o início, uma orientação para resultados, mensuráveis através de metas motivadoras e atingíveis.

Para se poder aplicar a EDL é necessário passar por diversas fases:

- Composição de um grupo diretor preliminar; Definição provisória do âmbito geográfico de atuação e da metodologia para a elaboração da EDL; Designação da equipa de coordenação técnica (março a agosto de 2014);

- Diagnóstico; Análise preliminar dos stakeholders e estabelecimento de contactos para a constituição da parceria (setembro a outubro de 2014);
- Definição da Visão; Ciclo de workshops; Identificação das principais áreas de intervenção, objetivos específicos e sugestão de ações (novembro a dezembro de 2014);
- Análise dos stakeholders, constituição definitiva da parceria e modelo organizacional; Validação da estratégia (dezembro de 2014 e janeiro de 2015);
- Definição do modelo de monitorização e de avaliação interna da EDL (janeiro de 2015);
- Submissão DLBC - pré-qualificação parcerias (dezembro de 2014 a fevereiro de 2015);
- Elaboração detalhada do plano de ação e de investimentos (abril a maio de 2015);
- Implementação da EDL: Animação, capacitação, monitorização e avaliação da EDL, seleção e acompanhamento dos projetos (2015 a 2022).

a) Grupo de Ação Local Terras de Sicó 2020

✓ Caracterização da parceria

O GAL é o principal impulsor da Terras de Sicó que se assume como entidade intermédia para a gestão local do programa. A Associação ao longo da sua existência tem participado em programas de desenvolvimento financiados por fundos europeus, entre eles:

- Iniciativa Comunitária LEADER I, que vigorou no período compreendido entre 1989 e 1994, beneficiando do 1º Quadro Comunitário de Apoio (QCA I);
- Iniciativa Comunitária LEADER II PPDR – Programa Centros Rurais I, Programa Agro, Programa Agro 44 – HACCP e AMDR Centro – Agência Mudança Desenvolvimento Regional, nos anos 1994 a 1999, quando esteve em vigor o 2º Quadro Comunitário de Apoio (QCA II);
- Iniciativa Comunitária LEADER +, Programa Agris – Ação 7.1 e Ação 8, PPDR – Programa Centros Rurais II e Programa Interreg III-B – Porta Natura,

cujos fundos provenientes do 3º Quadro Comunitário de Apoio (QCA III) beneficiaram ações desenvolvidas no período de 2000 a 2006;

- Programa de Desenvolvimento Rural – SP3 PRODER, PROVERE – EEC VILLA SICÓ, QREN – Gestão de Resíduos & Empreendedorismo nas escolas; QREN – Bolsa de Terras, EEA Grants – Agência Portuguesa do Ambiente, nos anos 2007-2013.

Para além da Terras de Sicó, o GAL tem 71 parceiros que representam as várias áreas, nomeadamente instituições que representam o sector económico, ensino técnico-profissional, cultural e recreativo e de solidariedade social, que estão empenhadas no desenvolvimento do território. Sendo a sua maioria, 77% entidades de natureza privada. No GAL Terras de Sicó 2020 o número de parceiros envolvidos é muito superior ao já existente, permitindo assim uma melhor representatividade em quase todas as áreas consideradas prioritárias para a estratégia, principalmente na área social, no turismo, no que se refere a associações de produtores e produtos endógenos e na qualificação e empregabilidade. Este novo programa divide as entidades parceiras relativamente à área temática:

Administração Local (13%)

- Município de Alvaiázere
- Município de Ansião
- Município de Condeixa
- Município de Penela
- Município de Pombal
- Município de Soure
- Junta da União de Freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca
- Junta de Freguesia de Almagreira
- Junta de Freguesia de Samuel

Instituições Sociais e Culturais (29%)

Estas instituições têm um papel fundamental para a realização da estratégia de desenvolvimento local relativamente ao crescimento da coesão social. As associações de âmbito social têm como objetivo a proteção da população em casos de velhice, invalidez, infância, adolescência e famílias, nomeadamente em casos de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade de trabalho, trabalhando para a integração social e comunitária e no aumento de competências culturais e profissionais.

- Associação Social, Cultural e Recreativa de Almoester – Alvaiázere
- APPCDM Soure
- Associação Casa Povo Alvaiázere
- Associação CLDS Vinha da Rainha
- Associação Cultural, Recreativa e Social de Samuel – Soure
- Associação de Amigos da Villa Romana do Rabaçal
- Associação de Amizade Condeixa, Bretten, Longjumeau, Pontypool e Idanha
- Associação Ecomuseu de Condeixa
- Casa do Povo Condeixa
- Centro Social das Malhadas
- Centro Social de Alfarelos – Instituição de Solidariedade Social – Soure
- Centro Social de Vila Cã – Pombal
- Centro Social Polivalente de Ega – Condeixa
- Cercipenela – Penela
- Fundação D. Fernanda Marques – Alvaiázere
- Liga dos Amigos de Conimbriga – Condeixa
- Ordem Religiosa do Desagravo – Pombal
- Santa Casa da Misericórdia de Ansião
- Santa Casa da Misericórdia de Penela
- Santa Casa da Misericórdia de Redinha

Associações de produtores e produtos endógenos (26%)

É essencial existirem parceiros na área agrícola e florestal, uma vez que o sector primário é de grande importância para a região da Serra de Sicó.

- FLOPEN – Associação de produtores e proprietários florestais do concelho de Penela – Penela e Condeixa
- Saurium Florestal – Associação florestal de Soure
- Associação florestal de Ansião
- APFP – Associação de Produtores Florestais de Pombal
- COPOMBAL – Cooperativa Agrícola do concelho de Pombal
- CASAN – Cooperativa Agropecuária do Sudoeste Beirão, C. R. L. – Ansião
- Olivisicó – Associação de Olivicultores de ADSICÓ
- Vinisicó – Associação de vitivinicultores
- Isaura Rosa Conceição Reis (produção de vinho) – Penela
- Maria Rita Falcão Ramos (produção de vinho) – Penela
- Queijaria da Licínia Lda. – Soure
- SERQUEIJOS Pimenta, Lda. Fabrico de Queijo Rabaçal – Penela
- Queijaria Prado da Sicó Lda – Ansião e Soure
- Simões & Ramos (produção de frutos secos, hortícolas e chéraro) – Alvaiázere
- Ana Rita Pimenta Mendes (produção de compotas) – Ansião
- Maria Manuela Duarte Marques (produção de compotas) – Soure
- Amor de biscoito unipessoal, Lda – Ansião
- Hortas do Casarão – Ansião

Qualificação e empregabilidade (9%)

O GAL conta com parceiros privados e públicos, para além dos que serão referidos existem associações sociais e culturais e associações de produtores e empresariais que promovem ações de formação profissional. Esta área é importante para promover a inclusão da tecnologia, a colaboração no desenvolvimento de produtos inovadores e a colaboração na capacitação de empresários.

- Agrupamento de Escolas de Ansião
- Centro de Formação Profissional do Artesanato
- Instituto Politécnico de Leiria
- Sicó Formação – Sociedade de Ensino Profissional, S. A
- POMBALPROF – Escola Profissional de Pombal
- Profiforma, Lda. – Gabinete de Consultadoria e Formação Profissional Lda
- Associação de Desenvolvimento e Iniciativas Locais – ADILPOM – Pombal
- Instituto de Emprego e Formação Profissional

Turismo (11%)

A atividade turística é fundamental para o sucesso da Estratégia de Desenvolvimento Local – EDL.

- Go Outdoor, Lda – Condeixa
- Mara Paula Lourença Ferreira (alojamento) – Ansião
- Casa do Ensaio, unipessoal, Lda – Ansião
- Quinta de São João – Casa Ter – Pombal
- Uma casa Portuguesa com certeza! Unipessoal, Lda – Penela
- Adérito Neves Rodrigues – Casa de Campo – Ansião
- Cardal Hotel de Adelino Abreu João – Pombal
- Partes Iguais, Lda – Pombal

Associações Empresariais e Empresas Individuais (12%)

Estas associações têm um papel fundamental no apoio das pequenas e médias empresas que existem no terreno que são no total 650.

- Associação Empresarial de Soure
- Associação Empresarial de Ansião (AEDA)
- ACSP – Associação Comercial e Serviços de Pombal
- ADECA – Associação de Desenvolvimento do Concelho de Alvaiázere

- Carvopombal – Fabrico e Comercialização de Carvão Vegetal, Lda. – Pombal
- ONC Saúde, Lda – Pombal
- Alexandre Paulo Simões Carril (serviços) – Penela
- Salrifarma – Condeixa

✓ Caracterização do Modelo Organizacional

O modelo organizacional proposto tenta garantir que todos os parceiros são envolvidos no mecanismo de monitorização e no processo de avaliação interna da EDL. Este modelo prevê mecanismos que garantam a participação dos parceiros no processo de seleção e acompanhamento dos projetos, garantindo a sua coerência com os objetivos da EDL de Sicó.

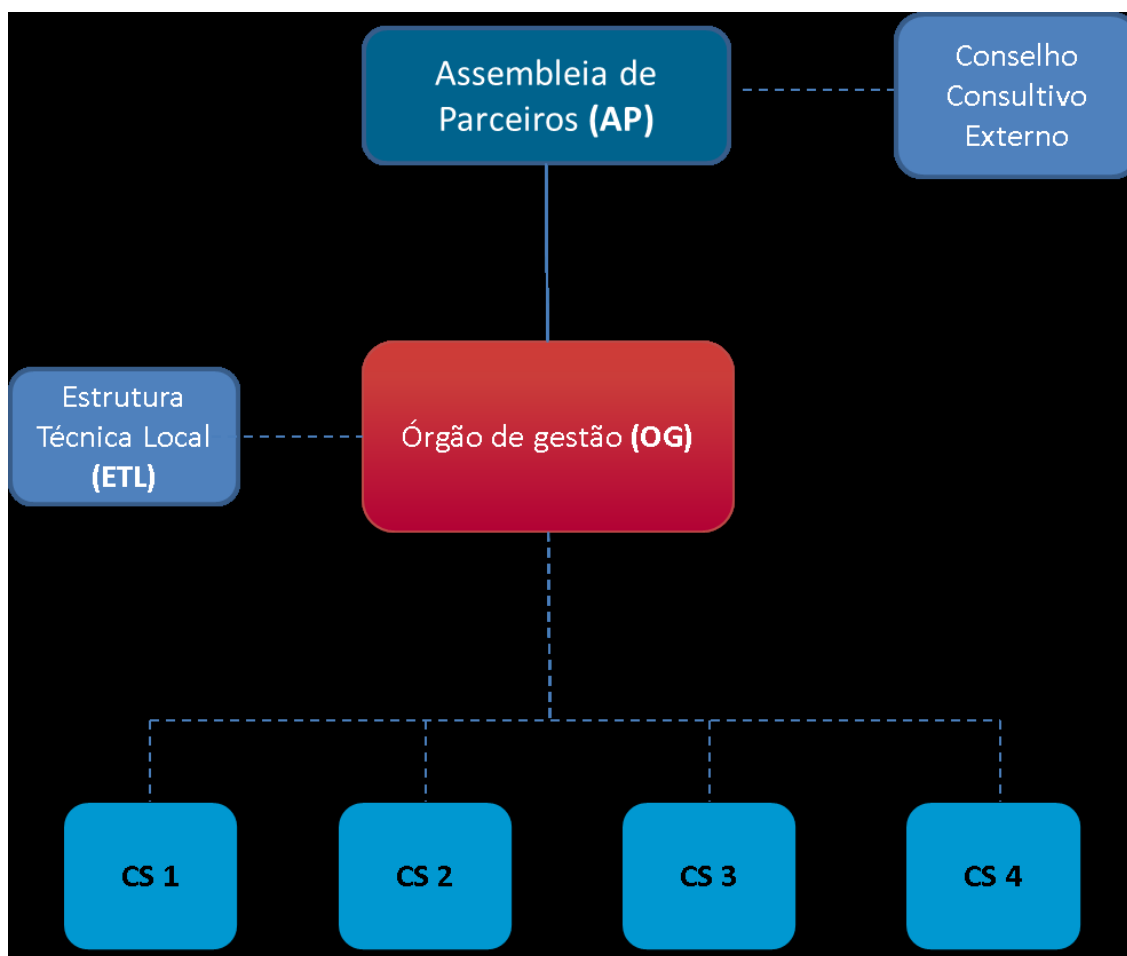


Figura 8 - Modelo organizacional da EDL

Os órgãos e funções previstos nesta estrutura são os seguintes:

- Assembleia de Parceiros (AP) deve assumir a liderança do processo de formulação e implementação estratégica, garantindo o envolvimento de todos os parceiros nesse processo. Será composto por um representante de cada membro da parceria, o qual tem de tomar as principais decisões sobre a execução e monitorização da EDL, nomeadamente:

- Aprovar a EDL e as respetivas alterações, caso venham a existir;
- Aprovar os critérios definidos para avaliação e seleção de projetos a candidatar no âmbito do DLBC;
- Aprovar o Plano Anual de Atividades de Animação da EDL;
- Aprovar os relatórios de execução anual e final da EDL;
- Eleger e destituir os membros do órgão de gestão (OG), bem como dos conselhos consultivos setoriais (CS).

- Órgão de Gestão (OG) ou órgão executivo, composto por 9 membros da parceria, eleitos pela AP, tem a seu cargo as funções de gestão da EDL mas está sujeito às decisões da Assembleia de Parceiros. Compete a este órgão:

- Garantir, de forma eficiente e eficaz, a dinamização e gestão da EDL;
- Garantir a participação dos parceiros na implementação, acompanhamento e avaliação da EDL definida e, se necessário, proceder a propostas de alterações na EDL, de forma a alcançar os objetivos propostos³;
- Definir os critérios de seleção a aplicar;
- Decidir, com base nos pareceres emitidos pela ETL, sobre candidaturas, em conformidade com os respetivos regulamentos de aplicação;
- Coordenar e assegurar a gestão técnica, administrativa e financeira do orçamento do GAL e dos fundos públicos colocados à sua disposição;
- Representar o GAL junto das autoridades nacionais e comunitárias;
- Aprovar o Manual de procedimentos proposto pela ETL;
- Apresentar à autoridade de gestão do DLBC os pedidos de apoio e pedidos de pagamento;

- Elaborar e submeter à aprovação da autoridade de gestão do DLBC as propostas dos avisos de abertura de concursos;
- Apresentar os relatórios de execução anual da EDL para aprovação da AP.

- O Órgão de Gestão será apoiado pelo trabalho desenvolvido pela Estrutura Técnica Local (ETL) que deve ser composta por uma equipa de reduzida dimensão, com pelo menos um gestor de projetos, e que desempenhe funções de caráter técnico, nomeadamente:

- Preparar o Manual de Procedimentos, garantindo uma metodologia de gestão comum a todas as medidas, incluindo mecanismos que assegurem uma elevada taxa de execução anual da EDL;
- Implementar o modelo de monitorização e emitir alertas sobre a execução das medidas;
- Preparar relatórios de execução regulares para o OG;
- Elaborar o Plano Anual de Atividades de Animação da EDL;
- Elaborar o relatório de avaliação interna da EDL, intermédio e final;
- Elaborar calendário de reuniões;
- Acompanhar e preparar toda a documentação de suporte às reuniões dos vários órgãos (AP, OG, CS).

- Órgãos consultivos ou Conselho Consultivo Externo: composto pelos membros da equipa de coordenação técnica que elaborou a estratégia de desenvolvimento local (IPL), responsável por analisar o progresso de implementação da EDL ao final dos primeiros 2 anos de execução (ou antes da avaliação intermédia por parte da autoridade de gestão do DLBC) e no final do período de vigência da EDL.

- Conselhos consultivos setoriais (CS): um por cada eixo de intervenção (Inclusão Social, Empregabilidade, Competitividade e Ambiente e Sustentabilidade), compostos por 5 membros – 1 pertencente ao OG e 4 membros da Parceria. Compete a estes conselhos a emissão de um parecer sobre o contributo para a EDL de cada projeto candidato, sendo esse parecer traduzido através da atribuição de uma pontuação que será considerada na grelha de avaliação do projeto.

✓ **Estratégias de Desenvolvimento Local para a região Sicó**

Existe uma preocupação com a capacidade da região em crescer e em atrair e manter pessoas. Esta região contém recursos importantes para explorar novas linhas de desenvolvimento através do legado histórico do território, a identidade local, as suas tradições e as suas características únicas. Este programa tem estabelecida a sua visão e os quatro desafios considerados como prioritários, assim como os respetivos objetivos específicos.

Visão: Região capaz de promover o crescimento económico sustentável, a melhoria da qualidade de vida com vista à fixação e atração de população, bem como o turismo de referência, aliando o reforço da qualificação ao uso eficiente dos recursos endógenos.

Desafio 1 – Inclusão Social: Promover a inclusão de grupos mais desfavorecidos e combater a pobreza

Objetivos específicos:

- Promover iniciativas para a inovação e experimentação social que facilitem a inclusão ativa;
- Promover o desenvolvimento e reconhecimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos mais distantes do mercado de trabalho;
- Melhorar o acesso da população a serviços básicos, nomeadamente através da criação de redes de serviços de proximidade.

Desafio 2 – Empregabilidade: Promover a criação e manutenção de emprego sustentável

Objetivos específicos:

- Promover a criação do próprio posto de trabalho, nomeadamente através do apoio ao empreendedorismo social e de natureza agrícola e florestal;

- Apoiar o empreendedorismo qualificado e a exploração económica de ideias criativas;
- Apoiar a criação de novas empresas, bem como o aumento de novos postos de trabalho nas empresas existentes;
- Promover a melhoria dos processos de gestão e de inovação nas empresas, através da capacitação de empresários e colaboradores.

Desafio 3 – Competitividade: Dinamizar e diversificar a economia local

Objetivos específicos:

- Reforçar a capacitação empresarial para a internacionalização, nomeadamente através da cooperação interempresarial;
- Reforçar a capacitação empresarial das pequenas e médias empresas para o desenvolvimento de novos produtos (agrícolas ou industriais) e serviços;
- Reforçar a viabilidade das explorações agrícolas e silvícolas, nomeadamente, através da incorporação de tecnologias inovadoras, da diversificação de atividades e da atração de jovens adequadamente qualificados para o setor;
- Melhorar a integração da produção na cadeia agroalimentar, nomeadamente, através do acrescento de valor aos produtos agrícolas, da promoção em mercados locais e circuitos de abastecimento curtos e da atuação no âmbito de organizações de produtores;
- Modernizar as unidades de produção, transformação e comercialização de produtos agrícolas.

Desafio 4 – Ambiente e Sustentabilidade: Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização sustentável dos recursos

Objetivos específicos:

- Promover ações integradas de conservação, proteção e valorização do património cultural e natural (incluindo a renovação de aldeias) em particular as direcionadas para fomentar o turismo e os produtos locais de qualidade;

- Promover a gestão sustentável e integrada das florestas, permitindo uma maior valorização dos recursos florestais;
- Promover a utilização de fontes de energia renovável e gestão eficiente de resíduos e subprodutos.

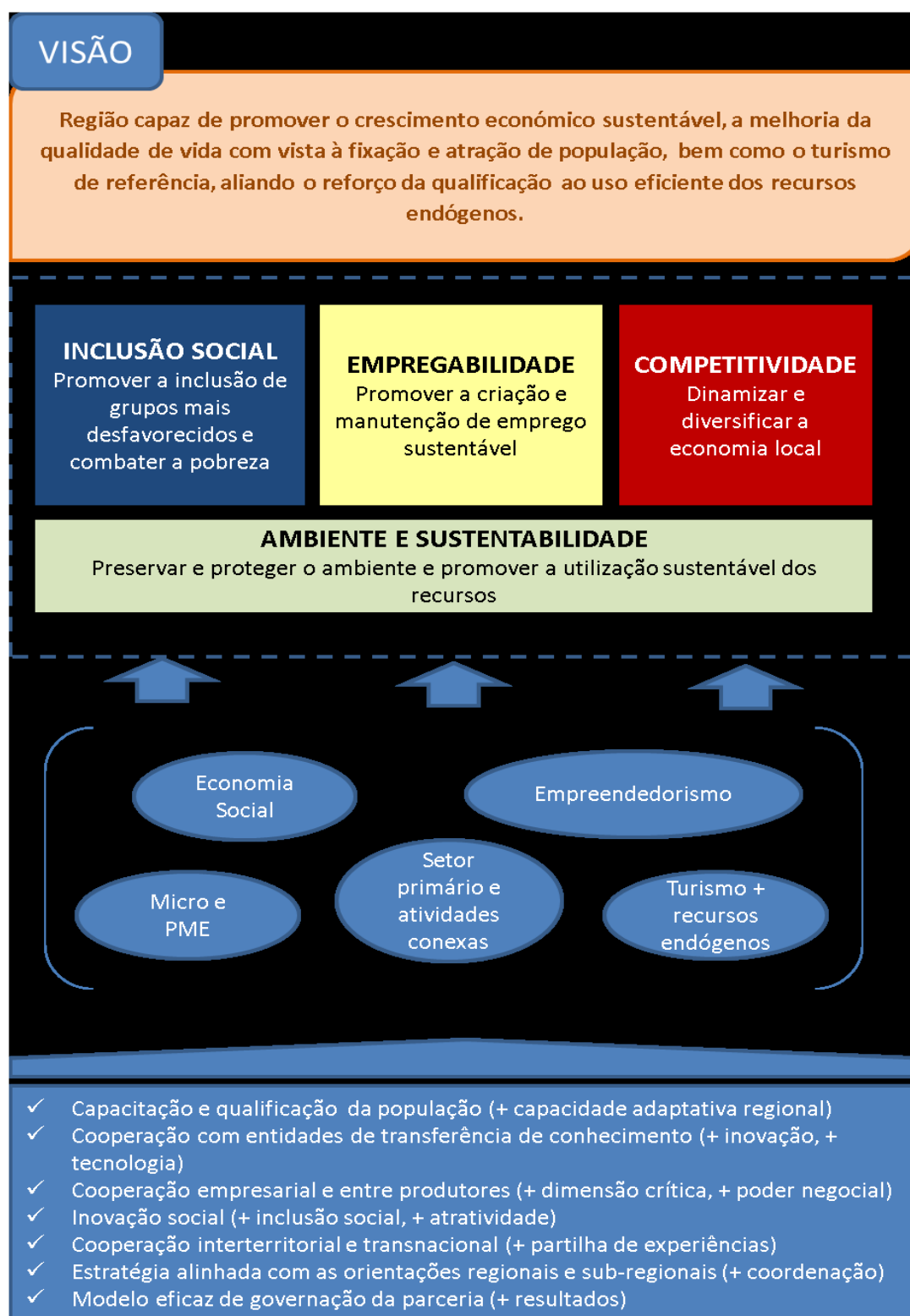


Figura 9 - Síntese da estratégia DLBC

4.5. Projetos desenvolvidos pela Associação

✓ Parceria com o Museu Monográfico de Conimbriga

- Implementação do centro difusor Terras de Sicó.
- Promover o projeto de desenvolvimento turístico (produtos alimentares, rotas de passeios, visitas ao sítio arqueológico do Museu de Conimbriga).
- Promover a rede de lojas – Terras de Sicó – venda de produtos.
- Promover o alojamento e a organização e publicação de eventos.

✓ Projeto “Villas Romanas”

- Projeto intermunicipal de desenvolvimento turístico.
- Estudo de identificação no território de um conjunto de “villas romanas”, escavação e valorização dos sítios.

✓ Guias de visitas portáteis

- Projeto multimédia para a mobilidade do turismo cultural no território através de três circuitos (circuito interno no espaço arqueológico de Conimbriga, circuito da romanização e circuito dos castelos e romanizações).

✓ Grande rota 26 (GR26)

- Percurso pedestre com nove itinerários.

✓ Edição de arquivo fotográfico digital

- 5000 Fotos do património natural, arqueológico e construído e das atividades locais.

✓ **Lojas Sicó Gourmet**

- Criação de lojas para venda de produtos alimentares ou artesanato.

✓ **Stand promocional**

- Stand colocado em cada concelho e em feiras e exposições para a promoção da Associação.

✓ **Formação de guias turísticos**

- Elaboração de um curso piloto de formação de guias turísticos regionais.

✓ **Parque temático do Eixo de romanização**

- Projeto de um parque temático associado à romanização para a promoção turística.

✓ **Jurássico Pombal e Parque Temático**

- Desenvolvimento de um estudo para a construção de um projeto de um parque temático associado à presença pré-histórica.
- Projeto no Poio dos vestígios da presença pré-histórica, convivência do homem moderno com o Neanderthal, promovendo a criação de um espaço museu.

✓ **Termalismo no Sicó**

- Criação de um complexo turístico termal nas antigas termas da Amieira (Soure).

✓ **Sicó por artes mágicas**

- Jornadas Mágicas de Sicó- Festival internacional de magia de rua, 85 representações, em 3 dias e em 65 locais diferentes.

✓ **Plano integrado de valorização agrícola para o Vale do Arunca no Eixo-Baixo-Mondego Sicó**

- Organizar um conjunto de projetos e identificar potenciais investidores para apresentar o novo Plano Regional do Ministério da Agricultura, preparando investimento para o desenvolvimento rural, com o apoio da DRAPC.

✓ **Criação de Zonas de Pastagens para o Maneio de Rebanhos para Produção de Leite para o queijo Rabaçal-DOP**

- Criação de zonas de pastagem para o maneio de rebanhos (ovelhas) para futura criação de leite e produção do Queijo Rabaçal – Dop.

✓ **Projeto AgroSicó**

- Aumentar a produção do Queijo Rabaçal, colocar no mercado novos produtos e criar espaço para novos produtos, por exemplo, o mel ou o azeite, entre outros.

✓ **Promoção da Ementa turística “Sicó Rural” na restauração**

- Propor aos restaurantes que nos seus estabelecimentos tenham a ementa “Sicó Rural”, para assim promover os produtos tradicionais.

✓ **Centro de interpretação da Flora da Serra de Sicó**

- “Horto-Sicó”- Criação de um espaço público (ETAP) com todas as espécies catalogadas da flora existente na Serra de Sicó para futura visita e promoção, através de uma equipa técnica.
- Promoção de iniciativas de valorização das plantas aromáticas e medicinais.

✓ **Revitalização da fileira florestal da Serra de Sicó**

- Estratégia de intervenção na fileira florestal, valorizando o sector enquanto atividade económica, identificando também um plano de reflorestação que tecnicamente traga uma solução para o flagelo dos fogos florestais.

✓ **Protocolo de Quioto – Sequestro de Carbono**

- Implementar um projeto piloto de sequestro de carbono.
- Valorização e promoção da floresta.

✓ **Promoção das Zonas Industriais dos Municípios de Sicó na Plataforma Innovation Point**

- Promoção do território enquanto “zona atrativa para o investimento”, promovendo os parques industriais dos municípios, através de uma plataforma on-line.

✓ **Business Plan para o Programa LEADER**

- A Terras de Sicó está creditada para a gestão do Programa LEADER+
- Promoção do desenvolvimento local e regional da sub-região; gestão de projetos e programas de desenvolvimento; apoio técnico a atores e instituições locais; potenciar ações de apoio ao desenvolvimento económico, dos recursos endógenos específicos, o saber e a cultura local.
- O Programa LEADER+ realça a importância das populações locais em terem consciência do valor dos seus territórios, da riqueza das suas identidades e da qualidade das suas paisagens e assim preocupa-se com a necessidade de criar condições para a aquisição de competências e intervenção ativa dos atores locais nos seus territórios.

✓ **Centro de Informação Sicó (CIS)**

- Constituir um centro de informação e documentação, destinando a toda a população um espaço (multimédia) de estudo do território na perspetiva do desenvolvimento local e regional e dando a conhecer a Associação Terras de Sicó.

✓ **A Marca “Sicó” num Plano de Negócios**

- Aposta no sector alimentar, turístico, de investimento económico e na fileira florestal, contribuindo para desenvolver a marca, promover a qualidade dos produtos.

✓ **Sicógest – Gestão, Garantia e Crédito da Serra de Sicó**

- Uma vez terminadas as ajudas comunitárias a fundo perdido, a Associação terá de criar soluções alternativas para continuar a estratégia de apoio às iniciativas do território, em que o objetivo principal é a mobilização e a coesão social, criando atividade e emprego.

- A Sicógest tem como funções a gestão da marca “Sicó”, a promoção do território enquanto produto turístico e assumir uma ligação financeira para projetos intermunicipais de interesse estratégico para o território.

✓ **Formação Profissional para o desenvolvimento**

- Este projeto tem como objetivo estabelecer um protocolo de parceria ativa com as Escolas Tecnológicas e Profissionais da região, para serem estudados novos cursos e novas propostas de formação, tendo em conta o projeto de desenvolvimento integrado do território e suas necessidades de trabalhadores qualificados.

Cooperação Interterritorial e Transnacional

- A Associação passou a integrar uma rede organizada e sólida com condições para afirmar um modelo criativo e participativo de intervenção do mundo rural, passando a privilegiar a cooperação nacional e internacional, dinamizando e sendo parceira em

projetos de cooperação com regiões nacionais, europeias e da América do Sul para partilha de experiências.

1. Cooperação Interterritorial

Projeto “Sementes do Futuro”

- Este projeto tem como parceira a Federação Minha Terra e as Associações de Desenvolvimento Local associadas e tem como objetivo o desenvolvimento de atividades de promoção e valorização do desenvolvimento local.

Projeto “Região Solidária”

- Este projeto pretende estabelecer formas regulares de cooperação entre as Associações de Desenvolvimento Local da Beira Litoral e tem como objetivo desenvolver um conjunto de atividades de dinamização e promoção dos territórios e produtos, assim como contribuir para a qualificação dos recursos humanos das Associações de Desenvolvimento Local.

Projeto de “qualificação do Turismo Ativo”

- Este projeto pretende qualificar os programas de Turismo Ativo das seis regiões, através de ações experimentais ligadas à consultadoria, implementação de sistemas de qualidade, promoção/divulgação, ensaio de produtos selecionados, conceção da marca, logotipo e registos, entre outros.

2. Cooperação Transnacional

Projeto “Cooperar em Português”

- Este projeto pretende desenvolver um conjunto de ações que promovam a transferência de conhecimento e de práticas nos diferentes territórios lusófonos, através de trocas de informação, ações de sensibilização e de demonstração, realização de estágios, encontros e intercâmbios, conceção e elaboração de produtos de cooperação e a promoção territorial de recursos.

Projeto “Valorização da vitivinicultura mediante novas formas de comercialização”

- Este projeto pretende definir novas estratégias de valorização do vinho mediante o fomento da indústria do turismo.

Projeto “Porta Natura” – Intereg III-B

- O objetivo principal deste projeto é ajudar a combater o escasso dinamismo económico dos territórios do interior, através da promoção dos recursos turísticos e da realização e implementação de um modelo de organização e de gestão da oferta turística, para assim conseguir os seus objetivos específicos que são o posicionamento no mercado, a constituição de uma massa crítica de linhas de produtos turísticos regionais, o salto qualitativo real para os operadores do território e a melhoria da eficácia dos dispositivos de apoio que atualmente se encontram em funcionamento.

✓ **Sistema de avaliação**

- A Associação desenvolve em todas as tarefas internas uma autoavaliação, estabelecendo a cada momento linhas estratégicas e objetivos a cumprir. A avaliação externa é realizada através de jornadas e congressos de reflexão no território com a participação de Agentes e instituições externas, registando um conjunto de diretrizes e de novas tarefas a cumprir.

CAPÍTULO 5

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Neste estudo de caso, para poder recolher informação sobre a Associação e a sua intervenção junto da comunidade, sobre o território no qual a Associação intervém, perceber as estratégias dos municípios e perceber quais os impactes dos projetos implementados pela Associação, recorreu-se à realização de um conjunto de entrevistas semiestruturadas (apêndice 1 e 3). Ao diretor da Associação Terras de Sicó e aos presidentes de câmara. As entrevistas foram agendadas previamente por via telefónica e eletrónica.

A colaboração do diretor e dos Presidentes de Câmara na realização destas entrevistas foi essencial para a realização deste estudo de caso. De forma a melhorar a organização da análise das entrevistas semiestruturadas estas foram transcritas integralmente, diretor da Associação (apêndice 2), e dos presidentes de câmara de Alvaiázere (apêndice 4), Ansião (apêndice 5), Condeixa (apêndice 6), Penela (apêndice 7), Pombal (apêndice 8) e Soure (apêndice 9).

Para facilitar esta organização foi criada uma grelha de análise de conteúdo das entrevistas semiestruturadas onde está explícito quais as suas categorias e subcategorias (apêndice 10) sendo também criada uma grelha de análise de conteúdo das entrevistas semi-estruturadas com unidades de registo (apêndice 11), ou seja, onde estão transcritas as citações mais relevantes para esta análise, referidas pelo diretor da Associação e pelos presidentes.

As categorias e subcategorias consideradas foram:

Categoria 1 – Informação sobre o território

- a) Necessidades
- b) Potencialidades

Categoria 2 – Informação geral da Associação Terras de Sicó

- a) Origem da criação da Associação
- b) Objetivos principais
- c) Recursos da Associação

Categoria 3 – Intervenção da Associação Terras de Sicó

- a) Relação da Associação com os municípios

- b) Parcerias
- c) Áreas de intervenção
- d) Projetos desenvolvidos
- e) Divulgação dos projetos, medidas e ações
- f) Participação do público-alvo

Categoria 4 – Impactes da Associação Terras de Sicó no território

- a) Mobilização de recursos endógenos locais
- b) Relação entre os produtores locais e a Associação
- c) Impacte causado nos concelhos
- d) Reconhecimento da população enquanto entidade que estimula o desenvolvimento local
- e) Desenvolvimento sustentável a nível económico, social, cultural e ambiental
- f) Intervenção no âmbito de desenvolvimento local sustentável
- g) Articulação entre a criação e/ou manutenção de emprego e a fixação da população na região

5.1. Categoria 1 – Informação sobre o território

a) Necessidades

Relativamente às necessidades identificadas no território e na comunidade, o diretor refere que inicialmente foi realizado “um diagnóstico primeiro daquilo que eram as principais necessidades do território sobretudo, havia aqui algumas fragilidades, que foram identificadas naquilo que é a componente da sustentabilidade do território”. A maior necessidade identificada nos vários concelhos está relacionada com a densidade populacional que está a diminuir, como afirma o PC Ansião “no último censo, nós reduzimos cerca de 4% da nossa população, comparativamente aos censos de 2001”. Identificaram ainda outras necessidades relacionadas com a criação de emprego e a economia local, como refere o PC Alvaiázere “investimento criador e gerador de emprego” e o diretor “criação de emprego, da economia local, ligação às políticas públicas locais”, problemas relacionados com a educação e a solidariedade social,

como refere o PC Condeixa “a parte social, não é por acaso que nós aumentámos o plano a emergência social, duplicámos o seu valor”, e “algumas acessibilidades relevantes, os investimentos na área do saneamento básico... o crescimento sustentável do concelho e a dinamização da atividade económica” (PC Soure).

b) Potencialidades

As potencialidades identificadas pelos PC foram muitas e variadas, como refere o diretor “o território de Sicó tem várias”. A sua maioria refere o turismo e a cultura como um ponto forte para o desenvolvimento do território, tem “um potencial rico no património natural, tem outro potencial rico no património construído, sobretudo... desde a parte medieval até à parte da romanização” (diretor) e também a boa localização geográfica que ambos os municípios beneficiam através de várias acessibilidades rodoviárias, como refere o PC Ansião “as acessibilidades foram significativamente melhoradas” considerando “a sua situação geográfica e estratégica no centro do país” (PC Soure). A agroindústria e os produtos endógenos também foram referidos como um sector importante para o desenvolvimento económico dos vários concelhos, como afirma o PC Penela “é no aproveitamento desses recursos locais do território que eu acho que pode estar um dos caminhos para o nosso desenvolvimento económico” e o PC Condeixa refere que “todos os concelhos têm produtos endógenos específicos, têm beleza natural, tem as pessoas claro, todos nós temos estas características comuns, Condeixa tem uma coisa que se distingue que é Conimbriga... Está só um sexto descoberto portanto, há 20 anos que se anda à procura de mais investimento”. Outras áreas referidas pelos PC foram a eco construção e a reconstrução de edifícios, os equipamentos e as infraestruturas pelos quais os municípios estão dotados, como é o caso de Ansião “temos pavilhões desportivos... polidesportivos... campos de futebol... piscina municipal...” (PC Ansião), os serviços ambientais, a área social, a área da educação e do conhecimento “devemos aproveitar também por um lado aquilo que é o conhecimento e a geração do conhecimento... para criar negócio, criar riqueza e crescimento” como afirma o PC Penela e ainda estimular o investimento e as empresas para se fixar postos de trabalho e assim contribuir para fixar as pessoas na região, como por exemplo, no caso de Condeixa, com a abertura do “pingo doce

que também é uma coisa que embora desagradando o comércio local, as coisas do progresso não se podem impedir, e que por outro lado cria quase 40 postos de trabalho... o futuro de qualquer concelho passa pela atração de pessoas e pela atração de equipamento que por sua vez... cria empresas, cria consumo, cria investimento” (PC Condeixa).

5.2. Categoria 2 – Informação geral da Associação Terras de Sicó

a) Origem da criação da Associação

A existência de oportunidades relacionadas com fundos comunitários “uma lógica que foi na altura potenciada pelos primeiros quadros comunitários... ligados ao mundo rural, como é o PRODER” (PC Condeixa), a vontade de envolver o maior número de parceiros privados, as características conjuntas e o maciço de calcário de Sicó que abrange os 6 concelhos foi o que o diretor e os presidentes consideraram estar na origem da criação da Associação Terras de Sicó, na “construção da nossa sociedade e da nossa cultura desta sub-região” e assim promover a “intensificação da exploração destes recursos que são comuns ao nosso território” (PC Alvaiázere). Esta associação “deriva de uma primeira que havia em 88, que era a associação de municípios” (diretor) inicialmente foi criada como uma associação de desenvolvimento Adsicó. Esta união surgiu da necessidade de criar “uma estratégia de desenvolvimento local mais abrangente, articulada e consolidada entre aquilo que é ou que eram as prioridades do ponto de vista público e também do que eram as necessidades e as vontades do privado” (PC Ansião) contribuindo assim para promover o território e afirmar a marca Sicó. Então, como refere o diretor “em 95 foi entendido que tínhamos de alargar as parcerias para não serem só municípios, mas também outras entidades na área social, etc, na área económica”, dando assim origem à Associação de Desenvolvimento Terras de Sicó. O delineamento do território de ação da Associação teve influência no território existente que é a Serra de Sicó, como refere o diretor “havia um histórico que era trabalhar o maciço do Sicó... havia uma estratégia já definida para o território sobretudo nas áreas mais rurais e aqui as freguesias mais rurais... nós no primeiro quadro... trabalhámos com apenas 30 freguesias das 60, que

eram mesmo as freguesias do maciço de Sicó... Mas depois a partir do LEADER 2... começamos a trabalhar praticamente todo o território”.

b) Objetivos principais

Os autarcas referiram vários objetivos no que se refere à estratégia concelhia dos municípios. Foram dois os aspetos mais referidos apesar de estarem todos relacionados entre si e de uns objetivos contribuírem para o desenvolvimento de outros. A Associação é o órgão de gestão das oportunidades de financiamento que surgem para investir no território, precisamente por este motivo surge um dos objetivos mais referidos que está relacionado com a criação de condições para a fixação de empresas e o apoio no desenvolvimento de novos negócios, para assim criar mais postos de trabalho, o que gera um maior desenvolvimento económico, como refere o PC Condeixa “nós temos aqui 3 eixos que são a proximidade, inclusão e a competitividade... depois estes 3 eixos são alinhados por um conjunto de objetivos estratégicos... a grande questão aqui é a captação de investimento... criar emprego... promoção em termos turística... ligação de taxas à criação de emprego, não paga taxas se criar mais do que 5 postos de trabalho... trazer empresas, trazer pessoas, trazer consumo, emprego e consumo para Condeixa”. Este grande objetivo vai ter influência noutros, tais como, a qualificação de meios, infraestruturas e segurança, permite também melhorar a qualidade do ensino, as questões ambientais e do património natural, o turismo em espaço rural fortemente ligado ao ambiente e à natureza, e também um turismo científico e de investigação, dar a conhecer a marca Sicó através dos produtos endógenos promovendo assim a criação de novos postos de trabalho e o desenvolvimento económico da região, o que permite criar mais e melhores condições para a fixação da população nesta região. O outro aspeto referido como um dos mais importantes está relacionado com a melhoria das condições da qualidade de vida de um modo geral da população, como refere o PC Pombal “seja de cariz desportivo, culturais associados a uma boa programação, ao fornecimento dos serviços mais essenciais” acrescentando ainda o PC Penela “a qualidade de vida das pessoas, com especial cuidado aos sectores mais fragilizados da nossa sociedade, aos mais desfavorecidos e aos mais desprotegidos, como sejam designadamente os ‘séniores’”.

O PC Alvaiázere evidencia outro aspeto importante que contribui para a realização destes objetivos que é a notoriedade desta parceria “claramente acrescentar valor, ou seja, conseguir com esta união ou com esta associação de municípios acrescentar valor, fazer acreditar que esta associação no seu todo vale mais que o simples somatório das partes” e acrescenta ainda que se deve “cria essa notoriedade... também para o exterior desta região, dos nossos produtos sejam eles gastronómicos, turísticos, patrimoniais, culturais”. Em suma, fazer da Associação “uma referência e um produto de referência” (PC Soure).

c) Recursos da Associação

Os recursos que a Associação Terras de Sicó referidos pelos PC estão relacionados com os recursos humanos, a massa trabalhadora que se traduz segundo o PC Ansião “apenas 3 pessoas a tempo inteiro, temos mais um colaborador em termos de contrato a termo”, com a comparticipação de fundos específicos que são garantidos pelo PRODER e com o financiamento comunitário que segundo o PC Alvaiázere é muito importante “para assegurar o funcionamento operacional da associação, nomeadamente, pagar aos técnicos, pagar as despesas correntes de consumíveis e de consumos, energia, combustível, por aí fora” e ainda “despesas dos eventos, dos vários eventos e das várias atividades” (PC Soure). Relativamente à comparticipação individual dos vários municípios, todos comparticipam de igual forma, como o PC Pombal referiu “existem as quotas que são suportadas por cada um dos sócios, portanto, 500€ por mês”, este valor é utilizado para auxiliar a Associação no seu financiamento.

5.3. Categoria 3 – Intervenção da Associação Terras de Sicó

a) Relação da Associação com os municípios

Quando questionados sobre o modo como os municípios se relacionam com a Associação de forma autónoma e individual todos referiram ter uma boa relação “é um bom relacionamento que a câmara municipal tem com a estrutura técnica (...) com o

diretor da Terras de Sicó” (PC Condeixa), porém não se referiram propriamente ao relacionamento autónomo e individual mas sim ao relacionamento entre todos os municípios em conjunto com a Associação, como referiu o PC Alvaiázere “relacionam-se como um todo, como um grupo, um grupo coeso... um relacionamento mais do que individual é um relacionamento do coletivo com a associação, extremamente saudável”. A Associação e os 6 municípios têm um projeto conjunto em que todos fazem parte dos órgãos sociais da Terras de Sicó e por isso têm um conjunto de atividades que são desenvolvidas no âmbito da Associação, entre elas e como refere o PC Penela “participamos nas reuniões de direção”. Segundo o PC Ansião “aquilo que é importante é a estratégia intermunicipal e a forma como nós nos relacionamos entre nós” e esta “estratégia intermunicipal... em nada diminui a ação que cada um individualmente tem que ter do ponto de vista municipal, do seu concelho”. É importante e fundamental que se relacionem bem uma vez que “os quadros comunitários cada vez são mais exigentes, é presente em todos os presidentes de câmara que há uma necessidade de uma maior profissionalização, ainda maior profissionalização da Terras de Sicó e da sua gestão técnica” (PC Condeixa). Porém, “sempre que haja um assunto de índole mais local e algum problema específico do território concelhio a que pertença recorro ao diretor executivo ou ao presidente da direção” (PC Penela).

b) Parcerias

A Associação de desenvolvimento Terras de Sicó foi criada devido à união dos 6 municípios, como afirma o PC Condeixa “as câmaras é que criaram a Associação”.

Esta união deveu-se às características comuns de “proximidade geomorfológicas, sociais” (PC Pombal) e também à importância de ter uma estratégia comum para ganhar “massa crítica para o desenvolvimento de alguns projetos do mundo rural”, como refere o PC Alvaiázere e ter competitividade e uma dimensão adequada para trabalhar algumas áreas. Segundo o PC Penela “um dos papéis de maior visibilidade que a associação tem, tem que ver exatamente com a questão da gestão dos fundos comunitários” e a vontade de criar escala e de obter economia e ganhos de escala para

assim “garantir juntamente com os municípios um conjunto de políticas públicas que contribuam... para a melhoria da qualidade de vida das pessoas... e de mais oportunidades de negócios” (PC Penela), através de “uma forma racional de acesso a fundos comunitários, de apoio a um conjunto imenso de atividades” como refere o PC Condeixa. Relativamente às parcerias estabelecidas o diretor refere que “temos várias parcerias”. Uma delas é relacionado com o “PRODER que envolve muitos e vários parceiros, desde as organizações produtoras, a Olivisicó para o azeite, a Vinisicó para o vinho, temos toda essa área, essa fileira agro que está associada connosco... Temos parceiros institucionais como as escolas profissionais, a ETPSicó a ETAP Pombal, também são associados nisso. Temos o Crédito Agrícola como um parceiro financeiro naquilo que poderão ser também os apoios em alguma gestão feita no território”. Existem ainda outras parcerias que o diretor considera serem mais regionais, como é o caso de “uma rede ligada de associações como a nossa, são 53 no país, que é uma federação que se chama Minha Terra... temos na cooperação chamada transnacional também um outro tipo de projeto, nomeadamente na área da cooperação com os PALOP, países de língua oficial portuguesa, que nós temos no âmbito da formação e noutras áreas, mas basicamente na formação, na partilha de experiências”. A Associação quando integrava apenas os 6 municípios não era suficiente para dar continuidade a esta estratégia de desenvolvimento uma vez que estas entidades não têm capacidades e conhecimentos necessários para dar vida e continuidade a um projeto desta dimensão. Esta parceria envolve parceiros privados em várias áreas que contribuem para a compreensão da realidade em que esta associação está inserida, uma vez que existem “especificidades de várias áreas, quer seja da agricultura, da floresta, do turismo, do comércio, do ensino, da investigação que é importante nós termos connosco quem lida todos os dias com essas matérias” e ajuda no desenvolvimento da estratégia adotada (PC Ansião). O PC Penela considera “essencial, não se faz desenvolvimento territorial sem ter um consórcio alargado de entidades, instituições e pessoas que nos ajudam”, como por exemplo “as associações de produtores locais, as associações empresariais, os estabelecimentos de ensino e de formação profissional, as empresas, os empresários, as IPSS, as associações culturais e recreativas, os clubes desportivos”. O PC Condeixa imagina que “o alargar a outros (...) teve a ver com essa lógica de alargamento da nossa amplitude de ação da Terras de Sicó, até para atingir

também o mundo empresarial para as pessoas poderem concorrer aos fundos e criar empresas e haver esse controlo”. Segundo o PC Pombal esta parceria “foi uma abertura e um convite a outros promotores regionais locais que de facto interagiam diretamente com as entidades públicas” e enriquecer os projetos e o conhecimento que existe da região porque “as visões dos privados não têm de ser necessariamente iguais aos dos públicos”. O PC Soure refere ainda outro aspeto muito importante “podemos ter uma boa ideia mas depois não pode ser posta em prática e no privado já pode”, por isso ele é da opinião que se devia “desinstitucionalizar’ estas associações porque se ela for muito institucional seguem padrões que podem não ter a ver com aquilo que são as necessidades reais ou as ambições reais das populações onde elas estão inseridas” e por isso considerar que “a associação de desenvolvimento ideal era que fosse forma só por privados”. O diretor da Associação refere ainda que “há uma outra área que ainda não está muito trabalhada mas que nós vamos querer trabalhar na tal DLBC e que não está aqui ainda muito abordada, que é perceber melhor aquilo que é a parceria no território. Portanto, que a parceria terá que ser muito mais alargada. A nossa proposta é que tenhamos mais instituições e mais diversificadas. Portanto, isso é um desafio que nós estamos a colocar devagarinho agora, até porque essas novas entidades possam vir a fazer parte da parceria, e também poderão trazer novas ideias e novas oportunidades... Mesmo assim, percebermos, porque há muita gente aqui a pensar no território, que o território não está trabalhado. Nós não somos os donos do território em exclusividade e portanto, mesmo uma outra área que é quem olha de fora os nossos trabalhos e que é a nível nacional nestes territórios, também gostaríamos que tivesse uma oportunidade de colaborar e de falar connosco. E portanto... é mais um desafio que é alargar a parceria para este novo caso comunitário”.

c) Áreas de intervenção

Apesar dos PC considerarem que todas as áreas são importantes e que estes projetos têm de ser equilibrados, por isso não podem ter só uma ou duas áreas porque vai sempre haver uma que fará falta. As áreas que os entrevistados mais evidenciaram foi a sustentabilidade do território, a preservação, conservação e valorização do património, o turismo relacionado com o PROVER e o património, a área da ruralidade

ligada à agroindústria e aos produtos endógenos, a assistência social, o desenvolvimento regional e local. Relativamente à sustentabilidade do território o diretor refere que “temos uma primeira intervenção que tem a ver com as ações ligadas à exploração agrícola que é a ação 3.1... tentativa de apoio nessa área... uma outra que tem a ver com a dinamização das microempresas... é previamente definido quais são as áreas dentro daquilo que é o investimento dentro das microempresas” e uma terceira área que está relacionada com “o turismo num espaço rural, que é uma tradição que nós fizemos sempre, que é dentro daquilo que são as atividades turísticas e de lazer... neste momento temos aqui uma boa rede do Sicó, diria de cerca de 15 a 20 casas que queremos agora neste próximo passo e neste próximo trabalho, articula-las de forma a que possam trabalhar também a rede e ter uma oferta consistente para o território”. No que se refere à preservação, conservação e valorização do património local rural, o PC de Ansião deu maior ênfase ao “património natural em termos da sua qualificação e promoção. O eixo da romanização” e o diretor refere que “continuamos a apoiar projetos sobretudo públicos naquilo que é a preservação do património e aqui pode ser o imaterial como pode ser o património construído, desde a edição de livros até à realização de azenhas ou de outras expressões do património rural local e estamos a fazê-lo... uma área que pela primeira vez trabalhámos neste quadro comunitário que é o apoio à população rural nos serviços básicos”. Neste sentido o diretor considera que têm uma nova tarefa que passa por “articular aquilo que são as políticas públicas locais e regionais, também algumas nacionais”. O PC Pombal refere o “desenvolvimento regional percebido como a criação de condições e no plano que define a estratégia e que através dos meios comunitários permite que ela seja desenvolvida” e acrescentou “esta componente do desenvolvimento local percebido como a criação dos meios e da estratégia que permitem na ótica da estratégia global... desenvolver essas políticas, seja na fixação das empresas, seja na criação de condições sociais, seja nas matérias de acessibilidade, seja nas promoções da cultura, seja nas promoções turísticas ou de promoção do território”. Para que isto se torne possível é importante verificar, segundo o PC Penela a “gestão de um conjunto de candidaturas ligadas portanto, aos fundos estruturais a um fundo de coesão”. O diretor refere ainda uma área muito importante e que está diretamente relacionada com todas as outras, a económica “nós criámos um projeto que é o PROVER, que é o projeto de valorização

de recursos endógenos e a partir do eixo de urbanização, que nós temos aqui todos estes vestígios, trabalhámos este produto que é o Villa Sicó... criámos um produto e colocámos o Villa Sicó como um projeto tipo da Terras Sicó para a competitividade do território, para o poder comercializar, vender, promover, etc”. Nestas áreas que estão relacionadas com a economia local, o PC Ansião refere “o turismo sobretudo na confeção de alguns produtos, também o trabalho que tem vindo a ser feito no apoio aos produtos endógenos e auxiliar também quem se interessa e investe nestas áreas”, sendo também o PC Soure da mesma opinião que a “promoção dos produtos locais é claramente o principal”. Sobre a económica o PC Condeixa refere ainda que “o mundo rural... tem uma importância extraordinária nessa componente em termos globais... todo o seu impacto do mundo rural é fortíssimo, logo pelo queijo” e refere ainda “o apoio à parte patrimonial, cultural... dos produtos endógenos na parte cultural, mas também da parte rural, do saber fazer, dos cantares, da preservação da memória”. Para o PC de Alvaiázere a Associação tem-se destacado bastante na “área da assistência social, portanto, a área de negócio, digamos assim, da assistência social através das IPSS. A área da ruralidade através da agroindústria, claramente. E depois, a área do turismo, a outra área também muito importante e onde, também através da agroindústria e da promoção dos produtos endógenos”.

d) Projetos desenvolvidos

Relativamente aos projetos desenvolvidos pela Associação, o PC Penela refere que “há vários projetos que são fundamentais para Terras de Sicó”. Segundo o diretor estes projetos estão relacionados com as áreas de intervenção e estão “integrados no PRODER, no chamado PRODER programa de desenvolvimento rural são para beneficiários... quer para a área da agricultura, quer para a área social, para as microempresas... que é uma malha que nos interessa até porque tem a criação de postos de trabalho”, ou seja, a criação dos vários projetos está diretamente relacionada com o PRODER. O diretor refere ainda outro projeto que se está a desenvolver “para a zona de visita de várias formas que é uma grande rota que é a GR26 que vai ter oito itinerários, podem ser pedonais, podem ser de bicicleta, podem ser de várias formas. Neste momento estamos a sinalizá-lo e a coloca-lo no terreno”. Relativamente

à opinião dos PC, estes referem o importante aspeto relacionado com o turismo e a cultura, onde o PC Ansião afirma “o turismo por tudo aquilo que pode representar... no nosso território como criação de riqueza” e o PC Pombal refere que sobre as matérias culturais da região há “as questões da romanização e do efeito da cultura romana na península ibérica em concreto neste espaço, portanto não só com Conimbriga mas depois com outros achados arqueológicos, seja em Penela, seja em Ansião” e o PC Alvaiázere evidencia o projeto “Villa Sicó enquanto promoção do eixo da romanização portanto, muito vocacionado para o turismo”, o PC Condeixa também referiu este projeto devido à sua importância referindo que “a criação da marca, da referência Eixo da Romanização, a partir de Conimbriga... sem a Terras de Sicó isso certamente não existiria dessa forma”, sendo este projeto também referido pelo PC Soure. Outro projeto considerado muito importante e que está relacionado com a proteção ambiental é a “criação de um parque, uma paisagem protegida regional da Serra de Sicó de forma a valorizarmos esse património ambiental único” e também a “criação da rede das aldeias de calcário que é aproveitar aquilo que é a especificidade de algumas aldeias que temos nestes 6 concelhos que mantêm, têm um conjunto de características que carecem de ser trabalhadas para, enfim, podermos explorar todo o potencial económico que tem” (PC Penela). Outros projetos importantes são todos aqueles que estão relacionados com a produção endógena da região o que contribui para a criação de novas empresas e de postos de trabalho, como seja “o queijo Rabaçal e a valorização dos outros produtos endógenos que são muito diversificados” (PC Soure). Todos estes projetos que foram referidos são bastante importantes, neste sentido o PC Penela considera que “nós temos que, naturalmente, alavancar estes sectores tradicionais da economia, apoiá-los, estimulá-los sob pena de alguns deles desaparecerem e desaparecer uma parte muito base da economia local”. Segundo o diretor, a Associação tenta que os projetos que estão a ser desenvolvidos complementem as suas áreas de intervenção, “por exemplo, nós no PRODER tínhamos uma ação para a diversificação de atividades na exploração agrícola e não apareceu um único projeto. Porque também a tipologia que nós temos da expressão da agricultura no nosso território aqui é muito diferenciado do que é por exemplo o ribatejo ou o Alentejo onde esses projetos aparecem mais... aqui, as pessoas optaram muito mais pelos projetos que nós abrimos para as microempresas e para a área do

turismo em espaço rural... Aqui a opção que nós hoje entendemos com os projetos que entraram, foi muito mais ir à tal ação 1.3 que era do turismo direta, que era a das atividades turísticas e de lazer”. Com isto o diretor quis referir que “mesmo que tenhamos isto aberto, nem sempre as pessoas optam pela nossa oferta na totalidade, mas grande parte sim”. Relativamente aos projetos desenvolvidos, o PC Pombal acrescentou um projeto que está em fase de desenvolvimento “o caso do CIMU Sicó, nós não falamos, no projeto, na promoção, na fixação, de estudo, de trabalho e de exposição das potencialidades da Terras de Sicó que é um projeto desenvolvido pelo município de Pombal, mas que teve desde o princípio enquanto parceiro a Terras de Sicó. Portanto, estou a falar nisto porque acho que é uma matéria importante e porque (...) embora um projeto essencialmente de cariz municipal acabou por envolver todos os outros municípios, e repare, se nós forma à avante, e temos que ter esta articulação com a UNESCO relativamente ao geoparque, vamos perceber de facto que pode ser ali sim um motor muito importante de toda a promoção e divulgação da Serra de Sicó. E repare, aqui não se trata apenas de ser no território de Pombal, aliás repara, o próprio acrómio que foi designado não faz referência a Pombal. O CIMU Sicó... é Centro de Interpretação e Museu da Sicó, repare que tem uma dimensão que ultrapassa as fronteiras do próprio concelho”.

e) Divulgação dos projetos, medidas e ações

A divulgação dos projetos, medidas e ações implementadas pela Associação Terras de Sicó na opinião dos entrevistados é que há sempre aspetos a melhorar como refere o PC Alvaiázere “creio que a Associação tinha capacidade e tem possibilidades, tem janelas de oportunidades para ir mais longe, para chegar mais longe e a mais pessoas... mais seria possível e portanto, não podemos nunca estar satisfeitos com o conhecimento e promoção que esta associação de municípios tem junto da comunidade em geral”. Segundo o PC Penela, talvez não o façam com a eficácia desejável “acho que há sempre a melhorar no que diz respeito a isto e eu acredito que a direção e as câmaras municipais estão empenhadas, profundamente empenhadas em melhorar essa eficácia”. Já o PC Soure considera que “o trabalho da Terras de Sicó tem sido eficiente”. Os PC referem a forma como contribuem para apoiar a Associação nesta

divulgação, e o diretor refere a forma como a Associação contribui como agente principal na divulgação dos projetos, medidas e ações, contando com a presença de pessoas que trabalham para este fim. Para o PC Ansião existem formas interessantes de mostrar a associação “temos feito algumas iniciativas, deixe-me dizer, neste momento estamos... num centro comercial em Coimbra com os nossos produtores”. O PC Condeixa que não é totalmente eficaz, poderia ser mais e classifica a sua eficácia “de 1 a 10 por exemplo seria um 7 ou um 8, pronto um 7”. O PC Ansião refere que “todos têm contribuído de forma igual utilizando... os meios que a Terras de Sicó tem e depois cada um a partir dos seus meios de divulgação e de informação”, uma vez que “temos assumido a nossa quota de responsabilidade” (PC Soure) e como afirma o PC Pombal “o município está sempre disponível enquanto veículo de fazer essa promoção... podemos disponibilizar o site da câmara para poder ‘linkar’ essas referências, distribuímos mais de 50 locais onde temos serviços e informações sobre o que é que está disponível, utilizar stands em eventos e feiras para fazer essa promoção”. O PC Alvaiázere referiu que esta divulgação também pode ser feita “através de múltiplas ações que temos feito, muitas delas enquadradas em programas comunitários que são geridos pela própria associação” estas ações específicas são realizadas “quer junto dos empresários, das empresas, dos produtores, quer através da comunidade em geral e portanto, através dos projetos que vão sendo noticiados nos órgãos de comunicação social”. O PC Penela é da opinião que “naquilo que são os investimentos locais... nós damos aí, naturalmente algum enfoco nesses investimentos e nessas medidas, faz parte da nossa promoção territorial” e ainda acha que “devia existir um plano de comunicação bem estruturado para que o território todo perceba que aquilo que a Terras de Sicó faz acaba por ter vantagens competitivas”.

Em Condeixa foi criado “o gabinete de apoio ao empreendedorismo criado e alargado... queríamos melhorar isso, temos que ainda melhorar o nosso grupo de apoio ao empreendedorismo” (PC Condeixa), o presidente refere ainda que a câmara tem de estar preparada “para todos os níveis de atividade, portanto digamos que nós ajudamos mas eu considero que podíamos fazer melhor”. Relativamente à divulgação feita pela própria Associação, o diretor refere que “temos um site, tentamos tê-lo atualizado naquilo que é a informação que vai passando. Editamos algum material de informação

desde brochuras, desdobráveis com, sintetizando aquilo que são os apoios e a forma como eles se concretizam, temos isso. Trabalhamos muito com os municípios também nisso, naquilo que são os sites das Câmaras. Temos página facebook, vamos fazendo promoção nas rádios e nos jornais locais... chegámos a ter uma revistazinha. Agora vamos... editar uma revista com os projetos todos que foram financiados neste quadro comunitário... E vamos fazer também este ano, já está a ser preparado com a TSF, naquilo que é o formato do programa deles ao sábado ou domingo de manhã que é o Terra a Terra, vamos fazer seis programas agora durante este ano todo de 2014, promovendo os eventos que estamos a acompanhar com os municípios... temos um filmezinho que fizemos sobre o eixo da romanização, que vai ser lançado agora também brevemente”, isto tudo visto como plataformas de divulgação e promoção. Existe ainda uma forma que o PC Pombal referiu, mas referiu-a por não a considerar a mais adequada que é “fazer umas fotocópias e deixar em cima do balcão de atendimento a probabilidade de todo o conjunto de cidadãos poderem aceder, conhecer melhor, fazer as candidaturas, se calhar não temos aqui uma divulgação tão democrática, como seria desejada. Isto não quer dizer que não haja candidaturas por causa disso, o que eu acho é que acaba por diminuir muito o efeito positivo que a associação tem”.

f) Participação do público-alvo

Relativamente à forma como a Associação atinge o seu público-alvo é através da divulgação e promoção que é realizada. Na opinião do diretor, o envolvimento da população nos projetos desenvolvidos deve ser feito “de várias formas, de forma individual quando se candidatam como beneficiários e portanto, passam a ter connosco uma interação muito mais forte porque há um acompanhamento nosso dos projetos, todos são financiados... o que quer dizer que se cria aqui uma relação normal, não de cliente mas de parceiros”. Segundo a opinião da maioria dos PC a Associação Terras de Sicó tem de atingir “todos os públicos desde o infantojuvenil até ao sénior” (PC Penela), todas as pessoas dos vários concelhos e turistas, “todas as empresas e os empresários de forma muito especial, todas as associações, todas as entidades públicas e privadas que de uma forma ou de outra promovem um desenvolvimento neste

território” (PC Alvaiázere). A Associação atinge também pessoas ou entidades que se queiram candidatar, como refere o PC Soure “quem... tiver capacidade criativa, pode ir junto da associação e tentar avançar com a ideia, quer no apoio, quer na promoção, quer no enquadramento, e é mais fácil fazê-lo através da associação, do que o fazer através de um só município”. O PC Pombal refere ainda “atividades que têm a ver com a promoção e a animação todos são convidados, porque são festejos e inventos abertos a toda a população” uma vez que “não há aqui nem um público especial nem um público que seja afastado por qualquer circunstância” há sim, na opinião do PC Condeixa “todo o tecido empresarial ligado à parte rural... pequenos e micro empresários dos 6 concelhos... das várias áreas rurais” e ainda empresários que poderão ter algumas dificuldades “em aceder à informação, em ter meios para fazer candidaturas e nesse aspeto o papel da Terras de Sicó é absolutamente essencial e facilitador de acesso desses empresários ligados ao mundo rural, a fundos comunitários” (PC Condeixa). No entanto, como referiu o PC Pombal “as freguesias que têm uma tipologia mais urbana estão excluídas dos financiamentos de Sicó... É um território que já tem urbanidade a nível de território de desenvolvimento maior, percebe-se que não esteja incluído... que é o caso da freguesia de Pombal”. O diretor da Associação, quando questionado sobre a necessidade de adotar estratégias para incentivar a população a participar, refere que “as pessoas não têm informação e é normal que não tenham porque a comunicação não chega sempre e como não chega nós... vamos tentando, agora quando houver o novo programa, por exemplo... fazemos sessões públicas de apresentação do projeto ou dos programas a ele associados. Portanto, vamos fazer isso nos seis municípios, vamos ao terreno... e as pessoas também nos procuram, às vezes para coisas completamente diferentes mas que nós temos que saber também dizer não”. Relativamente ao nível de participação e de interesse do público-alvo nos projetos implementados pela Associação, o PC Condeixa afirmou que “não tenho dados concretos para lhe responder a isso”, a um nível geral os restantes PC referiram que havia um acréscimo, como refere o PC de Alvaiázere “acho que é boa a esse nível, o público-alvo é conhecedor, conhece os programas, conhece os projetos, candidata-se”, uma vez que, e como afirma o PC Pombal “não temos um caso em que haja menos candidaturas do que aquelas que nós poderíamos suportar, normalmente há bastante mais”. O PC Soure refere algumas áreas em que

essa participação é efetiva “há pessoas ligadas à atividade que a Terras de Sicó promove quer no campo da hotelaria, quer no campo da agroindústria, quer no campo do artesanato”. Por exemplo, ao nível dos produtos endógenos e como refere o PC Ansião “temos vindo a assistir a uma maior disponibilidade das pessoas... hoje nota-se uma maior abertura e disponibilidade para estarem, no passado não era tanto, e portanto, eu acho que isso tem sido positivo”. Resta ainda a opinião do PC de Penela que admitiu não ter condições para fazer esta avaliação mas considera que “no que se refere a Penela é sempre difícil fazer essa mobilização”.

5.4. Categoria 4 – Impactes da Associação Terras de Sicó no território

a) Mobilização de recursos endógenos locais

Para os PC a Associação Terras de Sicó tem feito um bom trabalho, no entanto pode-se fazer mais e melhor, como refere o PC Penela “acho que há que reconhecer que foi feito algum trabalho, há também que reconhecer de forma muito séria que muito mais há a fazer”. O território possui um vasto conjunto de recursos endógenos, o que possibilita que a Associação tenha uma atividade mais rica do ponto de vista do desenvolvimento local sustentável. Relativamente a uma perspetiva mais vocacionada para a agricultura, o diretor refere que “nós trabalhámos a área dos produtos endógenos, fomos nós que lançamos no âmbito do programa LEADER 1, a constituição das associações de produtores... Nós para os vinhos criámos a Vinisicó, sempre com a marca Sicó... temos pois ela agora neste momento já tem autonomia, a Olivisicó para o azeite Sicó, tivemos a Coprorabaçal que era a cooperativa de produtores do queijo rabaçal, que depois de transformou no Queijo do Rabaçal DOP, que são as denominações de origem protegida... Trabalhámos o artesanato, trabalhámos o mel, o mel de Sicó, portanto, isto naquilo que é na fileira agro nós trabalhámos e criámos até na altura uma entidade de ação e certificação, que era a Sicó qualidade... é uma das grandes ofertas que o Sicó tem neste momento, está organizado, tem realização própria, tem autonomia e tem mercado”. Para além dos produtos referidos pelo diretor, o PC Soure refere ainda “os frutos secos, nomeadamente as nozes que é transversal aos 6 municípios, também agora os frutos silvestres, mirtilos,

amoras, framboesas, frutos silvestres que se destinam à indústria da confeitaria ou da doçaria, mas também os derivados dos frutos, nomeadamente os doces, os doces caseiros... há produtos inovadores desde os biscoitos... em paralelo com os produtos sazonais”, que tem sido promovidos através da Associação e segundo o PC Ansião “felizmente nalguns casos sejam jovens, jovens empreendedores qualificados que estão à frente deste projeto e isso é muito importante, e portanto, representa também um ganho para a economia local e sobretudo este apoio que tem vindo a ser dado para que as atividades que estão na origem destes produtos possam ser apoiadas e estimuladas, e mantidas... hoje já vemos, como digo, pequenas empresas ligadas a este sector o que quer dizer que estamos a criar riqueza através dos nossos próprios produtos e isso é muito interessante”. O PC Condeixa também refere a “grande marca criada a partir da Terras de Sicó” que é o queijo do Rabaçal que não existia o conceito desta marca antes de ser criada a associação, “o conceito desde a origem até ao produto final que é a certificação de toda aquela promoção” (PC Condeixa). Não seria possível criar estes produtos sem a criação de outras associações como refere o PC Alvaiázere “sem a associação não se teriam constituir associações de produtores de gado, de leite ou queijo Rabaçal, associações de produtores de mel, de azeite, por aí fora”. Uma vez criadas estas associações que “tem feito um grande investimento para incentivar e servir de alavanca ao desenvolvimento da produção e comercialização desses produtos” (PC Soure), surgiu a possibilidade de alargar a divulgação e promoção destes produtos fora desta região com a criação de “uma loja de produtos regionais em Lisboa que está a ser construída... essas 6 associações de desenvolvimento com características semelhantes às da Terras de Sicó formaram, lá está, uma parceria externa, formaram entre si um agrupamento de fins específicos para promover produtos destas sub-regiões que constituem este agrupamento ao turismo em lisboa... com o fim de promoção, divulgação e venda de produtos desta sub-região, associados a outras sub-regiões com um aumento de escala para esse fim específico” referida pelo PC Alvaiázere. Relativamente à divulgação e promoção destes produtos o PC Alvaiázere referiu ainda que “é um grande público que visita Lisboa, nomeadamente aos turistas... Isto foi uma parceria muito interessante porque dificilmente se não, diria mesmo, de forma impossível ou quase impossível a Associação Terras de Sicó conseguiria por si só montar um sistema de promoção, divulgação, e venda de produtos

desta sub-região em Lisboa, num espaço de afluência turística” sobre este assunto o PC Pombal afirma que “estamos precisamente a levar a um público mais urbano e internacional um conjunto das nossas características através dos produtos que são mais emblemáticos e admitimos que mais apreciados, também de forma a que chegue a um público que normalmente não teria acesso através de um canal que lhe é aberto pela própria Terras de Sicó é que reúne esses produtos já perfeitamente (...) das matérias mais agroalimentares e os expõem e os vende”. Apesar de todos os produtos serem bastante importantes, sem dúvida que o queijo do Rabaçal é o mais referenciado pelos PC.. Assim sendo o PC Condeixa avaliou o trabalho desenvolvido pela Associação como “muito bom... de facto, se há coisa que distingue a Terras de Sicó é aí... não tenho dúvida em afirmar isso... a promoção turística ou a promoção de produtos depois não se pode ficar só pela promoção tem que ligar a montante”. Existe ainda uma outra área que contém recursos endógenos, como refere o diretor, a área do “do património natural... a oferta é o maciço calcário no seu pleno... No imaterial vamos lançar uma ideia como empresa que será as aldeias do calcário, que será um guião também daquilo que são os projetos imateriais do calcário e depois temos património construído, desde a parte medieval dos castelos e fortificações do mondego até... o eixo da romanização desde Conimbriga, Rabaçal, Santiago da Guarda, temos algumas áreas”. Para rematar esta questão o diretor acrescenta ainda que “temos essa oferta toda que o Sicó tem, até tem 7 km de praia que é a praia do Osso da Baleia em Pombal... Portanto, nós podemos-nos dar ao luxo de dizer que temos praia e serra em abundância”.

b) Relação entre os produtores locais e a Associação

A relação estabelecida entre os produtores locais e a Associação é positiva, uma vez que se ajudam e interagem mutuamente, como refere o diretor “nós criámos aquela rede de associações ligadas aos produtos e eles neste momento, todos têm as suas autonomias. Agora, participam regularmente em todos os eventos da Terras de Sicó, particularmente... a Exposicó que é aquele uma vez por ano, toda a fileira aparece, nós oferecemos o stand para participação nesses dias e, portanto, as pessoas nesse evento aparecem sempre e regularmente ao longo do ano, quer nos eventos municipais que também os há com esta forma. Dou o exemplo dos Sabores de Ansião... ou o Bodo

em Pombal, ou do Mar à Serra em Soure, o tal cabrito em Condeixa. Normalmente eles são chamados e porque também vende, o que é um facto é que é bom e é por isso que eles também lá vão. Participam com regularidade, participam, sim e com identidade, o que é bom”.

c) Impacte causado nos concelhos

Para o PC Pombal o impacte que a Associação tem causado no concelho a nível quantitativo “é muito escasso porque os volumes de investimento que se fazem no concelho por privados e públicos são gigantescamente superiores àqueles que fazem a Terras de Sícó e também, pelo orçamento que tem e da forma como ele é dividido pelos territórios... se no nosso território temos empresários, temos mais IPSS temos mais associações culturais, temos mais autarquias a fazer mais candidaturas, é evidente que depois a probabilidade destas instituições quer pela qualidade que têm, quer pelo número que são, possam também depois ter maior fatia no bolo”. O PC Condeixa considera que o “desenvolvimento social está associado ao económico... ao apoiar aqueles empresários, particularmente o mundo rural que não teriam nenhuma hipótese de chegar a fundos comunitários se não fosse a Terras de Sícó”. O PC Soure considera “um impacte positivo claro” e considera que este impacte advém em parte da “Exposicó que engloba a feira do queijo, que engloba a feira do vinho, que engloba várias feiras e a promoção destas atividades fora também do território, ou seja, em certames internacionais por exemplo, com parcerias que obrigam o programa, por exemplo a cooperar em português onde participámos na feira internacional de Cabo Verde, feiras fora do país em parceria com outras instituições, a BTL, outro tipo de certames a nível nacional”. Porém, do ponto de vista do PC Ansião tem causado um impacte “de apoio, de incentivo e de dinamização das várias áreas ligadas à estratégia da Terras de Sícó” que por sua vez e segundo a opinião do PC Alvaiázere “influenciou a gastronomia, influenciou os usos e costumes e influenciou os modos de viver e desta, das comunidades que se inserem nesta região” e por isso “eu acho que o impacte tem sido bastante positivo, frutos dos investimentos que têm sido feitos” e a “associação nesse sentido tem contribuído bastante para o desenvolvimento do nosso território e das nossas gentes” e o PC Penela também reconhece “a importância que a associação

tem e o trabalho que tem desenvolvido acho que é possível ainda fazermos mais, fazermos melhor”. Quando questionados sobre o facto de os impactes diferirem de freguesia para freguesia, há quem considera que “isso é difícil dizer, eu acho que nós às vezes somos tão pequeninos até enquanto associação de 6 municípios... não há nenhuma discriminação positiva ou negativa sobre qualquer freguesia de qualquer território” na opinião do PC Ansião embora ele acrescente que “depende muito da capacidade empreendedora e também da iniciativa que cada um tem”. Da mesma opinião é o PC Pombal que refere “não acho que seja a questão territorial que faça a grande diferença” porém considera que “essencialmente reside muito nas características dos projetos e na própria adequação com o território onde são desenvolvidos, nomeadamente se é um processo que pode ter aqui alguma responsabilidade na promoção ou se é um projeto que é mais paralelo e que depende de outras atividades”. De opiniões também idênticas são os PC Penela e PC Alvaiázere que são da opinião que depende das dinâmicas locais das instituições, das associações, das IPSS, das empresas, empresários e investidores, das entidades públicas e dos agentes privados que no seu conjunto realizam no território, como afirma o PC Alvaiázere, “depende também da capacidade que as freguesias têm de atrair ou inclusive, da capacidade formal, capacidade legal de acorrer financiamentos comunitários por parte da Terras de Sicó”, e que “há freguesias nesta sub-região Terras de Sicó, há freguesias que são marcadamente urbanas e portanto, para essas nem sequer existem possibilidade de atuação por parte da Terras de Sicó” (PC Alvaiázere), há ainda as freguesias mais afastadas do maciço de Sicó e que por isso se sentem “menos motivadas”, segundo a opinião do PC Soure. O único PC que realmente fez a diferenciação entre as freguesias do seu concelho foi o PC Condeixa que destacou duas freguesias onde existe maior impacte “sim, claramente, a freguesia do Zambujal que é vizinha da freguesia do Rabaçal em Penela, teve um impacte inicial muito mais forte... até porque também faz queijo do Rabaçal... e aí sentiu-se de forma mais evidente os efeitos de todas as iniciativas promovidas pela Terras de Sicó”, o PC Condeixa tem ainda a certeza que “muita gente hoje produz queijo no Zambujal, que ainda produz queijo de forma tradicional... tem a ver com este... procurar preservar o património imaterial neste caso... que tem a ver com as ações que são feitas no passado e continuam a ser da Terras de Sicó”, e a outra freguesia que ele destaca é a freguesia da

Ega “também ligada um pouco ao património imaterial, a freguesia da Ega com o seu futuro museu da água... é uma forte componente cultural ou patrimonial na freguesia”.

d) Reconhecimento pela população da Associação Terras de Sicó enquanto entidade que estimula o desenvolvimento local

Todos os autarcas assumiram sem dúvidas que a Associação é bem reconhecida pela população enquanto entidade que estimula o desenvolvimento local, “é conhecida até pela sua antiguidade, mas claramente conhecida como uma associação que contribui para o desenvolvimento local e para a produção dos seus produtos endógenos e o seu património cultural e imaterial” (PC Condeixa), porém consideram que podia e devia de ser melhorado para obter uma maior visibilidade. Segundo o PC Penela a visibilidade que ela tem neste momento é “fruto daquilo que é o trabalho de várias décadas, a Associação já tem alguns anos, já tem mais de duas dezenas de anos e portanto, fruto naturalmente dessa história, desse trabalho todo que tem sido desenvolvido designadamente naquilo que foi a afirmação de um conjunto de produtos”. Há pessoas que não reconhecem o valor da Associação porque simplesmente não sabem da sua existência, não sabem o que é, onde está, o que faz e para que serve, “não fazem a mínima ideia... não conhece que projetos apoia, não conhecem a sua atividade e isto é muito importante sob o ponto de vista da promoção porque esse reconhecimento estará seguramente, muito ligado à forma com que entrar na vida das pessoas e é importante para o seu desenvolvimento, seja individual, seja nas empresas, seja em projetos associativos, culturais, ou sociais, ou empresariais até”, sob o ponto de vista do PC Pombal. Por outro lado, as pessoas que reconhecem a Associação são as que têm conhecimento da sua existência e também as pessoas que de alguma forma já beneficiaram com os projetos desenvolvidos pela Terras de Sicó, no entanto e segundo a opinião do PC Alvaiázere “muita gente sabe que existe mas depois não usa, não recorre-a e acaba por perder algumas oportunidades”. No entanto, o PC Ansião considera que “o nosso grande objetivo é que Terras de Sicó tem que ser uma marca deste território e que as pessoas têm que identificar rapidamente”, para assim abranger um maior número de pessoas e que estas percebam e conheçam a

Associação Terras de Sicó, como afirmou o PC Condeixa que se for aplicado “um pequeno inquérito nos concelhos vai ver que as pessoas têm essa consciência”.

e) Desenvolvimento local sustentável a nível económico, social, cultural e ambiental

Todos os entrevistados consideram que os projetos desenvolvidos têm contribuído para uma melhoria do desenvolvimento local sustentável a nível económico, social, cultural e ambiental. Esta melhoria está diretamente relacionada com as candidaturas que a Associação recebe e que tem de analisar na qual é “mais ou menos unanime em quase todas as candidaturas e é de facto que essas quatro vertentes sejam tidas em consideração na apreciação das candidaturas, isto é, este projeto é gerador de emprego” segundo a opinião do PC Pombal. E assim a Associação, segundo o PC Penela, a nível económico tem de tentar “criar melhores condições aos seus investidores e aos empresários para que os seus negócios corram bem”, como refere o PC Ansião “temos vindo a conseguir, por um lado ao nível daquilo que são os micro ou pequenas empresas genericamente apoiar um conjunto de negócios mas que são importantes para o território, por outro lado dentro daquilo que tem sido o nosso vetor de atuação também da Terras de Sicó tentando captar a atenção dos investidores privados para essas áreas”, assim o PC Condeixa considera que a nível económico “há um conjunto de micro empresas que só existem porque a Terras de Sicó permitiu... a sua sustentabilidade em termos de apoio e orientação”. Uma vez que a Associação Terras de Sicó oferece esta oportunidade de negócio “muitos promotores privados e institucionais também, associações locais, IPSS têm aproveitado financiamentos comunitários através deste veículo promotor que é a Associação” (PC Pombal) e portanto, a Terras de Sicó tem aqui “um papel muito importante naquilo que é, enfim, a proteção, a promoção, a valorização deste género de produtos” segundo o PC Penela. Do ponto de vista cultural, segundo o PC Ansião a Associação tem contribuído nalgumas áreas, como por exemplo, do “património, do turismo e a promoção das rotas e dos projetos, o eixo da romanização e outros que temos, até com um programa de animação por parte do território nos 6 concelhos”. Referindo um pouco os potenciais explorados pela Associação no território, esta tem “um produto turístico relativamente

diversificado ao nível da fauna, da flora, da geologia, da paisagem, portanto, e este recurso não é exclusivo de um município ou de um site específico mas é de uma vasta região” segundo o ponto de vista do PC Alvaiázere, assim como do PC Penela “tem a obrigação de defender um conjunto de produtos, de negócios, muito alavancados naquilo que são as especificidades do território, como seja o queijo do Rabaçal, como seja o azeite de Sicó, como seja o vinho Terras de Sicó”. Ainda sobre o nível cultural que acaba por influenciar o económico o PC Condeixa referiu “a chamada Feira do Queijo do Rabaçal, os apoios que há e que existiram é um conjunto de grupos locais de cantares... ligados à parte cultural, aos cantares, aos saberes tradicionais, às feiras que se fazem dos produtos endógenos... isso motiva o tecido económico, isso motiva a montante a criação desses produtos e emprego, e provavelmente lançou muitas pessoas no mundo empresarial... ou pelos menos que crie um emprego para que existisse e permite mostrar os nossos recursos endógenos”. Ainda sobre o nível cultural mas numa perspetiva gastronómica, o diretor refere “a fileira agro para aquilo que são a gastronomia, conseguiu hoje ter uma identidade... nós editámos um livrozinho sobre o gosto de Sicó, por exemplo. Já é uma forma de identificar aquilo que é a oferta do território e hoje esses produtos, o caso do chicharo em Alvaiázere, não diria que é um grande fenómeno mas trouxe outra vez ao prato do chicharo... E, portanto, isso é um pequeno exemplo daquilo que este trabalho de 20 anos conseguiu, foi colocar os vinhos Terras de Sicó, portanto, que não estavam organizados. Hoje há uma sub-região de vinhos Terras de Sicó, de 15 a 20 produtores individuais e não estamos a falar de grandes adegas nem de grande investimento. Estamos a falar das tais microempresas que se foram aqui apoiando através dos nossos vários programas e portanto, hoje existem”. Ainda sobre o ponto de vista da cultura o PC Soure que refere “o Villa Romana Sicó que é produto que estamos a trabalhar como sendo um produto turístico e sendo uma imagem também da região... paisagem, turismo de natureza, turismo de aventura, com empresas no terreno que se dedicam à comercialização desses produtos, quer seja no parapente, quer seja na escalada, quer seja no trial, no BTT, no donwhill, nas caminhadas... para além da caça tradicional, nesta altura tem muita força e tem algum poder económico as montarias aos javalis... ligado ao alojamento o aparecimento de algumas unidades hoteleiras de referência, no concelho de Soure ligadas ao termalismo” que têm contribuído na melhoria do desenvolvimento local

sustentável uma vez que “são projetos ambientalmente enquadrados... que têm criado riqueza, que têm criado posto de trabalho, têm trazido, têm acrescentado valor ao município”. A nível social o diretor afirma que “temos hoje um trabalho feito que queremos agora dar continuidade, também na tal malha de apoio sobretudo no apoio domiciliário e àquilo que é também as instalações das IPSS, das misericórdias sobretudo, são as áreas que nós trabalhamos mais”. Referindo-se um pouco a tudo o que foi comentado anteriormente sobre este assunto o PC Penela refere ainda que “tem havido muito investimento no concelho com base nessas candidaturas e isso tem melhorado substancialmente o nível da qualidade de vida das pessoas e também tem animado aquilo que é o nível cultural, social e económico dos penelenses”. Para concluir esta questão, o diretor refere que “tudo isto se casa numa estratégia local de desenvolvimento, que também pode ser chamada ELD, onde de facto nós agora, neste 2014 até 2020, com o novo quadro comunitário. Estamos neste momento já a trabalhar naquilo que é chamada a DLBC que é o desenvolvimento local de base comunitária. Portanto, hoje a carta europeia permite-nos, nos vários países e depois cada país reverte isso para si, trabalharmos as chamadas DLBC e a Terras de Sico está a preparar uma DLBC para o território, para o tal território que direccionalmente trabalhamos”.

f) Intervenção no âmbito de desenvolvimento local sustentável

Os autarcas consideram que a associação tem trabalhado para direccionar a sua ação para alargar práticas de desenvolvimento local numa perspetiva de sustentabilidade do território, referindo o PC Penela “penso que tem contribuído à sua escala e dimensão de alguma forma para isso”. Para que isto aconteça, segundo o PC Penela “é preciso desenvolver um conjunto de projetos, alguns dos quais aqueles que eu referi, com a preservação dos nossos ecossistemas e também com o aproveitamento da sua potencialidade”, projetos relacionados com a preservação do meio ambiente e ainda acrescentar o “valor aos produtos endógenos, há uma maior possibilidade de as pessoas se fixarem no território, manterem as atividades nomeadamente nas aldeias”, segundo o PC Soure. Existe uma área que o PC Pombal referiu que se a associação não tivesse trabalhado nela “havia provavelmente muita coisa por conhecer, muita coisa por descobrir, muita coisa por cartografar, muita coisa por desenhar, por visitar e se calhar

muitas utilizações indevidas comprometiam esta sustentabilidade, até ambiental, e que passariam ao lado de todos porque estavam escondidas, apesar de haver um prejuízo direto”, esta área está relacionado com as questões geológicas, mais especificamente a espeleologia, sem a qual “o território de Sicó não seria o mesmo, não teria a mesma riqueza, o mesmo interesse portanto, o mesmo potencial” (PC Pombal). O PC Condeixa considera que “tem contribuído fortemente para a sustentabilidade dos concelhos, particularmente na parte do que é tradicional” e também por promover “produtos endógenos e vir à montante tratar de manter a tradição de fazer um produto ou de agregar produtores desse produto, isso são medidas de sustentabilidade... que criam emprego... que passam os saberes, as tradições de geração em geração... isso cria sustentabilidade ligada às características endógenas de um sítio, às tradições de uma freguesia, de um concelho” e “ao canalizar fundos comunitários e ao facilitar o acesso aos fundos comunitários está também a criar medidas de sustentabilidade... empresas... valor... emprego”. Neste sentido e com o objetivo de proteger a sustentabilidade do território “a associação não tem apoiado projetos que não tenham bem presente essa noção da sustentabilidade do território a prazo. Portanto, não vamos, não temos apoiado iniciativas que visem apenas um retorno de curto prazo”, sob o ponto de vista do PC Alvaiázere, e também do PC Ansião que afirma que “mesmo aquelas que são aprovadas por nós são sempre na condição de sustentabilidade económico-financeira e portanto, também do ponto de vista daquilo que acrescenta para o território”. Estes projetos direcionados para sustentabilidade do território “é aquilo que nos permitirá termos um território de 20 ou 30 anos melhor do que aquele que temos hoje a todos os níveis, a nível de desenvolvimento económico, a nível de desenvolvimento social, a nível cultural e fundamentalmente a nível ambiental”, segundo o PC Penela. Segundo o diretor, “ao fim destes 25 anos, mais do que o nosso trabalho do dia-a-dia somos recorrentemente procurados como modelo, não digo que seja um modelo de exceção mas como modelo de intervenção e territórios e portanto, este é o caso, as universidades, os politécnicos, que muitas pessoas fazem trabalhos de nível universitário associados àquilo que nós fazemos aqui e portanto, esse é o exemplo de que este trabalho é feito para o território”.

g) Articulação entre a criação e/ou manutenção de emprego e a fixação da população na região

A Associação tem contribuído para a criação e/ou manutenção de emprego e para a fixação da população na região ou “pelo menos não deixá-la fugir”, quem o afirma é o diretor da Associação, “nós criámos... cerca de 120 postos de trabalho. Portanto, são 120 postos de trabalho que... são para ficar e são postos de trabalho, que estão associados a projetos, projetos que pelo menos vão ter 5 anos vinculados ao programa. E portanto... estes 120 são famílias... portanto, alarga do ponto de vista da fixação, que não são contabilizados mas que aparecem”. Estes cerca de 120 postos de trabalho surgiram devido a “cerca de 90 projetos de privados que temos a trabalhar connosco” e por isso, o próximo grande objetivo da Associação referido pelo diretor “é a fixação de emprego”. Relativamente a este assunto, o PC Alvaiázere e o PC Penela são da mesma opinião, de que não inverteu a tendência da desertificação mas acreditam, tal como o diretor, que a associação tem contribuído para diminuir o impacto da desertificação nestes territórios “através da criação de micro e pequenas empresas, micro e pequenas atividades que têm sido criadas, constituídas e que perduram hoje em dia” uma vez que a Terras de Sicó funciona como “um motor, como um veículo para incentivar, para apoiar, para incrementar o investimento produtivo e reprodutivo” (PC Alvaiázere). Por outro lado o PC Pombal acredita que a associação tem alguma influencia na criação e/ou manutenção de emprego e na fixação da população uma vez que “se essas ações em concreto e estou a falar nos financiamentos, não se traduzirem em criações de proposta-emprego por e simplesmente não vai haver financiamento, nos casos das empresas” e acrescenta ainda que “à medida que vai criando outros projetos e tem outras condições tudo isso contribui para que a qualidade de vida geral das pessoas seja melhor, isso também é uma coisa boa para a fixação”. Da mesma opinião é o PC Soure que afirma que “temos promovido o aumento de emprego e a criação novos postos de trabalho”. Por outro lado, na opinião do PC Condeixa “nós notámos a diminuição do impacto na criação de emprego mas tem a ver também com toda a situação económica do país... nesta última fase houve um impacto negativo que se sentiu em todos os sectores, também na nossa capacidade de criar condições para o desenvolvimento de emprego, numa primeira fase, uma segunda fase, isso pode dar

oportunidade para a criação de um novo empreendedorismo e o papel da Terras da Sicó poderá ser muito importante”.

CONCLUSÕES

O presente estudo de caso tinha como objetivos: estudar a importância da Associação Terras de Sico no território; perceber o contributo dos municípios na ação desenvolvida pela Associação Terras de Sico; analisar a importância das áreas de intervenção e dos projetos implementados pela Associação Terras de Sico; e compreender de que forma a Associação Terras de Sico e os municípios contribuem para o desenvolvimento local sustentável da região. Na prossecução dos objetivos mencionados apresentam-se as conclusões do estudo.

A Associação Terras de Sico foi criada, em 1995, - em “substituição” da Associação de Municípios da Serra de Sico – ADSico criada, em 1998 - pelos municípios da região da Serra de Sico com base numa estratégia comum para o desenvolvimento local da região.

O território estudado apresenta necessidades e potencialidades, sendo que estas se afiguram de maior relevo. No que respeita às necessidades, a baixa densidade populacional relacionada com a perda de população nos últimos anos, devido também à escassez de postos de trabalho, é a maior necessidade identificada.

Quanto às potencialidades destacam-se a boa situação geográfica e estratégica do território, as boas acessibilidades rodoviárias, a cultura, o património natural e construído e a agroindústria, consubstanciando um conjunto de importantes recursos endógenos da região.

O território onde a Associação intervém tem um vasto conjunto de produtos endógenos, sendo os mais conhecidos, o queijo do Rabaçal, o azeite, o vinho e o mel. Aqui destaca-se o papel fundamental da Associação neste processo, porque sem o contributo da Associação estes produtos não tinham a visibilidade no mercado que têm atualmente. Prova disso é a atual criação de uma loja para vender estes produtos regionais na cidade de Lisboa.

A Associação tem podido dispor de recursos humanos, para o desenvolvimento da sua ação e beneficiado da comparticipação de fundos comunitários específicos de projetos a que se candidata e de uma comparticipação individual que cada município disponibiliza mensalmente.

Os programas de financiamento, com destaque para o PRODER, têm-se revelado de grande importância para a intervenção da Associação, aos diversos níveis, no território, através dos diversos projetos que tem vindo a implementar. Por um lado garantiram financiamento indispensável à execução dos projetos, e por outro, permitiram a realização de um conjunto de parcerias muito relevante em termos da mobilização de sinergias locais.

Os municípios contribuem na intervenção que a Associação desenvolve no território e para isso todos procuram concretizar os objetivos principais desta estratégia concelhia coesa e segura. Estes objetivos são: a criação de condições para a fixação de empresas e o apoio no desenvolvimento de novos negócios com a finalidade de criar novos postos de trabalho; a qualificação de meios, infraestruturas, segurança e do ensino; dinamizar o património natural e construído; divulgar a marca Sicó através dos produtos endógenos; resolução de questões ambientais; promoção do turismo em espaço rural, fortemente ligado ao ambiente e à natureza, e o turismo científico e de investigação; e por último criar mais e melhores condições para a fixação da população na região, aumentando a sua qualidade de vida.

A Associação intervém na área da sustentabilidade do território, na preservação, conservação e valorização do património, no turismo na agroindústria e produtos endógenos, na assistência social, contribuindo, assim, para o desenvolvimento regional e local.

A Associação Terras de Sicó tem causado impactes positivos no território porque influenciou áreas como a gastronomia, a cultura, o ambiente, a área social e também os hábitos e costumes das comunidades, contribuindo para o desenvolvimento do território e da população, a grande adesão à feira Expósito é a prova disso. A área na qual a Associação causou maior impacto foi na mobilização de recursos endógenos locais, devido à constituição das associações de produtores, à criação da marca Sicó e à criação da entidade de ação e qualificação, Sicó qualidade. É um facto que a população, sobretudo aquela que de alguma forma, participa ou participou nos projetos desenvolvidos, reconhece a Associação como entidade que estimula o desenvolvimento local devido à divulgação e promoção dos recursos endógenos locais e do seu património cultural.

As melhorias no desenvolvimento local sustentável a nível económico ocorrem porque a Associação trabalha no sentido de criar melhores condições aos seus investidores e aos empresários apoiando um conjunto de negócios importantes para o território. Na área cultural a Associação contribui com a promoção e divulgação do património, do turismo Villa Romana Sicó, o turismo de natureza e aventura e principalmente dos produtos endógenos gastronómicos. Relativamente à área ambiental está a ser desenvolvido um projeto ligado ao termalismo. A nível social a Associação dá apoio domiciliário, apoio às instituições particulares de solidariedade social, às misericórdias e a outras instituições de âmbito social.

A área social, cultural e a ambiental influenciam, de alguma forma, a área económica, uma vez que contribuem para a criação de riqueza e para o desenvolvimento local sustentável da região Sicó.

Associado aos diversos projetos assinala-se como relevante a criação de 120 novos posto de trabalho, que não só contribuem para a fixação da população no seu território, como também para melhorar a economia local.

Pode concluir-se que a implementação dos diversos projetos implementados pela Associação têm contribuído para a melhoria do desenvolvimento local sustentável a nível económico, social, cultural e ambiental, tendo um papel muito importante naquilo que é a sua proteção, valorização e promoção.

Em suma, a Associação de desenvolvimento Terras de Sicó integra uma estratégia de poder local comum aos seis municípios e atua como meio para atingir o desenvolvimento local sustentável.

O trabalho desenvolvido pela Associação é de uma importância extrema porque tem causado impactes positivos em todo o território. Embora seja notório que nas freguesias onde estão a ser implementados projetos os impactes são maiores do que em freguesias que estão mais afastadas do maciço calcário da Serra de Sicó.

A Associação, como referido, tem gerado impactes positivos em diversas áreas, nomeadamente na área gastronómica, na cultural, na ambiental, na social e na económica. Porém, existe uma área que tem maior destaque que é a gastronómica, porque a Associação tem desenvolvido um trabalho notório na mobilização dos

recursos endógenos locais, neste domínio, tendo como expoente máximo o queijo do Rabaçal, que tem alcançado grande sucesso.

Conclui-se, por fim, que a intervenção da Associação Terras de Sicó é de grande importância para melhorar a qualidade de vida das pessoas e para aumentar o desenvolvimento económico, social, cultural e ambiental da região de Sicó, uma vez que contribui para alargar as práticas de desenvolvimento local numa perspetiva de sustentabilidade do território.

BIBLIOGRAFIA

Abílio, C., Rodrigues, M., Caetano, M., Marquês, P., Sousa, P. & Gomes, S. (2014). *Alvaiázere e os seus Forais – 500 anos de história*. Alvaiázere: Câmara Municipal de Alvaiázere.

Albergaria, H., Alfredo, S., Pires, S. & Melo, J. (2002). *Desenvolvimento da região de Sícó: a valorização dos produtos agro-alimentares e o papel dos agentes locais no desenvolvimento de áreas rurais*. Coimbra: Instituto de Estudos Regionais e Urbanos.

Almeida, F. (2014). *Condeixa, lugar de grande estrada: quadros para a sua história*. Condeixa: Câmara Municipal de Condeixa.

Almeida, L. & Freire, T. (2003). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*. (3º ed). Braga: Psiquilibrios.

Amaro, R. (2001). O Conceito de Desenvolvimento Local no Quadro da Revista do Conceito de Desenvolvimento, AAVV, *Desenvolver (Des)envolvendo – Reflexões e Pistas para o Desenvolvimento Local*, Messejana, Esdime.

Amaro, R. (2004). Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? – da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos*, (4), 1-31.

Amaro, R., Henriques, M., & Vaz, M. (1992). *Iniciativas de Desenvolvimento Local – caracterização de alguns exemplos*. Instituto Universitário de Lisboa e Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Amiguinho, A. (2005). Educação em meio rural e desenvolvimento local. *Revista Portuguesa de Educação*. 18 (2), 7-43.

Arnaut, S. & Dias, P. (2009). *Penela: história e arte*. (2ª Ed.). Penela: Câmara Municipal de Penela.

Brito, J. (2006). Património e Identidades: a difícil construção do presente. In Peralta, E & Anico, M. (orgs). *Património e Identidades: ficções contemporâneas*. (pp. 43-51). Oeiras, Celta Editora.

Carmo, H. & Ferreira, M. (1998). *Metodologia da Investigação: Guia para a autoaprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.

Carvalho, N. (2009). Desenvolvimento Local Sustentável: A Agenda 21 Local como instrumento de política privilegiado para a sua implementação. *BARLIA - Revista Científica sobre Ambiente e Desenvolvimento* (5), 79-94.

Chaves, M. (1994). A dimensão ecológica do desenvolvimento – elementos de reflexão sobre o conceito de <<ecodesenvolvimento>>. *Cadernos de Ciências Sociais*, (14), 99-115.

Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento – CMAD. (1991) *O Nosso Futuro Comum* (World Commission on Environment and Development – WCED). Lisboa: Meribérica/Liber (Obra original publicada em 1987).

Cunha, A. (1991). Desenvolvimento e poder local em Penamacor. *Sociologia – problemas e práticas*, (10), 219-227.

Cunha, M. (1994). A identidade como memória. In Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. In *Dinâmicas Multiculturais, Novas Faces, Novos Olhares – Atas das sessões plenárias do III Congresso-Luso-Afro-Brasileiro*. (pp. 37-40). Lisboa. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Dias, M. (1998). *O Município de Ansião na 1ª República*. Ansião: Câmara Municipal de Ansião.

Eusébio, J. (2007). *Pombal – 8 séculos de história*. (2ª Ed.). Pombal: Câmara Municipal de Pombal.

Faria, C. (2010). O Poder Local face aos desafios do século XXI: Desejos e Realidade. *Malha Urbana*, (9), 103-118.

Felizes, J. (2000). Três abordagens do Poder Local enquanto formas diferenciadas de construção das identidades – uma breve exploração. In *Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos - IV Congresso Português de Sociologia*, Coimbra, 17-19 Abr. 2010 (1-13).

Fernandes, A. (1992). Poder Local e Democracia. *Sociologia*, 2, 29-59.

Fernandes, A. (1993). Poder Autárquico e Poderes Difusos. In *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local – Atas do encontro de Vila do Conde: Associação Portuguesa de Sociologia*, Lisboa, 1-3 Abr. 1993 (7-33).

Ferreira, J. (1994). Desenvolvimento Local e Construção de Identidades Sociais. In *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local – Atas do encontro de Vila do Conde: Associação Portuguesa de Sociologia*, Lisboa, 1-3 Abr. 1993 (495-516).

Franco, A. (2000). *Porque precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável*. Brasília: Instituto de Política.

Gómez, J., Freitas, O. & Callejas, G. (2007). *Educação e Desenvolvimento Comunitário Local: Perspetivas Pedagógicas e Sociais da Sustentabilidade*. Profedições.

Jorge, V. (2000). *Património e Identidade Nacional*. Universidade do Minho – Departamento de Engenharia civil, (9), 5-11.

Kashimoto, M., Marinho, M., & Russeff, I. (2002). Cultura, Identidade e Desenvolvimento Local: conceitos e perspetivas para regiões em desenvolvimento. *INTERAÇÕES – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, 3 (4) 35-42.

Martins, S. (2003). Novos associativismos e tematizações na sociedade portuguesa. *Sociologia, prolemas e práticas*, (43), 103-132.

Martins, S. (2004). Associativismo emergentes no âmbito dos Novos Movimentos Sociais em Portugal. In *Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Ação: atas dos ateliers do V Congresso Português de Sociologia*, Braga, 12-15 de Maio. 2004 (86-97).

Mergulhão, L. (1997). Desenvolvimento e ruralidade: alguns aspetos sociológicos. *Economia e Sociologia*, (64), 143-156.

Monteiro, A. (2004). Renunciar à autonomia ou o movimento associativo numa encruzilhada. O exemplo das Iniciativas de Desenvolvimento Local (IDL's) em Portugal. *Revista crítica de Ciências Sociais*, (69), 139-157.

Moreira, C. (2006). O enigma de Teseu, ou as identidades questionadas. In Peralta, E & Anico, M. (orgs). *Património e Identidades: ficções contemporâneas*. (pp.15-20). Oeiras, Celta Editora.

Mozzicafredo, J. (1993). Estratégias políticas de Desenvolvimento Local. In Costa, M. & Neves, J. (cords), *Autarquias locais e desenvolvimento*. (pp. 69-102). Porto, Afrontamento.

Mozzicafredo, J., Guerra, I., Fernandes, M. & Quintela, J. (1988a). Poder autárquico e desenvolvimento local. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (25/26), 79-113.

Mozzicafredo, J., Guerra, I., Fernandes, M. & Quintela, J. (1988b). O Grau zero do Poder Local. *Sociologia – problemas e práticas*, (4), 45-59.

Nunes, M. (1989). *Nos caminhos do património*. Coimbra: Grupo de Arqueologia e Arte do Centro e MinervaCoimbra.

Peixoto, P. (2006). O Património mata a identidade. In Peralta, E & Anico, M. (orgs). *Património e Identidades: ficções contemporâneas*. (pp. 65-74). Oeiras, Celta Editora.

Reis, J. (1998). Uma nova política pública: o desenvolvimento local. *A Rede*, Edição Especial, 32-33.

Rita, J. & Mergulhão, L. (1997). Desenvolvimento local em meio rural: que possibilidades? *Economia e Sociologia*, (63), 31-42.

Rodrigues, E. (1995). *Os Novos Movimentos Sociais e o Associativismo Ambientalista em Portugal*. Centro de Estudos Sociais, Coimbra, 1-33.

Romão, F. & Barreiros, P. (1999). *Percursos na Serra de Sicó*. Coimbra: Quercos – Associação Nacional de Conservação da Natureza.

Ruivo, F. & Veneza, A. (1988). Seis questões do poder local. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (25/26), 7-20.

Silva, A. (1994). Identidades sociais: continuidade e mudança. In Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. In *Dinâmicas Multiculturais, Novas Faces, Novos Olhares – Atas das sessões plenárias do III Congresso-Luso-Afro-Brasileiro*. (pp. 31-36). Lisboa. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Terras de Sicó – Associação de Desenvolvimento. (2007). *Estatutos: aprovados na assembleia geral de 15 de Maio de 2007 na Redinha*. Redinha: Terras de Sicó – Associação de Desenvolvimento.

Terras de Sicó – Associação de Desenvolvimento. (eds.) (2015). *Estratégias de Desenvolvimento Local para a região Sicó*. Leiria: Instituto Politécnico de Leiria.

Torrico, J. (2006). Patrimónios e discursos identitários. In Peralta, E & Anico, M. (orgs). *Património e Identidades: ficções contemporâneas*. (pp. 21-34). Oeiras, Celta Editora.

Veiga, J. (2005). *Território e Desenvolvimento Local*. Oeiras, Celta Editora.

Viegas, J. (1986). Associativismo e Dinâmica Cultural. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (1), 103-121.

Viegas, J. (2004). Implicações democráticas das associações voluntárias – O caso português numa perspetiva comparativa europeia. *Sociologia, problemas e práticas*, (46), 33-50.

Vieira, R. (1999). *A Construção do Homem: identidades e metamorfoses*. Escola Superior de Educação de Leiria, Departamento de Ciências Sociais, (2), 26-40.

Fontes publicadas:

INE – Estimativas anuais da população residente, 2014

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&contexto=pi&indOcorrCod=0008273&selTab=tab0&xlang=pt

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&contexto=pi&indOcorrCod=0008273&selTab=tab0

INE – Estimativas direção regional do território, anual, 2013

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000342&selTab=tab0

INE – Estimativas sistema de contas integradas das empresas, anual, 2012

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000342&selTab=tab0

INE – Estimativas quadros de pessoal, anual, 2012

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000342&selTab=tab0

Fontes Web:

Associação de Desenvolvimento Terras de Sicó: <http://www.terrasdesico.pt>

Câmara Municipal de Alvaiázere: <http://www.cm-alvaiazere.pt/>

Câmara Municipal de Ansião: www.cm-ansiao.pt/

Câmara Municipal de Condeixa: www.cm-condeixa.pt/

Câmara Municipal de Penela: www.cm-penela.pt/

Câmara Municipal de Pombal: www.cm-pombal.pt/

Câmara Municipal de Soure: www.cm-soure.pt/

Rede Rural Nacional: <http://www.rederural.pt>

SIPA: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico:
http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/Default.aspx

PRODER: <http://www.proder.pt>

Federação Minha Terra: <http://www.minhaterra.pt/terras-de-sico.T10394.php>

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas: <http://www.icnf.pt/portal>